



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 83

QUARTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 91ª SESSÃO, EM 18 DE MAIO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Fala da Presidência

— Finalidade da sessão destinada ao comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. Lázaro Barbosa, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Plano Econômico do Governo, na parte pertinente às atribuições daquele Ministério.

1.1.2 — Exposição do Ministro de Estado da Agricultura, Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. Lázaro Barbosa

1.1.3 — Fase de Interpelações

Senadores Mauro Benevides, Ney Maranhão, Irapuan Costa Júnior, César Dias, Júnia Marise, Carlos Patrocínio, Pedro Teixeira, Aureo Mello, Ney Suassuna, Gilberto Miranda, Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves Filho, Jutahy Magalhães, Cid Sabóia de Carvalho, Moisés Abrão e João Calmon.

1.1.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.1.5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — RETIFICAÇÃO

Ata da 68ª Sessão, realizada em 27-4-93

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 317 a 324, de 1993.

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada em 25-3-93.

Ata da 31ª Reunião da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 14-4-93.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do IPC, realizada no dia 15 de abril de 1993, para dar posse aos novos dirigentes, eleitos para o biênio 1993/1995.

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 91ª Sessão, em 18 de maio de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Chagas Rodrigues

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Affonso Camargo _ Alvaro Pacheco _ Amir Lando _ Bello Parga _ Carlos Patrocínio _ Chagas Rodrigues _ Cid Sabóia de Carvalho _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Elcio Álvares _ Eptácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Irapuan Costa

Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ José Richa _ Jutahy Magalhães _ Juvêncio Dias _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Lucídio Portella _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Márcio Lacerda _ Mário Covas _ Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Nabor Júnior _ Ney Maranhão _ Ney Suassuna _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha Derzi _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Teotônio Vilela Filho _ Wilson Martins.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MALA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS****Semestral****R\$ 70.000,00****Tiragem 1.200 exemplares**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A finalidade da presente sessão é o comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. Lázaro Barboza, para prestar esclarecimentos sobre o Plano Econômico do Governo, na parte pertinente às atribuições daquele Ministério, nos termos do Requerimento nº 428, de 1993, do Senador Mauro Benevides.

S. Exª já se encontra na Casa, no Gabinete do Presidente.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos, até que S. Exª, na forma regimental, seja conduzido ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 14h37min, a sessão é reaberta às 14h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está reaberta a sessão.

Encontra-se na Casa o Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. Lázaro Barboza, convocado nos termos do Requerimento nº 428, de 1993, de autoria do Senador Mauro Benevides. Para conduzir S. Exª ao Plenário a Presidência designa a Comissão formada pelos Srs. Líderes. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada pelo Sr. Presidente, tem ingresso no recinto o Sr. Ministro, que ocupa a cadeira a S. Exª reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Encontra-se em plenário S. Exª o Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. Lázaro Barboza.

Nos termos regimentais, o Ministro disporá de meia hora para sua exposição.

Para as interpelações a S. Exª serão chamados os Senadores inscritos, que disporão de cinco minutos cada um, sendo assegurado ao Ministro igual tempo para as respostas. Para contraditá-lo, os Senadores poderão usar da palavra por dois minutos, concedendo-se ao Ministro igual tempo para tréplica.

Tem, portanto, a palavra o Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. Lázaro Barboza.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eminentes Líderes, ausente desta Casa há 10 anos, Sr. Presidente, depois de ter freqüentado

esta tribuna de 1975 a 1983, é com emoção que volto a ela, hoje, com a responsabilidade de ser o Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária do Governo do honrado Presidente Itamar Franco. E aqui compareço atendendo a preceito legal da convocação que me foi feita, oriunda de apresentação do eminente Senador Mauro Benevides, Líder do meu Partido.

Venho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, falar dos negócios do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e, sobretudo, nos termos do requerimento aprovado pelo Plenário, do Plano de Governo do Presidente Itamar Franco para o setor.

Preliminarmente, não poderia deixar de traçar, aqui, o diagnóstico daquilo que encontramos no Ministério da Agricultura quando tomamos posse a 13 de outubro do ano passado.

No decorrer de 1992, fruto de uma série de dificuldades e alguns equívocos, os agricultores enfrentaram dificuldades sem conta. Basta dizer, Sr. Presidente, que a comercialização dos produtos agrícolas no ano de 1992, praticamente toda ela, a nível de produtores, se deu no patamar de 20% abaixo do preço médio dos cinco anos anteriores, e em face daquele clima de desalento é que se instala o Governo do Presidente Itamar Franco.

Ao assumir o Ministério, as terras praticamente todas prontas e iniciando o plantio, o Ministro não tinha como interferir diretamente nas intenções já tomadas, mas procurou dialogar com os setores produtivos, percorreu o campo emulando os produtores. E como não há nada mais forte neste País do que a intenção do homem rural de continuar plantando, apesar das dificuldades, este ano, Sr. Presidente, estaremos colhendo uma safra que, pelos dados do Ministério da Agricultura, é de 69 milhões de toneladas, a segunda maior da história, dado que o IBGE corrige para 71 milhões de toneladas. Oxalá, cheguemos, efetivamente, a atingir esses números.

Mas a grande verdade é que, não obstante a resposta do campo tenha sido positiva, as dificuldades do setor persistem e são inúmeras.

É preciso constatar, de maneira bastante clara, alguns desses gargalos. O Presidente Itamar Franco encontrou — e nessa situação o Ministro assumiu o Ministério — o Proagro, o seguro agrícola, enfrentando enorme descrédito. O chamado Proagro velho com débitos que vinham, desde 1987, acumulados, atinge a soma expressiva de 190 milhões de dólares,

dos quais grande parte é devida aos próprios produtores que pagaram o seguro e quando sofreram o evento, por efeitos climáticos ou de pragas, não foram ressarcidos. Parte substancial disso foi honrada pelo sistema financeiro que, por sua vez, não foi ressarcido.

Na área do crédito rural, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a grande verdade é que, para investimentos, os recursos vêm sendo reduzidos, ano a ano. Em 1992, esses recursos foram extremamente minguados. Em 1971, para o setor de corretivos de solos — e é sabido que nossas terras são terras ácidas, pobres em fósforo, que necessitam desses corretivos — teve-se apenas 50 milhões de dólares; para o ano de 1992, 70 milhões de dólares; e agora, para o ano de 1993, já temos recursos assegurados que garantirão as condições mais adequadas para a correção dos solos.

Na área do abastecimento, é preciso lembrar aqui que a CONAB tem enormes desafios. Ela é fruto da junção de três empresas, junção esta que, em termos institucionais, até hoje enfrenta dificuldades: a antiga CFP, Companhia de Financiamento da Produção, a antiga COBAL, Companhia Brasileira de Alimentos e a antiga CIBRAZEM, Companhia Brasileira de Armazenagem. Mas, no decorrer da administração do Presidente Itamar Franco, tudo se tem feito no sentido de garantir a maior transparência possível das ações no âmbito daquela empresa, e os esforços têm sido muito grandes, inclusive já se resgataram créditos da empresa no valor de 3 trilhões e 500 bilhões de cruzeiros, dos quais quase 500 bilhões de cruzeiros já ingressaram nos cofres do Tesouro, e o restante encontra-se em fase de acertos e de cobranças.

Na área da reforma agrária, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, os problemas são enormes, os “gargalos” são grandes. Basta dizer que temos uma montanha de Títulos da Dívida Agrária, as famosas TDA, atingindo talvez, em números de hoje, 7 trilhões de cruzeiros, títulos esses que não foram honrados durante os anos anteriores. É preciso que o Governo dê uma solução a esse problema — e está-se estudando, na área do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional, uma solução para os TDA — porque, sem dar a esses títulos credibilidade, fica extremamente difícil continuar as ações de reforma agrária, pois as desapropriações acabariam sendo, não desapropriações, mas expropriações.

Há um número muito grande de acampados — vinte e tantas mil famílias à beira das rodovias, à porta de repartições públicas, em lonas pretas — significando um desafio para o Governo na área da reforma agrária. Há uma quantidade imensa de contratos celebrados pelo Incra, no Governo anterior, contratos que, muitas vezes, envolvem a execução de obras sofisticadas, que estão muito além da possibilidade de investir, em face dos minguados recursos orçamentários.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a nossa luta tem sido diuturna, no sentido de buscar a equação desses problemas. Mas existem outros gargalos extremamente importantes que hoje penalizam a agricultura brasileira. E, dentre eles, não poderíamos deixar de salientar nesta Casa que, no Governo passado, se procurou fazer uma rápida abertura do nosso mercado para o exterior.

Entretanto, sem se fazer uma adequação dos mecanismos internos que pudessem gerar condições de efetiva competitividade entre o produtor nacional e o de outros países, e sem uma reforma fiscal e tributária que viabilize essa compatibilidade, fica extremamente difícil produzir. É o caso, por

exemplo, dos problemas que enfrentamos, hoje, nas áreas do trigo e do algodão.

Na verdade, o Brasil precisa tomar uma decisão: nós, que já chegamos a produzir mais de 6 milhões de toneladas na safra 88/89, vamos continuar plantando trigo no País ou não? Em face da redução diária, ao desestímulo do ano passado, à má comercialização da safra colhida, que vem sendo sempre torpedeada por importações, inclusive de países que subsidiam fortemente a agricultura, estamos tendo uma redução significativa na área cultivada, e deveremos colher entre 2 milhões e 700 mil e, no máximo, 3 milhões de toneladas.

É preciso verificar que a produção do trigo significa intensa ocupação de mão-de-obra. Temos regiões, como o Estado de Mato Grosso e, especialmente, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que têm vocação para o cultivo do trigo, principalmente no chamado período de inverno.

Não há dúvida, do ponto de vista do Ministério da Agricultura, de que é importantíssima a continuidade das pesquisas em relação ao trigo, com o objetivo de melhorar sua qualidade e, conseqüentemente, alcançar uma maior competitividade. Mas, o que acontece hoje com o produtor brasileiro, principalmente no Sul do País, em relação aos produtores dos países vizinhos, do chamado Mercosul é um fato quase caricatural. Vejam V. Exs: do lado de cá, na fronteira brasileira, os senhores poderão ver um operador trabalhando em um trator de fabricação nacional; simultaneamente, esse operador estará ouvindo a mesma máquina, também de fabricação nacional, trabalhando do outro lado da fronteira; só que o trator brasileiro, vendido ao produtor da Argentina, custou cerca de 35% a menos do que foi pago pela compra do mesmo trator para o produtor brasileiro.

Por outro lado, a carga tributária com efeito em cascata sobre os produtos primários não existe nos países vizinhos, tampouco em outros países do mundo. Temos, no Brasil, alguns produtos nos quais esse efeito cascata chega a atingir 37%, e há casos, como o do algodão, em que tivemos — como nesta safra que estamos colhendo agora — uma redução da área plantada de 37%, devido aos problemas que os agricultores enfrentaram no ano passado.

Este ano, já teremos que importar cerca de 400 mil toneladas de algodão, quando temos enormes regiões no País com vocação para essa cultura. É por isso que o Ministério da Agricultura tem-se colocado numa posição muito firme no sentido de que seja taxado o algodão importado dos países que subsidiam a produção. É claro que existem dificuldades para administrar, mas sabemos que é preciso fazer uma opção, levando em conta que a cotonicultura é fortemente empregadora de mão-de-obra e que, hoje, graças ao avanço nas pesquisas, o algodão que estamos colhendo agora, nesta safra de 1993, já tem uma qualidade bem superior à das safras anteriores; já temos variedades precoces, o que facilita a convivência e o combate da praga do algodoeiro, especialmente no Nordeste, onde centenas de milhares de brasileiros vivem em função dessa cultura, que assume um significado extremamente forte. Todos sabemos que nos sertões do Seridó, em grande extensão do Estado de Pernambuco, já se produziu uma quantidade fantástica de algodão e, hoje, esse plantio se encontra fortemente reduzido.

Estes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são apenas alguns gargalos que enfrenta o governo do honrado Presidente Itamar Franco e o seu Ministro da Agricultura e os demais Ministérios envolvidos. Efetivamente, o Congresso Nacional tem uma

participação muito atuante, porque, para fazermos a reforma fiscal e a reforma tributária, deixando de penalizar os produtores primários da forma como estão, é indispensável e urgente uma posição do Congresso Nacional.

Assim que assumimos o Ministério, em meio a um oceano de dificuldades, procuramos estabelecer uma forte parceria com os representantes dos setores organizados da produção. A CNA, Confederação Nacional da Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira, a Organização das Cooperativas Brasileiras, a Contag, Abag, a Associação Brasileira de Agribusiness, que acaba de nascer, cuja expectativa é de que ela poderá prestar grandes serviços, a Abrazém, a Anec, etc. Temos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mantido um esquema de forte parceria, de debates, analisando os problemas da agropecuária brasileira e procurando atacá-los de frente, no que eles têm de mais agudo.

Na área do crédito rural, na década de 80, tivemos um orçamento de cerca de quase 20 bilhões de dólares. E os recursos totais do crédito rural alocados nos financiamentos em 1992, para a safra que estamos colhendo, não ultrapassam o patamar de 6 bilhões de dólares. De forma que fica muito fácil constatar que a agricultura, apesar de todas as dificuldades, ela tem sabido responder com presteza à demanda que lhe é feita.

Mas, sobretudo agora, quando o Presidente Itamar Franco está com a forte determinação de efetivamente combater a fome e a miséria, não podemos dar por satisfeitos com safras agrícolas no patamar de 70 milhões de toneladas. Porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se temos 32 milhões de brasileiros na faixa de renda de até um salário mínimo, e quase outro tanto numa faixa de até três salários mínimos, fica fácil constatar que temos 32 milhões de brasileiros que praticamente não comem, e temos outros quase 32 milhões de brasileiros que são subconsumidores. É preciso encontrar mecanismos para que, efetivamente, o país volte a crescer, na geração de empregos e no aumento da produção e da produtividade.

É bom ressaltar aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que há dez anos não temos expansão de área agrícola, pelo contrário, estamos tendo redução de área plantada. Não obstante isso, graças a avanços tecnológicos, graças aos esforços dos produtores, a produtividade cresceu nesse período em mais de 30%. Mas, agora, quero pedir a atenção do Plenário: não obstante a produtividade tenha crescido em mais de 30%, o produtor rural perdeu mais de 40% de renda nos últimos anos. É uma coisa incrível, verificar o que está acontecendo: enquanto as cidades incham, enquanto as grandes metrópoles causam desassossego pela demanda de investimentos públicos, pela necessidade de mais pavimentação, mais ônibus, mais escolas, mais creches, mais empregos, aumentando a multidão dos subempregados e desempregados, enquanto a pressão se desenvolve nas grandes cidades pelos programas habitacionais, o campo se esvazia.

Srs. e Srs. Senadores, sabem V. Ex's quantas casas vazias existem, hoje, no campo brasileiro? Pasmem V. Ex's! Cerca de 2 milhões e 500 mil casas na zona rural estão desocupadas, fechadas na zona rural, enquanto há um grande desafio para se garantir programas habitacionais nas grandes cidades. Mas até as pequenas cidades, muitas delas, estão também diminuindo a sua população. Outro dia, participando de um evento em São Paulo, tomei conhecimento de que quase cem municípios de São Paulo tiveram decréscimos registrados no último censo na sua população.

Em face de todos esses problemas, o Ministério da Agricultura vem procurando atuar na raiz deles. Por exemplo, na área de sanidade animal, o Brasil, que perde cerca de 1 milhão de dólares por dia apenas com a perda de peso de animais que são atingidos pela febre aftosa, nós, que temos no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, um convênio com o Banco Mundial, ainda de 1987, partimos para uma proposta concreta de erradicação da febre aftosa no Brasil.

Assumimos o Ministério da Agricultura com a presença de quase 11 mil focos de febre aftosa nos quatro pontos cardeais do País. Hoje, decorridos esses poucos meses, claro que não estamos satisfeitos, mas existem menos de mil focos de febre aftosa. E o plano de erradicação da febre aftosa já se prepara, inclusive, para criar condições, dentro de pouco tempo, de área livre em três Estados brasileiros: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e, provavelmente, também Roraima, onde não temos tido a incidência dessa doença, pois o plano da erradicação da febre aftosa, preparado no Ministério da Agricultura, hoje, graças a Deus, merece credibilidade internacional.

E nós podemos constatar isso quando há cerca de 15 dias, fomos convidado para presidir, a nível de Ministro de Estado, um encontro de Ministros dos países ligados ao Sistema Nacional de Sanidade Animal, em Washington, nos Estados Unidos.

Mas, diante das dificuldades que atingem os nossos produtores, desde o grande até os pequenos, principalmente os pequenos produtores, o Ministério da Agricultura procura encontrar alternativa, fazendo com que o pequeno agricultor possa ter opções de agregar mais renda.

Estamos desenvolvendo o Frutex, um programa de fruticultura voltado, inclusive, para o mercado externo, e que visa, nos próximos cinco anos, resgatar 55 mil hectares de fruticultura, já existente no País, mas, que não estão recebendo os tratos culturais, não estão recebendo as informações necessárias, nem os cuidados fitossanitários, inclusive, para que se atenda a um amplo mercado, lá fora, cada dia mais sedento de frutos tropicais, produzidos em países com as condições do nosso.

O Chile, pequeno país, nosso vizinho, realizou no ano passado uma receita cambial de 1 bilhão e 300 milhões de dólares, apenas na exportação de frutas *in natura*.

O Brasil, com 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, realizou uma receita cambial no patamar de apenas 100 milhões de dólares.

E isto que significa grande avanço em relação há pouco tempo, porque, graças aos trabalhos da Embrapa e à organização de produtores no Sul do País, hoje o Brasil produz maçãs de qualidade infinitamente superior à de qualquer outro país do mundo.

O pólo de fruticultura irrigado do Nordeste, na região do São Francisco, hoje coloca frutas de primeiríssima qualidade na mesa dos consumidores mais exigentes do mundo, inclusive nos Estados Unidos.

Voltando ainda à parte sanitária, é de fundamental importância que o Ministério da Agricultura tenha um programa direcionado não apenas para a erradicação da febre aftosa e combate de outras zoonoses mas, sobretudo, para a melhoria genética do rebanho brasileiro, para que aumentemos o seu desfrute. O Brasil tem o maior rebanho bovino comercial do mundo, os melhores agricultores e veterinários, não obstante os nossos avanços em Engenharia Genética (aquilo que

a nossa Embrapa já faz, inclusive o seccionamento de embriões, o que possibilita nessa área avanços fantásticos, porque o pessoal que trabalha nessa área já chegou à sofisticação de fazer a repartição de embriões, o seccionamento de um embrião de um órgão fecundado para fazer até 16, multiplicando por 16), não obstante os nossos conhecimentos sobre melhoria de pastagens, o desfrute do rebanho brasileiro é infinitamente pequeno.

Temos entre cento e cinquenta e cento e cinquenta e três milhões de cabeças de gado, e produzimos pouco mais que a carne produzida pelo rebanho argentino, que é de cerca de cinquenta milhões de cabeças.

Precisamos chegar a esses melhoramentos genéticos e, efetivamente, compreender que é preciso melhorar as pastagens.

Vejo, na tribuna de honra, o ex-Ministro Paulinelli, que, num encontro de produtores conosco, no Estado de Goiás, lembrava que, agora, apenas neste ano, em Minas Gerais — dentro do chamado Projeto Barreirão, que vem sendo trabalhado pela EMBRAPA por produtores de Goiás, de Minas Gerais e de outras regiões do cerrado — espera-se que se faça a recuperação de cerca de cinquenta mil hectares de solo.

O que é esse projeto? É a combinação do plantio de grãos com a reposição de pastagens em terras cansadas, que, muitas vezes, suportam apenas meia cabeça por hectare.

Uma vez devolvidos ao solo os ingredientes e microelementos de que precisa, consorcia-se o plantio do capim com grãos, especialmente o arroz e o milho.

No ano seguinte, o produtor ficará com a pastagem recuperada. Ao invés de suportar pouco mais de meia cabeça por hectare, o solo passa a suportar até três cabeças por hectare, melhorando enormemente as condições de pastejo do rebanho durante vários anos seguidos, ao passo que terá contribuído enormemente para a produção de grãos.

Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, estamos trabalhando fortemente no sentido de fazer com que a EMBRAPA — e há uma plena compreensão daquela empresa, orgulho de todos nós brasileiros pelo elenco de realizações por ela efetuadas, pelo avanços científicos notáveis que tem conseguido — se volte, dentro das preocupações do Presidente Itamar Franco, para trabalhar, em parceria, lado a lado, com os produtores, nas pesquisas que são demandadas diretamente pelo produtores.

E é dentro dessa visão que o Governo Itamar Franco está também procurando fazer o revigoramento da CONAB, tendo como objetivo fazer com que na área de abastecimento ela possa cumprir melhor a função de garantia de preços e participação nos programas sociais, sobretudo agora, nesse momento em que se levanta um clamor nacional para o combate à fome e à miséria. Assim é que o Presidente Itamar Franco deu posse, na semana passada, ao Conselho de Segurança Alimentar, que, tenho plena convicção, Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, pelo efeito multiplicador de suas ações, será capaz de gerar ações efetivas mobilizando o País, reproduzindo-se em Conselhos Regionais, Conselhos Municipais e, até mesmo, Conselhos de Comunidade, porque nós precisamos ter consciência deste estado de deplorável fragilidade da sociedade brasileira, com quase dois terços dela carentes de alimentação.

Para que a Agricultura possa responder a esses desafios, é absolutamente imprescindível que tenhamos os instrumentos adequados, para que o campo possa, efetivamente, produzir.

E não é por outra razão que o Ministério da Agricultura preparou uma série de propostas e o Presidente Itamar Franco as inseriu no seu programa de priorizar a Agricultura, alocando este ano 1 bilhão e 400 milhões de dólares para as seguintes ações que são de fundamental importância: a primeira delas, para calcário e fosfatagem; a segunda, para a construção de armazéns a nível de propriedades. Enquanto os Estados Unidos armazenam mais de 50% dos seus grãos, na zona de produção, nos silos das fazendas, e a Argentina armazena 35, no Brasil armazenamos apenas 5% a nível de propriedade. E o que isto significa? Um enorme desperdício dos grãos, uma demanda imensa de fretes, quando as estradas vicinais estão ruins, quando ainda está chovendo, aumentando 50% o número de acidentes, gastando 45% a mais de combustível, transportando mais umidade, agregando custos aos produtos agrícolas, que não beneficiam o produtor e acaba penalizando o consumidor na outra ponta. Por isto é de suma importância o Programa de Armazenagem a nível de propriedades, a nível de fazendas, para que possamos, assim, atuar nesses e em outros vértices da perda de grãos no Brasil que, infelizmente, chegam a um patamar de 20%, o que é uma coisa absurda. Os desvios e as perdas começam a ocorrer no processo de pré-plantio, no processo de plantio, nas máquinas mal reguladas, no processo de colheita, de envasamento, de transporte, de armazenagem, de beneficiamento. É preciso que haja uma conscientização de todos os agentes nesse sentido, porque, até mesmo com uma safra no patamar de 70 milhões de toneladas, o que para mim não é nenhuma supersafra, para o Brasil de hoje eu diria que é muito pequena — de — imagine-se que 20% signifiquem 14 milhões de toneladas, um absurdo num País de famintos. Não apenas estamos procurando identificar onde acontece cada uma dessas perdas, mas estamos procurando agir na raiz do problema, no sentido de minimizá-la e reduzi-las a patamares mais aceitáveis. Todos nós sabemos que enfrentamos o mau estado das rodovias, o problema das ferrovias que estão extremamente escassas, os gargalos entando a cada dia as dificuldades do produtor. E é necessário, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que se dê ao produtor brasileiro as condições mínimas para que ele continue produzindo. Tenho certeza de que, agora, com alocação de recursos de 1 bilhão e 400 milhões de dólares para a equalização de taxas de juros, que já foi anunciado no Programa de Governo do Presidente Itamar Franco, recursos especialmente para fazer com que se priorize o atendimento aos pequenos e microprodutores, recursos para armazenagem e, ainda, outras ações coordenadas que se faz neste sentido — no momento em que, efetivamente, conseguirmos arredondar essa proposta, que é o grande anseio dos produtores rurais a que o Sr. Ministro da Agricultura é favorável, embora reconhecendo que existem dificuldades à equivalência ao produto, que é a grande proposta da própria agricultura contra a inflação, um dos mais penosos tributos e o maior flagelo que se abate sobre um País em desenvolvimento como o Brasil — Sr. Presidente e Srs. Senadores, a agricultura brasileira estará, então, preparada para produzir grãos e garantir o abastecimento do País, fazer face ao programa de combate à fome e à miséria, gerando uma situação de bem-estar e de excedentes para a exportação, os chamados agrodólares que são tão importantes para a vida do País.

Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, esgotado o meu tempo, eu encerro, aqui, esta exposição e fico no aguardo do questionamento que V. Ex^s houverem por bem fazer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se à fase das interpelações.

Concedo a palavra, por 5 minutos¹, ao nobre Senador Mauro Benevides, autor do Requerimento de Convocação e primeiro Senador inscrito.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE — Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Lázaro Barboza, toda a Casa ouviu a exposição de V. Ex^a, Sr. Ministro, minuciosa e precisa, sobre todos os aspectos relacionados com o Ministério da Agricultura. Todo Plenário atento aos argumentos que V. Ex^a expendeu, não apenas o Plenário mas também aqueles que compõem a Tribuna de Honra, os Secretários de Agricultura que saúdo na pessoa do Secretário de Agricultura de Minas Gerais, o ex-Ministro Alysson Paulinelli; os dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura, da Sociedade Rural Brasileira, da Organização das Cooperativas e da própria CONTAG que, vindo ao Senado na tarde de hoje, Sr. Ministro Lázaro Barboza, desejam, certamente, ouvir a exposição de V. Ex^a, o questionamento, que agora se inicia com a minha intervenção, e, naturalmente, dizer ao País que aqueles que aqui estão apóiam a atuação, muito bem direcionada, a cargo de V. Ex^a, como auxiliar direto do Presidente Itamar Franco.

Para nós, que o conhecemos nesta Casa nos idos de 1975, evidenciando o seu espírito público em todas as oportunidades, defendendo, naquela ocasião, o grande anseio dos brasileiros, que era a normalidade político-institucional, V. Ex^a chega, agora, à tribuna do Senado investido do encargo de Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, trazendo-nos esclarecimentos, muitos dos quais de reação do conhecimento da própria opinião pública, já que sua vinda ao Senado, no dia de hoje, coincide com a publicação, na imprensa brasileira — e aqui há um recorte do jornal *Correio Braziliense* — de que é mínimo, é irrisório, é insignificante o percentual dos que fazem restrições à **performance** cumprida por V. Ex^a à frente da Pasta da Agricultura, Abastecimento e da Reforma Agrária.

Em onze capitais brasileiras, quase cinco mil consultados, apenas 1.4% fazem restrições ao êxito que V. Ex^a anuncia e vem alcançando no desempenho das elevadas funções de Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

Começaria a interpelação a V. Ex^a, Sr. Ministro, indagando-lhe sobre o Conselho da Segurança Alimentar. Na última quinta-feira, esse Conselho foi instalado formalmente no Palácio do Planalto, em solenidade a que estivemos presentes, os Líderes da Câmara dos Deputados e do Senado, inúmeros parlamentares, a própria sociedade, através de seus segmentos mais representativos, todos aplaudindo a iniciativa do Presidente Itamar Franco, uma iniciativa que se direciona para o combate à miséria e à fome em nosso País.

A primeira colocação que faço a V. Ex^a, para que ela não fique apenas em meio a informações vazias, Sr. Ministro, é que queremos que V. Ex^a situe, com absoluta precisão, qual o papel do seu Ministério no Conselho de Segurança Alimentar. Queremos que V. Ex^a deixe isso muito claro, para que esse programa, lançado com a presença, com a responsabilidade, com o patrocínio do próprio Presidente da República, não falhe. Esse programa não pode falhar. Desejamos conhecer, neste instante, qual a participação de V. Ex^a e de seu Ministério nesse Conselho de Segurança Alimentar.

Desejo também, nobre Ministro Lázaro Barboza, indagar de V. Ex^a quais as inovações, que na sua exposição foram mencionadas aligeiramente, que o Ministério da Agricultura, Abastecimento e da Reforma Agrária sugeriu ao Banco Central para a introdução no crédito rural. E falo desta tribuna, Sr. Ministro, com a responsabilidade de quem exerceu a direção de um grande banco brasileiro e sei como se processa o crédito rural: muitas vezes com repasse de recursos após o ciclo vegetativo das plantações. Pergunto, então, a V. Ex^a, já que V. Ex^a se referiu a esse aspecto importantíssimo no curso da sua exposição: quais as inovações sugeridas pelo Ministério da Agricultura, em relação ao crédito rural? Isso é fundamental para que V. Ex^a garanta aqueles percentuais de produtividade mencionados agora, na sua exposição inicial. Espero que V. Ex^a seja convincente e que tenhamos a confirmação do próprio Banco Central, com relação à aplicação dessas sugestões, através dos organismos incumbidos de favorecer o custeio agrícola.

Em relação ao exercício de 1993, Sr. Ministro Lázaro Barboza, que recursos foram destinados, exatamente, para o custeio agrícola? Sabe V. Ex^a que o Governo alardeia, às vezes, importâncias astronômicas, que servem de fascínio para projetar a sua imagem. Pergunto: qual o montante desses recursos? E se V. Ex^a, como titular da Pasta da Agricultura, já buscou o resguardo, a segurança de que esses recursos, efetivamente, serão repassados para o custeio agrícola?

Espero que V. Ex^a seja absolutamente preciso, diante do Plenário desta Casa e da própria opinião pública brasileira.

Questiono mais, nobre Ministro Lázaro Barboza; permita-me regionalizar a pergunta, já que estamos falando da agricultura como um todo e em todo País. V. Ex^a se reportou, fazendo, realmente, a apologia do que significam os Estados sulinos como o grandes celeiros de produção. Pergunto agora a V. Ex^a, Ministro Lázaro Barboza — e são 27 Senadores nesta Casa que estão assaltados pela mesma preocupação — quais as providências que têm sido postas em prática, que têm sido reclamadas no Ministério da Agricultura para atender à fome de milhões de nordestinos que, na atual conjuntura, enfrentam uma quadra marcadamente adversa, em decorrência da falta de chuvas praticamente em toda a região nordestina.

Alinhadas que foram essas perguntas, eu me sentiria satisfeito se V. Ex^a as respondesse com absoluta clareza, para que, daqui, eu mantivesse informada não apenas a opinião pública brasileira, mas especificamente a região que represento nesta Casa.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Mauro Benevides, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o papel do Ministério da Agricultura no Conselho de Segurança Alimentar é de fundamental importância, porque é ele que faz a interação e trabalha com o setor produtivo. E não há como se imaginar o combate à fome, à miséria e à escassez se não tivermos produção. A participação do Ministério da Agricultura nessa causa está sendo feita inclusive com um trabalho muito forte de parceria com os segmentos organizados da produção, para que todos eles participem desse esforço e para que possamos, efetivamente, sair do patamar da produção atual para um patamar em que seja possível garantir alimento para o povo brasileiro.

Quanto ao crédito rural, quero dizer a V. Ex^a que o total dos recursos de custeio do crédito rural aplicados em 1992, para a safra de 1993, foi da ordem de apenas 3.8 bilhões

de dólares, sobrando pouquíssimo para investimento. A globalização dos recursos atingiu o patamar de 6 bilhões de dólares, incluídos aí os recursos de comercialização. É preciso lembrar que, no ano passado, tivemos um saldo de 27 trilhões de cruzeiros, aproximadamente, em moeda de hoje, dos chamados EGF — Empréstimos do Governo Federal. O atual Governo do Presidente Itamar Franco teve a sensibilidade de acatar proposta do Ministério da Agricultura, no sentido de prorrogar o prazo para pagamento desses empréstimos para 15 de dezembro de 1993.

Sr. Presidente, acredito que não poderei responder a essa questão no tempo aprazado de 5 minutos. Por isso, espero contar com a tolerância de V. Exª no sentido de expressar meu pensamento.

Quanto à remodelação do Sistema Financeiro de Crédito Rural, digo que a agricultura brasileira precisa ser retirada do sistema financeiro e ser inserida no sistema mercantil, que é, efetivamente, o seu lugar. Tive ocasião de enfatizar que, no passado, o volume de recursos do crédito rural chegou a quase 20 bilhões de dólares, e hoje estamos no patamar de 6 bilhões de dólares. Portanto, devemos proceder a uma regulamentação do assunto; já estamos trabalhando junto ao Banco Central do Brasil nesse sentido, ou seja, a fim de regulamentar as bolsas de mercado futuro como instrumento de alavancagem de recursos para o próprio setor. A sociedade brasileira tem que estar solidária com o sistema produtivo e entender que a responsabilidade na produção não é apenas do homem que vive no campo, mas da sociedade como um todo. Consequentemente, os recursos alavancados no mercado por instrumentos, como, por exemplo, o Banco do Brasil, que faz captação a taxas mais altas que os recursos do Tesouro oriundos do orçamento de crédito rural entrem como fonte de equalização de taxas, porque a agricultura não suporta correção monetária plena e juros nos patamares em que hoje se encontra.

É bom lembrar que cada ajuste econômico feito no País sempre penalizou a agricultura. O Presidente Itamar Franco é o único dos últimos anos que faz um plano de ação governamental na busca da estabilização da moeda, da retomada do crescimento econômico sem choques heterodoxos que penalizem a agricultura. No Governo passado, os agricultores dormiram devendo determinado valor e depois acordaram devendo 84% a mais. Acreditamos que esses mecanismos permitem ao produtor inclusive se compensar, e o próprio Banco do Brasil poderia capitanear a maior bolsa de mercado futuro do planeta acoplada às demais, como um instrumento de alavancagem dos recursos necessários para financiar a agricultura. Nesse sentido teremos como responder de maneira efetiva, não apenas na produção farta de alimentos, mas no barateamento dos seus custos, que, é óbvio, precisariam também de ter a redução dos tributos que os penalizam.

Gravem bem V. Exªs: sem uma reforma tributária que tire a agricultura da penalização que ela hoje recebe, fica muito difícil colocar à disposição do consumidor comida farta por preço mais barato. Esse é o grande desafio, que não é só dos agricultores, mas da própria sociedade brasileira.

Com relação ao Nordeste, ao querido Nordeste de V. Exª e de mais 26 Srs. Senadores, quero dizer que, na última reforma administrativa, a Secretaria Nacional de Irrigação saiu do Ministério da Agricultura para o Ministério da Integração Nacional, assim como o DNOCS e a CODEVASF. Não obstante isso, o Ministério da Agricultura está em parceria com a EMBRAPA, que é um órgão seu, trabalhando forte-

mente no Nordeste, no desenvolvimento principalmente da área de fruticultura. Essa atividade, nobre Senador, agrega mais renda, mais empregos. Num hectare de fruticultura se agregam de 5 a 20 mil dólares por hectare, e se, num hectare de grãos convencionais, não se chega a dar um emprego direto, na fruticultura tem-se de dois a três, e indiretos mais três. Na área de algodão, estamos fazendo um esforço enorme para a retenção da cotonicultura brasileira, principalmente do Nordeste.

Gostaria de lembrar a V. Exª que o Presidente Itamar Franco aprovou, há pouco, tempo exposição de motivos do Ministro da Agricultura e outros Ministros para que fossem colocadas 100 mil toneladas de feijão dos estoques governamentais, que seriam transferidos para o Ministério do Bem-Estar Social, e que fossem, então, prioritariamente, levados para o Nordeste de V. Exªs, a fim de atenuar essa situação angustiante da seca que vem penalizando mais do que nunca a flagelada população nordestina. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — V. Exª dispõe de dois minutos para contraditar o Sr. Ministro, nobre Senador Mauro Benevides, se assim o desejar.

O SR. MAURO BENEVIDES — Sr. Presidente, Sr. Ministro Lázaro Barboza, perguntaria a V. Exª, Sr. Ministro, já que nas respostas que me foram oferecidas ainda remanesce uma dúvida que faço questão que V. Exª procure dissipar neste instante: em relação ao crédito rural em 1993, o repasse desses recursos no montante estabelecido já está assegurado pelo Governo Itamar Franco?

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Quero lembrar a V. Exª — desculpe-me se não disse isso aqui — que a comercialização da safra este ano corre normalmente sem percalços. O único problema que temos é em relação ao arroz no Rio Grande do Sul e decorre muito mais da entrada de arroz produzido no Uruguai e na Argentina do que da comercialização.

No ano passado, os recursos de comercialização só se tornaram acessíveis ao mercado depois que a maioria dos agricultores venderam suas safras por valores inferiores ao do preço mínimo. Este ano, não obstante ter havido mudanças no Ministério da Fazenda, os recursos de comercialização entraram na hora certa e estão fluindo com normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão por 5 minutos.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN—PE. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Lázaro Barboza, o Senado Federal, ao convocá-lo para prestar esclarecimentos e participar de debates sobre temas que preocupam e angustiam a sociedade brasileira, está exercendo duas de suas mais importantes missões: a função fiscalizadora da gestão da coisa pública e a função de atuar como fórum de debates para encontrar soluções que reflitam aspirações nacionais.

Portanto, as colocações feitas não refletem posicionamento de caráter pessoal.

Angustia-nos a fome e a miséria, temas sobre os quais o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária tem graves e grandes responsabilidades.

Sr. Ministro Lázaro Barboza, quero aludir, em primeiro lugar, à questão do armazenamento dos estoques governamentais. É sabido que grande percentagem dos estoques per-

dem-se ou são desviados dos armazéns contratados pelo Governo, assunto que foi objeto de recente e ampla divulgação pela imprensa.

Temos também notícias de que o Ministério determinou medidas visando ao recebimento dos créditos junto às empresas armazenadoras. Em razão dos fatos, indago do Sr. Ministro Lázaro Barboza:

1º — Que medidas efetivas foram adotadas pelo Ministério, e em que consistem especificadamente?

2º — Qual a extensão do problema, ou mais propriamente, qual o volume físico e financeiro dessas perdas ou desvios?

3º Desde quando vem ocorrendo problemas relacionados a quebras, faltas ou desvios de estoques, frente aos dispositivos legais, contratuais, e os constantes de normas internas?

4º — Por que, quando da constatação de anomalias nas armazenagens, não foram ou não estão sendo aplicadas os dispositivos legais previstos na denominada Lei de Armazenagem, Lei nº 1.102/93?

5º — Quais as empresas armazenadoras inadimplentes quanto aos serviços que, devido a irregularidades, não foram prestados ao Governo? Estão essas empresas proibidas de operarem na armazenagem de estoques governamentais?

6º — Como se encontra o convênio entre a CONAB e o Banco do Brasil que diz respeito à fiscalização?

Por último, em que período e governo ocorreram os maiores escândalos sobre estoques noticiados pela imprensa? V. Exª participava desse Ministério?

O segundo tema, Sr. Ministro, refere-se aos dados estatísticos divulgados pelo IBGE, segundo os quais o País encontra-se em situação bastante crítica. Basta considerar que 48,7% da renda nacional está concentrada em 10% da população, enquanto que os 10% mais pobres detêm apenas 0,8% da riqueza. Metade da população, ou seja, 62 milhões de pessoas economicamente ativas, têm rendimento de até dois salários mínimos e pelo menos 4 milhões vivem em favelas.

Diante desse quadro, faço os seguintes questionamentos:

1º — Que medidas efetivas vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária para minimizar o efeito desse quadro danoso que atinge 65 milhões de brasileiros em estado de miséria, dos quais 32 milhões são indigentes?

2º — Que providências foram adotadas pelo Ministério para propiciar ao órgão responsável pela execução do abastecimento — no caso, a CONAB — o acesso para aos estoques governamentais, de modo a suprir, através da rede SOMAR, a população mais carente dos produtos básicos a preços mais acessíveis? Não seria o caso de se dar uma destinação mais social a esses estoques o que, no final das contas, traria melhor resultado para o Tesouro, se levadas em conta as perdas, desvios, custos de armazéns e mesmo a depreciação dos produtos, reconhecida publicamente?

3º — Que controle efetivo desenvolve o Ministério para avaliar os efeitos das medidas que visam à redução dos preços dos produtos alimentares junto às populações beneficiárias dos programas em execução? Existem planos e projetos nesse sentido? A CONAB está efetivamente estruturada para a execução e o controle das ações que lhe competem, inclusive quanto aos recursos humanos e materiais em estoque quantitativamente considerados?

Considerando o fato de eu lhe ter feito muitas perguntas, esclareço a V. Exª que aqui tenho uma cópia delas, a qual lhe poderei passar.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eu agradeço a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Antes de passar a palavra, gostaria de chamar a atenção para o fato de que temos inscritos 18 Srs. Senadores. Como o tempo para as interpelações e resposta do Sr. Ministro — S. Exª disporá apenas de cinco minutos — é reduzido e como o Senador Ney Maranhão apresentou cerca de 12 questões, gostaria de sugerir que, caso o Sr. Ministro não possa, pela exigüidade de tempo que lhe é conferido, responder a todas elas, selecionasse as principais, deixando as demais para serem respondidas por escrito posteriormente.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Ney Maranhão, V. Exª é um homem muito experiente nessa área. Esclareço a V. Exª — como o fiz em relação a este Plenário — que os estoques governamentais não são de titularidade do Ministério da Agricultura, e sim do Ministério da Fazenda. Essa titularidade é exercida pela Secretaria do Tesouro, que contabiliza os estoques como lastros do Tesouro. A CONAB é apenas gestora.

Como acentuou V. Exª, há um convênio entre a CONAB e o Banco do Brasil, instituição que procede à fiscalização dos estoques. Como existem cerca de aproximadamente 12 ou 13 mil armazéns, seria impossível poder transmitir a V. Exª, aqui neste Plenário e agora, uma informação detalhada dos armazéns que porventura não estejam, do ponto de vista legal, em condições de continuar armazenando.

Quero apenas lembrar a esta Casa que o próprio Ministro já divulgou o fato de que 7.500 armazéns — gravem bem, 7.500 unidades armazenadoras — nos quatro pontos do País, foram descredenciadas nos últimos meses do ano passado para cá. E, feitas as apurações de débito, encontrou-se créditos da CONAB e débitos dessas empresas, num montante de 3 trilhões e 500 bilhões de cruzeiros. Ressalto que são números de uns vinte dias atrás e cuja explicação já dei aqui; quase 500 bilhões já foram arrecadados, já entraram nos cofres do Tesouro. A CONAB já fez, no Governo Itamar Franco, uns 64 leilões de estoques, já vendeu cerca de quase 2 milhões de toneladas. Todo esse dinheiro é recolhido imediatamente ao caixa do Tesouro Nacional.

Entretanto, quero pedir ao eminente Senador Ney Maranhão que me dê um prazo mínimo necessário, que terei o maior prazer de mandar fazer o levantamento e fazer chegar às mãos de V. Exª, detalhadamente, todas as informações que V. Exª, no justo e correto desempenho do seu mandato, faz a este Ministro.

Quero dizer ainda a V. Exª, eminente Senador, que o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, através da CONAB, tem um papel, realmente, muito importante — e V. Exª tem razão — nesta área do abastecimento. Como é que faz funcionar, efetivamente, a rede SOMAR? Estamos agora ampliando de 13 mil para 30 mil os pontos da rede SOMAR. Nesse sentido, já há decisão do Governo do Presidente Itamar Franco da alocação de 300 milhões de dólares para equalização, para permitir que a CONAB tenha acesso aos estoques do Governo e possa então desenvolver com rapidez, com mais desenvoltura, os chamados programas da rede SOMAR, de marca própria, das vendas de balcão, minimizando e regulando assim os preços nas principais zonas consumidoras.

Quanto às demais questões de V. Ex^a, assumo o compromisso de ir ao seu gabinete tomar uma xícara de café, nos próximos dias, e colocar os dados relativos a elas nas mãos de V. Ex^a.

Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — V. Ex^a deseja contraditar?

O SR. NEY MARANHÃO — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem V. Ex^a a palavra, por dois minutos.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Ministro, V. Ex^a sabe da preocupação que este Senador tem com o problema de abastecimento.

Sabe que fui Presidente da COBAL-Nordeste. Comandei cinco Estados da Federação, portanto, 65% do abastecimento deste País passavam pelas minhas mãos. Os maiores programas sociais do Governo, no período 84/86, passaram pelas minhas mãos. Tenho uma preocupação muito grande com a CONAB. Durante a campanha, convenci o ex-Presidente a unificar a CONAB, porque a CIBRAZEM, a CFP e a COBAL eram fontes de escândalos, e os desvios de grãos, que apodrecem nos armazéns, vem de muitos anos.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — É verdade.

O SR. NEY MARANHÃO — E, quanto a minha preocupação, Sr. Ministro, quero dizer a V. Ex^a que estive com o Presidente Itamar Franco há uns 2 meses e mantive uma conversa muito longa com o atual Presidente da CONAB. Temos que, rapidamente, levar comida à população pobre. Sabe V. Ex^a, assim como todo o Brasil e o mundo, que o Muro de Berlim e a União Soviética caíram porque os governantes não deram comida ao povo. E a China Popular, que tem 7.8% da agricultura do Planeta, dá comida a 22% da população da terra. O nosso sistema de abastecimento é uma vergonha para nós, Sr. Ministro. Quero chamar a atenção de V. Ex^a para um fato que está ocorrendo, sobre o qual tenho certeza de que V. Ex^a poderá tomar as providências necessárias. E dou como exemplo o Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, onde a fome estimula as invasões aos mercados, resultado de uma política inadequada de abastecimento. Temos, se não me engano, Sr. Ministro, mil cadastros pertencentes à Rede SOMAR do Rio de Janeiro. A CONAB, hoje, abastece cerca de 500 a 600 pequenos comerciantes, e creio que existem apenas cinco ou seis fiscais para atuar nessa área. Isso significa, Sr. Ministro, um fiscal para 30 a 50 casas comerciais.

Dentro dessa linha, temos que agir com economia do dinheiro do povo, para que esse dinheiro, essa mercadoria, vá para a ponta, e o povão seja beneficiado.

Sobre essas questões, Sr. Ministro, quero chamar a atenção de V. Ex^a, posto que elas não estão sendo bem administradas. Não acredito em má fé. Acredito que, na ênfase de levar o máximo de comida para esse povo que passa necessidade, o Governo está caminhando numa direção. E devemos agir com competência.

Quando fiz um levantamento desse plano de abastecimento — inclusive discutimos no gabinete de V. Ex^a e na CONAB — sugeri o aproveitamento, em primeiro lugar, não desses pequenos comerciantes, que viriam depois, mas das

padarias, que são mais de 100 mil em todo o Território nacional e estão se acabando, por que os trustes dos supermercados colocam a padaria dentro do mercado para atrair o freguês, prejudicando o pequeno padeiro. Esse padeiro, Sr. Ministro, é quem deve ser o mentor da CONAB, porque ele não trabalha com outros produtos, como ocorre com esses pequenos comerciantes, ficando muito difícil a própria fiscalização da CONAB. A prioridade dessas padarias — que V. Ex^a sabe que existem no morro e em todos os lugares, principalmente nas áreas populares — e a economia desses pequenos produtores é o pão.

Vamos fazer o que o supermercado faz: coloca o pão a custo zero dentro do mercado, para atrair o freguês que está fazendo a feira. Vamos colocar esses produtos nas padarias, Sr. Ministro, para atrair o freguês para comprar o pão do padeiro, porque lá já existe uma infra-estrutura completa, água, luz, e facilidade para a fiscalização. Por que a facilidade? Porque um padeiro fiscaliza o outro. Porque, com o preço da CONAB baixo, que atrai o freguês, se um padeiro concorrente não cumpre uma determinação da CONAB, basta a CONAB tirar o produto desse padeiro, e ele vai quebrar, porque toda freguesia vai para o outro.

Senador, estou aqui para ajudar o Governo naquilo que for necessário; e nessa discussão que tive com o Senhor Presidente da República, Sua Excelência pediu-me para que ajudasse a CONAB, pois já tenho experiência no setor. E, graças a Deus, Sr. Ministro, eu comandi esse programa durante dois anos, e na minha administração não houve irregularidades; foi nessa época que alertei o meu amigo Presidente do PTB, Paiva Muniz, e V. Ex^a sabe como saiu o nosso PTB da COBAL.

Eram essas as palavras que eu queria dizer a V. Ex^a e alertar para esse abastecimento, porque, Sr. Ministro, como dizia o grande líder chinês Mao Tse-Tung: "Povo de barriga cheia não pensa em revolução".

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O Sr. Ministro dispõe de dois minutos.

O SR. MINISTRO LÁZARO BORBOZA — Sr. Presidente, serei rápido, apenas para adiantar ao eminente Senador Ney Maranhão que já estamos procedendo a um rigoroso inventário de estoques na Conab, inclusive com a lacragem dos estoques, a fim de evitar desmandos. Fizemos a instauração de vários inquéritos policiais, de cento e tantas sindicâncias, solicitamos até a prisão de funcionários da própria Conab e estamos desenvolvendo, através de grande esforço, um programa de informatização. Mas quero agradecer, sobretudo, Senador Ney Maranhão, por mais uma vez me fazer aqui um alerta e uma lembrança em relação a integrar, nesse fortalecimento da Rede Somar, as panificadoras.

Tenho certeza, nobre Senador, que as informações de V. Ex^a, como homem público sério que é, nos serão de grande valia e poderemos, sem dúvida alguma, juntá-las à experiência dos técnicos da Conab.

Muito obrigado, Senador.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Irapuan Costa Júnior.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PP—GO. Para interpe-lar. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, antes de mais

nada, nossos cumprimentos pela exposição que V. Exª fez, hoje, na abertura desta sessão de convocação. Já o conhecemos de longa data, desde quando, adversários que fomos, eu, no Governo do Estado de Goiás, e V. Exª, como Senador, aqui nesta Casa, sempre guardando o melhor relacionamento de respeito. Vi com satisfação a ida de V. Exª para o Ministério da Agricultura, porque, conhecendo-o de longa data, eu o sei um homem bastante preparado para a função, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista prático, e também pela seriedade com que V. Exª sempre encara os problemas nacionais.

Tenho uma preocupação antiga com a questão da armazenagem, do transporte e da comercialização de grãos neste País. Fiquei mais satisfeito ainda quando vi assumir a Presidência da Conab um outro cidadão que conheço também desde longa data, que é um homem de caráter, de muita seriedade e que tem uma formação profissional bastante rígida: um homem talhado para assumir uma posição nesse órgão, que é conhecido como um dos mais envolvidos em corrupção num passado recente.

Embora V. Exª já tenha prestado alguns esclarecimentos aos colegas, eu gostaria de fazer as seguinte perguntas:

Qual é o estoque de grãos de propriedade do Governo?

Como são hoje comercializados esses grãos?

O transporte de grãos pelo território nacional é hoje feito através de concorrências públicas?

A última pergunta diz respeito sobretudo ao Estado de Goiás, que é o Estado a que pertencemos:

Como estão as providências relativas à erradicação da febre aftosa e à volta do fornecimento de carne à Comunidade Econômica Européia?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem a palavra o Sr. Ministro por 5 minutos.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOSA — Eminentíssimo Senador Irapuan Costa Júnior, agradeço a V. Exª pela lhança das suas colocações, que efetivamente acentuam o caráter de um relacionamento sadio mantido entre V. Exª e nós, independentemente de posições partidárias — o caráter de respeito à coisa pública. Isso tem sido muito importante porque, ao longo dos anos da nossa convivência, essa tem sido a tônica do nosso relacionamento.

Quero dizer a V. Exª que os estoques, em EGFs — não são, portanto, estoques do Governo, sabe V. Exª, são estoques privados sob a jurisdição do Banco do Brasil, tendo como gestora a Conab —, em EGFs, isto, em operações de empréstimos do Governo Federal, temos 6.823.000 toneladas, em números redondos; em arroz, 2.017.000 toneladas; em algodão em plumas, 21.600; em algodão em caroço, 31.000 toneladas; em feijão, 196.000 toneladas; em milho, 2.885.000 toneladas. Em sementes selecionadas, que não é significativo, temos 41.000 toneladas em arroz; 441 toneladas em milho; 156.000 toneladas em soja e 205.000 toneladas em trigo. E em AGF, isto é, em estoques efetivamente do Governo, temos: em algodão, 5.556 toneladas; em arroz, 8.827 toneladas; em feijão, 86.542 toneladas; em milho, 547.524 toneladas; e em trigo, 10.364 toneladas. A esses estoques devem ser agregadas 608.000 toneladas de trigo importado, que é propriedade do Governo. Então, os estoques governamentais são de 2.058.813 toneladas.

Quanto à comercialização, esses produtos são comercializados na Rede Somar, nas vendas diretas de balcão, mas sobretudo são comercializados na bolsa. Todas as operações

de bolsa são integradas. E já fizemos, no decorrer do Governo do Presidente Itamar Franco, cerca de 60 e poucos leilões, todos eles, graças a Deus, com absoluta transparência e sem nenhum problema.

Quanto à exportação de carne para a Comunidade Econômica Européia, quero dizer a V. Exª que o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, sobretudo em face dessa greve de funcionários públicos, estamos fazendo um esforço enorme e desenvolvendo alternativas com a utilização, inclusive, de laboratórios privados, valendo-se, também, de laboratórios de universidades para o chamado exame de resíduos biológicos nos derivados de carne que exportamos, principalmente para os Estados Unidos, mas também para a Comunidade Econômica Européia. A cada dia, o mercado internacional se torna mais exigente e precisamos estar em condições de atender essas reivindicações.

Eminentíssimo Senador, malgrado existam barreiras, que são barreiras comerciais, sendo utilizados, às vezes, como pano de fundo, problemas sanitários, queremos estar em condições de, inclusive, oferecer uma absoluta salvaguarda para que esse expediente não seja usado contra o Brasil. Estamos estabelecendo convênio com organismo internacional, na área de sanidade animal, para que ele supervisione os programas de exames de resíduos biológicos dos derivados de carne do Brasil. Assim, teremos o respaldo de uma entidade internacional de reconhecida credibilidade.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Quanto ao transporte de grãos referido por V. Exª — de triste memória, num passado mais ou menos recente —, hoje, qual é a orientação do Ministério da Agricultura?

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOSA — A orientação do Ministério, primeiro, para evitar o cartel do transporte: os leilões de frete em pequenas quantidades. Sabemos que, no passado, efetivamente, foi um fato de triste memória. Atualmente, isso é feito com absoluta transparência.

É claro, o grande problema no Brasil é ainda o fato de sermos obrigados a transportar, às vezes, grandes quantidades quase que simultaneamente, com todos os gargalos das más estradas, do tempo de chuva e de umidade excessiva nos produtos que transportamos.

Agora, quanto ao contrato com os armazenadores, esses contratos protegem o interesse público. Por que protegem? Porque o armazenador, ao receber um produto com padrão x de qualidade, civilmente é obrigado a ressarcir ao Governo, se no momento da entrega do grão ele o fizer num padrão inferior ao que recebeu.

Então, se essa mercadoria for vendida com deságio, o armazenador terá de pagar a diferença, e no caso de ela perecer, ele terá, também, a obrigação de ressarcir ao Governo.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Estou satisfeito com as informações de V. Exª e lhe desejo muito sucesso.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOSA — Eu gostaria ainda, nobre Senador, de dizer a V. Exª que, no sentido de minimizar custos, hoje a estratégia do Ministério da Agricultura é, tanto quanto possível, fazer os leilões para que o comprador retire a mercadoria do local onde ela se encontra, para que o Ministério, a Conab não arque com a responsabilidade do frete.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Muito obrigado, desejo muito sucesso a V. Exª e a todos seus auxiliares do Ministério.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB-RR. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Sr. Ministro, gostaria de dizer a V. Exª que sou neófito aqui no Senado Federal. Já ouvi exposições de diversos Ministros, mas nunca as classifiquei com tamanha minudência, experiência e com tanta tenacidade que tem V. Exª de dirigir o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Por isso, gostaria de dizer que o que a imprensa vem fazendo com V. Exª, realmente, é um verdadeiro infortúnio, porque sabemos da vivência pública de V. Exª pela simplicidade com que expôs aqui, diante deste cenáculo democrático, devido à experiência de oito anos de plenário no Senado Federal.

Para satisfazer ainda mais a minha curiosidade, tenho aqui cinco perguntas a V. Exª

Primeiro: fala-se muito em aumentar a produção agrícola, contudo, o que, efetivamente, tem feito o Ministério da Agricultura, em matéria de propostas, para aumentar a renda dos pequenos produtores?

Segundo: fala-se muito em perda de grãos armazenados. Qual é a verdade sobre esse assunto? O que o seu Ministério tem proposto a respeito?

Terceiro: sabe-se que alguns países vizinhos, como o Chile, têm na produção e exportação de frutos excelentes atividades geradoras e captadoras de divisas com a exportação. Por que esse setor não é tão expressivo ainda no nosso País?

Quarta: qual a colaboração do Ministério da Agricultura na elaboração do Plano de Governo?

E a última pergunta bastante subjetiva: existem algumas entidades que estão ligadas intimamente com o Ministério da Agricultura, a OCB — Organização das Cooperativas do Brasil; CNA — Confederação Nacional da Agricultura; ABAG — Associação Brasileira de Agrobusiness; ABIOVE; Federação Nacional do Gado de Corte; Sociedade Rural Brasileira e os Parlamentares Ruralistas do Congresso Nacional.

Esses órgãos, essas entidades, esses parlamentares têm manifestado apoio junto ao seu Ministério e, especialmente, à equipe de V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Com a palavra o Sr. Ministro Lázaro Barboza.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eminente Senador César Dias, aumentar a renda dos pequenos agricultores é um dos desafios no qual estamos trabalhando fortemente.

Temos, hoje, algo em torno de quatro milhões de pequenos produtores inviabilizados economicamente. E é para eles que estamos colocando uma série de alternativas de conhecimentos tecnológicos, incentivando-os a se reunirem com associações de produtores, ou em cooperativas, para facilitar essa assimilação de conhecimentos. Ao mesmo tempo, também isso facilita o acesso às condições de mercado, para comercialização de seus produtos, utilizando mais tecnologia.

Dentro dessa estratégia de valorizar o pequeno produtor, combinando isso com a equivalência produto, que para os pequenos produtores é algo que já está efetivamente definido, o programa Frupex — se V. Exª não recebeu ainda um exemplar — é uma das grandes alternativas e responde à indagação de V. Exª porque o Chile é hoje um dos grandes exportadores

de frutas de mesa *in natura*, com a receita de um bilhão e 300 milhões de dólares, enquanto o Brasil amarga uma posição caudatária, no patamar de apenas 100 milhões de dólares. Com a execução desse Plano, o Frupex, pretendemos chegar lá, eminente Senador.

Quanto à perda de grãos, quero dizer a V. Exª que, no Brasil, embora todas as estatísticas deixem uma margem de dúvida, pesquisas muito sérias, feitas na nossa administração, no Ministério da Agricultura, já constatarem a veracidade da perda de aproximadamente 20% dos grãos, o que é efetivamente muito alto. Cerca de metade dessas perdas ocorrem fora da porteira da fazenda; e a outra metade, ou quase isso, da porteira para dentro.

Temos um plano de minimização de perdas, que terei oportunidade de colocar em detalhes nas mãos de V. Exª para que eu possa, nesta resposta, ficar dentro do prazo regulamentar.

Quanto ao plano de governo, quero dizer a V. Exª que todas as medidas propostas, na área agrícola, pelo Ministério da Agricultura, foram atendidas pelo Presidente Itamar Franco. De forma que, todas as sugestões de mudança na política agrícola foram feitas dentro do Ministério da Agricultura e a mais importante delas, a equivalência produto, que não está ainda devidamente equacionada, mas que é a bandeira mais forte para a agricultura brasileira, para que ela possa efetivamente dar um salto em produção e produtividade e fazer face ao desafio de oferecer comida abundante e mais barata para todo o povo brasileiro, passa necessariamente pela combinação de uma série de ações, inclusive a que mencionei, anteriormente, na minha exposição, ou seja, a de uma reforma tributária que deixe de apenar a agricultura, que, hoje, paga tributos em cascata na ordem média de 36 a 37% até sobre os produtos básicos, o que é um absurdo. Em nenhum outro país do mundo ocorre isso, apenas no Brasil.

De forma que deve haver a combinação dessas ações: a construção de armazéns em nível de propriedade, a melhoria de estradas — e acredito que, agora, vamos ter uma melhoria dos portos para exportação — uma maior oferta de empregos e, sobretudo, a melhoria do poder de compra do consumidor. Ao longo de muitos anos, a grande estratégia sempre foi manter alimentos baratos para uma população citadina com salários tremendamente achatados.

Ora, isso cria uma dificuldade, um “gargalo” muito grande, e precisamos combinar esse elenco de ações, das quais, agora, o Presidente Itamar Franco está determinado a tomar a frente, para, nessa campanha de combate à fome, à miséria e à escassez, fazer com que a sociedade brasileira seja acordada, não pelas sinetas do Governo, mas, eu diria, pelas trombetas de Jericó, porque é preciso que haja uma forte consciência nacional de que só poderemos sair dessa situação pelo fortalecimento da agricultura. E é o que se busca fazer neste Governo e são essas as ações desenvolvidas pelo Ministério.

Quanto ao apoio dessas entidades, que são parceiras do Ministério, tenho para mim, eminente Senador, que a presença espontânea de todos esses segmentos aqui, na tribuna de honra, e a frequência com que estão debatendo com o Ministro da Agricultura é a resposta mais significativa de que sempre houve essa parceria, muito forte, entre o Ministro e os setores organizados da produção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Senador, V. Exª deseja contraditar o Sr. Ministro? V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. CÉSAR DIAS — Não, Sr. Presidente. Desejo apenas agradecer a brilhante exposição do Ministro Lázaro Barboza e desejar um futuro promissor à sua administração.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG) — Sr. Presidente, Senador Humberto Lucena, Sr. Ministro Lázaro Barboza, Srs. Senadores, Sr. Senadora, Sr. Ministro, louvo o entusiasmo com que V. Exª, na sua exposição a esta Casa, abordou todos os problemas relacionados com a agricultura em nosso País. V. Exª trouxe um grande número de informações que, certamente, daqui para frente, serão analisadas por todos os Srs. Senadores e, sobretudo, por aqueles que estão intimamente envolvidos com a área da agricultura em nosso País.

V. Exª, na sua abordagem, não teve muitos comentários sobre um dos problemas que nós temos considerado gravíssimo nos últimos dias. Abordado pela imprensa nacional, com enfoques acompanhados de dados e números, que mostram uma realidade que nós reputamos de extrema gravidade, neste momento, em nosso País — e quero enfatizar que esse problema não se situa única e exclusivamente na administração do Ministro Lázaro Barboza —, esse tem sido um problema histórico em nosso País. Já no passado, candidatos a Presidente da República transformaram a questão do apodrecimento de alimentos nos armazéns espalhados por todo o País até mesmo como plataforma eleitoral.

Pois bem, Ministro, quero colocar o dedo nesta ferida, nesta tarde. Penso que toda a opinião pública do nosso País está a esperar por uma resposta que venha ao encontro, exatamente, da manifesta vontade do Presidente da República e de V. Exª, de estancar, de uma vez por todas, os desvios, a corrupção e o apodrecimento de alimentos de propriedade da Nação e que estão hoje espalhados por esses armazéns.

V. Exª enfocou muito bem que nós temos, hoje, 32 milhões de brasileiros que vivem na mais completa miséria social, de acordo com o mapa da fome, anunciado recentemente. Enquanto isso, a própria imprensa nacional, prestando um grande serviço ao País e ao Governo, detectou cerca de 3 mil 588 toneladas de alimentos já apodrecidos nos armazéns reguladores de estoque da Conab, e ainda 30 mil 513 toneladas, que estão ameaçadas de ter o mesmo fim, pois já estão classificadas como abaixo do padrão. A própria Conab reconheceu que, nos armazéns espalhados pelo País, cerca de 1 mil 647 toneladas de grãos encontram-se deterioradas, significando um prejuízo de 2 bilhões e 500 milhões de cruzeiros para o País.

Vamos sintetizar alguns números, reconhecidos oficialmente pela Conab, com dados do desperdício: 349 toneladas de feijão estão abandonados nos galpões da Casemg, em Montes Claros, há quase um ano. E veja bem, Ministro, para alimentar toda aquela região, que é considerada a região da pobreza do norte de Minas, esses alimentos têm que sair lá do Rio Grande do Sul. Enquanto isso, temos lá, há quase um ano, 349 toneladas de feijão armazenadas.

— No Rio Grande do Sul, 500 toneladas de arroz estão estragando;

— no Paraná, 882 toneladas de farinha de mandioca apodrecem;

— no Pará, no armazém de Marabá, constatou-se que 65 toneladas de feijão estão apodrecendo.

Por outro lado, no Mato Grosso, cerca de 1.243 toneladas de milho e 38.4 toneladas de arroz estão estragando nos armazéns.

No Mato Grosso do Sul, constatou-se que estão apodrecendo nos armazéns cerca de 1.500 toneladas de feijão e 9.900 toneladas de milho.

As estatísticas levantadas e publicadas na imprensa nacional e não contestadas nem por V. Exª, nem pelos diretores da Conab e nem pelos técnicos da área do Ministério da Agricultura revelam um quadro de total desrespeito no trato com a ética envolvendo o dinheiro público, e que deixou o Presidente Itamar Franco chocado e a opinião pública indignada.

Ministro Lázaro Barboza, nesse mapa do desperdício, da deterioração dos alimentos e da grave omissão, quando, por outro lado, o Governo se propõe a investir, como V. Exª enfatizou com muita propriedade, cerca de 21 bilhões e 560 milhões de dólares no programa de alimentação às famílias de baixa renda, é inacreditável, para não dizer um escândalo moral, que neste Governo ainda se constatem fórmulas cínicas e chocantes de desvio de recursos destinados à merenda escolar aplicados no mercado financeiro, manipulação desordenada dos estoques reguladores do Governo, nas mãos de armazenadores que se tornaram conhecidos e até foram indiciados pela Polícia Federal por envolvimento nos mais famosos esquemas e quadrilhas que o Brasil espera ver sepultados definitivamente.

Diante de todas essas denúncias, quais as providências tomadas para devolver aos cofres públicos o rendimento de um trilhão e 200 bilhões de cruzeiros — se é que eles existem, se é que foram encontrados — auferidos com a aplicação financeira de 4 trilhões e 800 bilhões de cruzeiros da verba da FAE, repassada à Conab para a merenda escolar?

A outra indagação que faço é sabido que existe no País a máfia dos grãos. Os armazenadores compram por preço até 50% inferior ao estipulado pela própria CONAB em leilões os produtos que eles mesmos armazenam, alimentos que são, em sua maioria, comercializados na mesma safra.

V. Exª aceitou a sugestão de instalar um seminário para discutir o apodrecimento de alimentos nos armazéns reguladores do Governo, além de uma comissão para estudar sugestões sobre alterações na política de regulação de preços e armazenamento.

O que objetivamente foi feito, até agora, para sanar essas graves irregularidades?

Dos 107 processos de sindicância para apuração de desvios e corrupção quantos já foram concluídos e quais as punições determinadas por V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Com a palavra o Sr. Ministro, por cinco minutos.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eminente Senadora Júnia Marise, do pronunciamento de V. Exª quero destacar alguns pontos, nobre Senadora. V. Exª baseou seu discurso em uma denúncia do próprio Ministro da Agricultura, do dia 17 de novembro de 1992, quando ele informou à imprensa que a Conab amargava perdas de 2 bilhões e quinhentos milhões com toneladas de grãos estragados. As providências determinadas — não agora, Senadora, por ocasião de nova divulgação, pela imprensa, de um fato já pretérito, de que o próprio Ministro tinha dado conhecimento ao País — fazem parte de um elenco de medidas que constam de um ofício datado do mesmo dia 17 de novembro de 1992, ao Presidente da CONAB, determi-

nando, com vista a racionalizar a guarda e a manutenção dos estoques públicos:

“Determino a V. S^a a implantação, nessa Companhia, com as correspondentes instruções às superintendências regionais, da seguinte relação de prioridades nos procedimentos de vendas ou qualquer outra modalidade de alienação de produtos:

- estoques com risco de perdas;
- armazéns sem contrato ou descredenciados;
- estoques armazenados ao céu aberto ou em piscinas;
- estoques armazenados em regiões ínvias, de difícil acesso em períodos de chuvas; e
- estoques de safras antigas.”

Mas não foi apenas nisso. O Ministro determinou uma série de providências moralizadoras. Dos inquéritos já efetivados, resultaram, inclusive, nobre Senadora, prisões de funcionários no Estado de V. Ex^a No Triângulo Mineiro, alguns funcionários da própria Conab foram presos.

Quando V. Ex^a menciona produtos apodrecidos nesses locais, é preciso ficar claro que eles não apodreceram no Governo do Presidente Itamar Franco, nem na gestão do Ministro Lázaro Barboza. Inclusive, foi o Ministro Lázaro Barboza quem deu, em primeira mão, conhecimento ao País da perda desses estoques.

E quando V. Ex^a fala que o armazenador compra mais barato do Governo, com deságio, quero dizer a V. Ex^a que aí há um equívoco. Primeiro, os contratos de armazenagem obrigam o armazenador a devolver ao Governo a mercadoria, no dia em que o Governo vai lançar mão do produto, com o mesmo padrão. E se ela entra em leilão e é vendida com deságio, nos termos em que a lei agrícola autoriza, o armazenador terá que pagar a diferença, obrigatoriamente. O patrimônio dele responde pela natureza dos contratos civis.

Outra coisa, eminente Senadora. Quando determinamos essa série de providências e ao longo destes últimos meses a direção da CONAB, com muita garra, com muita transparência, vem atuando no sentido de evitar perdas, é porque este Ministro, os diretores da CONAB e o Presidente Itamar Franco se sentem tão revoltados quanto V. Ex^a ou qualquer outro cidadão quando têm conhecimento de que, em qualquer parte do País, seja do Governo ou não, há perda de alimentos. Isso efetivamente nos revolta. E é por isso que não temos sido condescendentes em instante algum.

E quero dizer mais a V. Ex^a e a este Plenário pelo qual tenho o maior respeito, porque aqui passei oito anos que eu diria que foram os momentos mais altos da minha vida pública. Quero dizer que se alguém puder apontar e provar uma omissão do Ministro Lázaro Barboza em relação aos estoques do Governo, o Ministro não apenas pede demissão do seu cargo, mas renuncia à vida pública. Há deserção, há deslealdade, sobretudo para com o meu País; mas a consciência da minha obrigação cívica, eminente Senadora, me impele a dizer que estar à frente do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária não é um bônus. Qualquer cidadão que se assentar naquela cadeira tem de ter a nítida compreensão de que é um ônus terrível. Enquanto eu tiver forças cívicas e convier ao Presidente Itamar Franco, lá estarei vigilante, na alternância dos dias e das noites, na defesa dos interesses desta Nação e da agricultura brasileira, essa agricultura tão sacrificada, mas que oferece a única alternativa e o único caminho rápido para que possamos reconciliar a Nação consigo mesma.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Senadora Júnia Marise, V. Ex^a dispõe de dois minutos para contestar ou contraditar.

A SRA. JÚNIA MARISE — Sr. Ministro, V. Ex^a, com muita ênfase, ratificou aqui o seu desejo e até anunciou que todas essas denúncias publicadas e divulgadas pela imprensa nacional tiveram como ponto de partida um pré-estudo elaborado por V. Ex^a.

Tenho lido todo esse noticiário e parece-me que V. Ex^a, ao reexaminar as publicações da imprensa, certamente encontrará uma declaração de um dos Diretores da Conab que não tem — depois da afirmação de V. Ex^a —, talvez, o mesmo pensamento seu. Ao serem indagados pela reportagem, chegaram a afirmar que esses produtos, que esses grãos, que essas toneladas de alimentos que estão apodrecidos nos armazéns significam uma quantia tão irrisória no conjunto das toneladas armazenadas que, praticamente, é inexpressiva. Sei que isso, certamente, não partiria de V. Ex^a Sr. Ministro Lázaro Barboza. Essas toneladas que estão apodrecidas dariam para alimentar hoje cerca de quatro milhões e quinhentas mil crianças durante um mês.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Permita-me uma ressalva, eminente Senadora?

A SRA. JÚNIA MARISE — Ouço o nobre Ministro Lázaro Ferreira Barboza.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Diante da informação de V. Ex^a, mais ou menos balizando que haveria omissão do Ministro, esqueci de outro enfoque com relação às aplicações financeiras de recursos.

A SRA. JÚNIA MARISE — Pois não, Sr. Ministro, reitero essa indagação.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Explicarei rapidamente a V. Ex^a o processo das aplicações financeiras.

Num país com o nosso índice de inflação, se a Conab não fizesse a aplicação dos recursos destinados à compra da merenda escolar no mercado, ela não compraria a quantidade de alimentos necessária. Quero dizer a V. Ex^a que a CONAB está autorizada a fazer a aplicação desses recursos financeiros desde 1976, e as contas da CONAB referentes a 1991 foram encaminhadas por mim, ao Tribunal de Contas da União, com parecer opinando pela sua rejeição, porque entendi que havia razões técnicas, além de dúvidas, que não me permitiam recomendar ao egrégio Tribunal de Contas da União a aprovação delas. As contas mais antigas, em que já se fazia as aplicações financeiras, estão aprovadas.

São essas as explicações que desejo prestar a V. Ex^a, porque pode passar a impressão de que a CONAB estaria se beneficiando do dinheiro que, em primeira análise, deve servir para garantir a merenda escolar.

A SRA. JÚNIA MARISE — Quer dizer que V. Ex^a confirma que houve aplicação desse dinheiro?

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Confirmando e houve ato legal que a autorizasse; caso contrário, a CONAB não teria como garantir as compras. Esse ato legal data de 1976 e é originário do Ministério da Fazenda, do Procurador da Fazenda Nacional.

A SRA. JÚNIA MARISE — Sr. Ministro, o nosso tempo já está esgotado e o Presidente já está com os olhos voltados para esta tribuna, numa convocação para encerrarmos os nossos questionamentos.

Gostaria apenas de deixar aqui uma reflexão para V. Exª. A imprensa e a opinião pública constataram que o fato desses recursos repassados para a CONAB, pela FAE, terem sido aplicados no mercado financeiro gerou um atraso sensível na distribuição da merenda escolar em todo o País. Sr. Ministro, são 35 milhões de crianças carentes nas escolas. Fica aqui o nosso apelo para que V. Exª, entre as grandes, graves e importantes atribuições que tem como Ministro da Agricultura e Reforma Agrária — e que acaba de deixar aqui, através do pronunciamento que fez, uma grande expectativa nacional, no sentido de que o País irá usufruir de mais de 70 milhões de toneladas de alimentos, muito mais, espero — que V. Exª seja um gerente mais firme, cioso dessa responsabilidade, para que as crianças não continuem sem a merenda escolar nas escolas públicas.

É a reflexão que deixo para V. Exª
Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro Lázaro Barboza, V. Exª dispõe de dois minutos para responder à Senadora Júnia Marise.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Presidente, eminente Senadora Júnia Marise, no ano passado, o Governo Collor garantiu 27 dias de merenda escolar. O Presidente Itamar Franco quer garantir 200 dias. Repito, mais uma vez, que, se a CONAB não fizesse a aplicação dos recursos financeiros colocados a sua disposição, reduzir-se-ia a quantidade de alimentos que ela poderia comprar para a merenda escolar.

Muito obrigado a V. Exª, nobre Senadora.

Durante a interpelação da Srª Júnia Marise, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª se encontra de pé na tribuna há mais de duas horas. De modo que, a Presidência o convida a tomar assento à mesa, passando a responder sentado.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Presidente, agradeço muito a deferência de V. Exª, mas, relembro para a Casa a grande figura de Teotônio Vilela que dizia que a postura do orador deve ser de pé. Por esse motivo, gostaria de permanecer na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, esse tem sido um hábito, pelo menos nos últimos tempos. Mas já que V. Exª declina do convite da Mesa, V. Exª tem todo o direito de continuar na tribuna.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio, que disporá de cinco minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL—TO. Para interpelar. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr. Ministro Lázaro Barboza:

De antemão, gostaria de lamentar por não ter podido estar aqui desde o início da fala de V. Exª, que, certamente, muito elucidou sobre a agricultura do nosso País, principalmente sobre as perspectivas para as novas safras.

Gostaria de dizer, Sr. Ministro, que já tive a oportunidade de me manifestar sobre a satisfação em tê-lo na Pasta da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Também por ser V. Exª um homem do Centro-Oeste e um expert nesse assunto. Tive a oportunidade de dizer que, ao que parece, o Ministério da Agricultura se dá bem com os seus titulares do Centro-Oeste — inicialmente o ex-Ministro Íris Rezende e agora V. Exª — pois a gestão de V. Exªs tem nos proporcionado as maiores safras, 72 milhões de toneladas de grãos e, agora, uma perspectiva de cerca de 69 a 70 milhões de toneladas de grãos.

Gostaria também de dizer que é muito importante, portanto, a presença de V. Exª para o Estado do Tocantins, que também é o seu Estado, já que somos separados apenas pelo corte do cordão umbilical do Estado de Goiás. Essa nova fronteira agrícola muito necessita de V. Exª, principalmente, no que diz respeito à alocação de recursos, eletrificação rural, correção do solo etc.

Enfim, não querendo ser prolixo, apenas farei duas perguntas e gostaria de vê-las respondidas.

V. Exª sabe que a maior reivindicação dos produtores rurais, especialmente dos pequenos e médios, é a retirada da TR e de outros indexadores aplicados aos contratos de financiamento agrícola, de custeio e de investimentos, desde 1986, com efeitos altamente nefastos para a agricultura e, em consequência, para toda a população brasileira.

Sabemos, por outro lado, que não será possível o retorno ao crédito abundante e barato, sem fiscalização, propiciado pelo Governo Federal, no passado, na época do milagre.

Aplaudimos a provisão de 300 milhões de dólares, do Tesouro Nacional, para a equalização das taxas de juros, a serem empregadas para o financiamento de arroz, feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar. Aplaudimos, também, o aporte de mais 300 milhões de dólares para a equalização de preços de produtos agrícolas, bem como a prorrogação, para 15 de dezembro de 1993, dos empréstimos ao Governo Federal, correspondentes à safra 1991/1992, entre outras medidas.

Mas não abrimos mão, Sr. Ministro, da implantação do sistema de equivalência-produto nos financiamentos rurais. Neste sentido, gostaria de ouvir de V. Exª o relato da situação em que se encontram os estudos a respeito e para quando está prevista a aprovação desse sistema.

A segunda pergunta diz respeito ao calcário do meu Estado, o Tocantins. Parece-me que os produtores rurais estão adquirindo o calcário duas vezes e meio mais caro do que o normal, ou seja, para que V. Exª tenha uma noção, estamos comprando em Formoso do Araguaia, do Projeto Rio Formoso, calcário duas vezes e meio mais caro que em Porangatu ou Uruaçu e em terras que V. Exª conhece muito bem.

Uma das dificuldades que têm prejudicado a agricultura tocantinense está na comercialização do calcário. Embora dotado de várias indústrias, situadas em Rio Formoso, Cristalândia, Guaraí, Natividade e Dianópolis, o preço, e a falta de financiamento a tempo, têm inviabilizado o uso do corretivo do solo, essencial à cultura da soja e importante no cultivo do arroz e na formação de pastagens, itens de destaque na produção primária do nosso Estado.

A queda no "calcariamento" no Estado é estarrecedora, Sr. Ministro. Em 1986, o ano de pico, o Estado consumiu mais de 150.000 toneladas de calcário; em 1982, tal consumo não atingiu a 25.000 toneladas. A maior produtora do Estado, a mineração Rio Formoso Ltda, com capacidade instalada

de 150.000 toneladas/ano, só conseguiu colocar no mercado, em 1992, 7.000 toneladas.

Desde 1989, não há verba específica para o financiamento do calcário ao produtor; nos últimos quatro anos, os recursos do Banco do Brasil têm sido liberados tardiamente, após o preparo do solo e até mesmo após o plantio.

Pergunto a V. Ex^a: o que prevê o plano econômico do Governo na parte relativa ao calcário? Não basta aumentar recursos para o custeio, é necessário subsidiar o investimento em calcário, se quisermos aumentar a produção e a produtividade a longo prazo. O agricultor tocantinense não pode arcar sozinho com o preço de 16 dólares a tonelada do calcário, posto na fábrica, nem com o frete que, acima de 200 quilômetros de distância, duplica o preço do produto.

Portanto, são essas duas perguntas que gostaria de formular a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, eminente Senador Carlos Patrocínio:

Agradeço as delicadezas de V. Ex^a para com este seu amigo e conterrâneo.

Quero lhe dizer, em relação à equivalência-produto, que não há dúvida de que essa é a proposta do próprio setor agrícola contra a inflação, que é o mais perverso dos tributos que uma sociedade paga. O princípio da equivalência-produto já está feito pelo Presidente Itamar Franco, mas é preciso que o Ministério da Agricultura, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento façam um detalhamento e uma série de simulações. Pessoalmente, estou convencido de que, com 300 milhões de dólares, faríamos toda a equalização de taxas para todos os produtos básicos: arroz, feijão, milho, trigo e algodão.

Penso que 300 milhões de dólares é menos de 0,1% do PIB brasileiro, conseqüentemente, dar-se-ia uma contribuição extremamente forte para o aumento na produção de alimentos. Isso combinado com as outras ações que apontamos aqui, como a reforma fiscal e tributária, porque a agricultura é extremamente penalizada com uma cadeia de tributos que não se compadecem com a atividade. Nenhum outro país do mundo faz isso. Se não ajustarmos a carga tributária que pesa sobre a agricultura, vamos ficar inviabilizados em relação aos produtores de outros países que concorrem conosco e que recebem subsídios pesadíssimos.

Para que V. Ex^a tenha uma nítida compreensão do problema, a Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos, somados, gastam perto de 300 bilhões de dólares/ano em subsídios. Por que os Estados Unidos procuram se manter como o maior produtor de alimentos do mundo? É o país, é a pátria do liberalismo econômico. Mas não é só isso, é o país mais rico, mais desenvolvido, que continua sendo o maior produtor do mundo e faz questão de manter-se assim. Por quê? Porque ter alimentos em abundância é uma estratégia sem limites.

O Plano que o Brasil, agora, pelas mãos do Presidente Itamar Franco, acabou de lançar, mais do que um plano, um Conselho de Segurança Alimentar foi feito nos Estados Unidos no tempo da depressão, quando Franklin Roosevelt assumiu o governo. Naquela época, inclusive, conseguiu o milagre de fazer retornar ao campo centenas de milhares de norte-americanos que estavam nas grandes cidades. E hoje lembrava-me que temos, no campo, dois milhões e meio de

habitações vazias, e que com algum ajuste na legislação, não para tirar os direitos sociais dos trabalhadores, sobretudo na área de parceria e comodato, poderemos tentar lançar um programa para ver se conseguimos reverter esse quadro de centenas de milhares de famílias passando fome nas cidades. Passariam a ser braços produtivos no campo, sem haver a necessidade de uma inversão no programa habitacional, pois ocupariam esses dois milhões e meio de casas fechadas na zona rural.

V. Ex^a falava do calcário. Hoje determinei que fosse convocada a direção de uma associação de empresas que produzam calcário, porque é preciso ter uma reunião com esse setor. Estou recebendo informações de que eles estão fazendo ajuste de preços além da inflação, numa hora em que o Governo procura congregiar toda a sociedade num esforço para superar as dificuldades pelas quais passa.

Como gargalos do processo produtivo, não podemos aceitar que haja distorções setoriais. Darei informações a V. Ex^a tão logo essa reunião seja agendada. Sem o calcário para fazer correção, não há agricultura de cerrado. Terras ácidas precisam da correção. V. Ex^a sabe muito bem que o seu, o nosso Tocantins, o meu Estado de Goiás, Minas Gerais, ou qualquer outro Estado produtor, em áreas de cerrado, sobretudo, precisam de algo em torno de 10, 12 toneladas por alqueire, de quase 3 toneladas por hectare, para uma boa correção, sem o que a terra não responde com produtividade.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer as respostas claras do Exm^o. Sr. Ministro Lázaro Barboza, pois S. Ex^a pensa como nós. Este País está com um modelo totalmente errado, fazendo, durante os últimos 30 anos, com que 70% dos habitantes da zona rural componham, hoje, 70% dos habitantes das megalópoles, das grandes cidades. Como V. Ex^a mesmo frisou, penso que devemos implementar uma política de retorno desses cidadãos para o campo, porque em trinta anos, nós que tínhamos 70% da população brasileira na zona rural, mudamos totalmente esse panorama; hoje temos apenas 30%.

Se entendi bem, Sr. Ministro, o problema da equivalência/produto faz parte do Plano elaborado pelo Presidente Itamar Franco, dependendo ainda de ajuste com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, mas deverá ser implementado o mais breve possível.

Não sei se dependeria de alguma manifestação do Congresso Nacional, porque se assim o fosse, todos aqui seriam unânimes em afirmar que temos que estabelecer uma equivalência/produto/financiamento o mais rápido possível.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Tenho certeza disso.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Muito obrigado Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Muito obrigado Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Pedro Teixeira. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Deputado Federal Lázaro Barboza, esse não é um

setor em que transito livremente. Páro nos meus acostamentos para ouvir, aprender e retratar para o eleitor comum, alguns enfoques de informações que extrapolam o campo técnico.

Eu gostaria de fazer duas perguntas a V. Ex^a: assim que V. Ex^a assumiu o Ministério, iniciou o programa de distribuição do feijão, onde foi prometida a distribuição de cem mil toneladas do produto. O que realmente foi repassado às Prefeituras? Esse Programa cumpriu o seu papel?

Muitas das partes da pergunta seguinte V. Ex^a já respondeu, como por exemplo, sobre a incidência da tributação e a necessidade de se reexaminar essa matéria, para que possamos ter um preço justo ao alcance da bolsa popular. Dentro dessa visão global da agricultura brasileira, eu gostaria que V. Ex^a nos explicasse quais as soluções que apontaria com referência a dois itens: o transporte e a comercialização dos produtos?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Pedro Teixeira, em primeiro lugar quero dizer a V. Ex^a que a exposição de motivos, proposta pelo Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária ao Senhor Presidente da República, que redundou no programa de transferência de feijão ao Ministério do Bem-Estar Social, para distribuição gratuita ao público que estava fora do mercado ao consumidor, é muito clara ao estabelecer até 100 mil toneladas; já foram distribuídas 60 mil toneladas. Até agora, graças a Deus, 4 mil Municípios já receberam o produto e quero dizer a V. Ex^a que não recebi — embora não seja o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária o que faz a doação, e sim, o Ministério do Bem-Estar Social — nenhuma informação de distorções do programa.

E quanto à outra indagação de V. Ex^a, eu gostaria de dizer que a comercialização é um aspecto estratégico dessa logística. Quando uma safra encontra gargalos fortes de comercialização, acaba não beneficiando, pois pune o agricultor e não beneficia o consumidor. Temos alguns gargalos muito fortes, pois o nosso sistema de transporte está calcado quase todo sobre rodas, sobre pneus, tornando-o o mais caro do mundo. Os portos brasileiros, seja para exportar ou para importar, têm também gargalos muito fortes. O Presidente Itamar Franco recebeu as estradas brasileiras em péssimo estado de conservação. Já está iniciado pelo Ministério dos Transportes um programa de correção dessas estradas principais.

Para que tenhamos um bom escoadouro de safras, inclusive abrindo caminho para novas fronteiras agrícolas. Portanto, para os corredores de exportação, a Ferrovia Leste-Oeste tem papel estratégico, fundamental. Também o eixo norte tem influência enorme na incorporação de novas áreas.

Eu disse aqui — não sei se V. Ex^a já estava no plenário — que há dez anos não expandimos a área plantada; pelo contrário, ela tem sido reduzida. Temos obtido ganho de produtividade, mas o agricultor vem perdendo renda. Não obstante ganhe em produtividade, ele já perdeu mais de 40% de renda.

É preciso priorizar a agricultura, e isso o Presidente Itamar Franco está ciente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT—DF. Para interpelar, Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro Lázaro Barboza,

V. Ex^a, mais uma vez, respondendo às minhas questões, traz pistas importantes para esta Casa e para todo o Brasil, a fim de que possamos aprofundar-nos mais no estudo de problemáticas altamente significativas. Realmente, é muito importante o debate de alto nível, porque podemos avaliar a dimensão da nossa responsabilidade e do nosso trabalho.

Eu gostaria de saber um pouco mais sobre a distribuição do feijão, já que V. Ex^a disse que isso não pertence ao âmbito de seu ministério, mas ao de outro. Então, a esse destinatário deverei endereçar minhas questões.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Trata-se do Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT—DF) — Muito obrigado, Ministro Lázaro Barboza.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro Lázaro Barboza, tem V. Ex^a a palavra por dois minutos, se desejar.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Sr. Presidente, já prestei os esclarecimentos solicitados pelo nobre Senador Pedro Teixeira. Agradeço a S. Ex^a pela proverbial delicadeza das considerações que fez. Espero que S. Ex^a, em contato com o Ministro Jutahy Magalhães Júnior, receba o detalhamento das informações que solicita quanto ao programa do feijão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 17h12min, a sessão é reaberta às 17h18 min).

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN—AM. Para interpelar.) — Sr. Ministro, a pesca é importantíssima na complementação das proteínas. Nós, do Amazonas, sentimos isso mais do que nunca. V. Ex^a deve estar lembrado da pregação de Evandro Carreira nesta Casa, sobre a necessidade dos grandes criatórios. Então, pergunto: o que tem sido feito em relação à pesca em geral e, em particular, em relação aos criatórios do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária? Essa seria a primeira pergunta.

Como V. Ex^a sabe, o campo é um grande empregador. Se o campo emprega, as cidades diminuem ou crescem menos. Se isso é verdadeiro, por que a reforma agrária não é incentivada para que o campo possa absorver a grande massa que se dirige às cidades, inchando-as?

Se V. Ex^a me permite, farei uma terceira pergunta, que talvez seja acadêmica, porque nascida de ensinamentos que colhemos nos bancos escolares.

Sr. Ministro, sempre entendi e ouvi que a economia agrícola brasileira era feita de monoculturas e monoextrativismo; um Estado interdependente do outro; cada Estado produzindo um produto básico e essencial, quando poderia ser auto-suficiente como o são os estados americanos. Por que não se faz uma política brasileira no sentido de que cada Estado seja auto-suficiente, capaz de abastecer a si próprio, libertan-

do-se, inclusive, da dependência do transporte, que é bastante onerosa?

Resumindo: a primeira pergunta refere-se à pesca, como meio de propiciar complementação de proteínas e à necessidade de criatórios. Em segundo lugar, o campo é um grande empregador; se o campo emprega, as cidades diminuem. Por que a reforma agrária não é incentivada? Terceiro, por que não temos o polieextrativismo ou a policultura para cada Estado?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Aureo Mello, V. Exª aborda um tema de grande importância: a pesca.

V. Exª, que é da Amazônia, sabe muito bem que naquela região há uma peculiaridade, praticamente inexistente em outra parte do planeta, em relação à pesca. As águas de vários rios amazônicos são naturalmente enriquecidas, permitindo um processo novo, que é a criação do peixe em gaiolas, sem necessidade de ser alimentado pelo homem. Ele retira da água os sais minerais e as proteínas necessárias, que, em seguida, é metabolizado em um processo de crescimento efetivamente fantástico.

Lamentavelmente, a pesca ficou no limbo em relação à Reforma Administrativa. Como o Ministério do Meio Ambiente, julgando que a pesca tem relação direta com o meio ambiente, entende que a questão deveria ser de sua competência, o Ministério da Agricultura encaminhou dois avisos ao Ministro do Meio Ambiente propondo que a pesca, pelo menos enquanto fomento, ficasse com o Ministério da Agricultura; que as atividades de meio ambiente tivessem o acompanhamento do Ministério do Meio Ambiente, enquanto que a área de exploração da pesca, a atividade exploratória comercial e industrial fosse feita interface com o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Estão em entendimento os três Ministérios no sentido de ajustar o nível de responsabilidade de cada um deles nessa questão de grande importância estratégica para o Brasil e para o mundo.

Quanto ao fato de o campo ser um grande empregador, ele realmente o é, e a reforma agrária é de fundamental importância nesse processo. Infelizmente, nesses poucos meses do Governo do Presidente Itamar Franco, não tivemos como avançar em função da Lei do Rito Sumário, só recentemente aprovada por esta Casa. Mas, como essa lei sofreu alterações, retornou à Câmara dos Deputados. Sem a Lei do Rito Sumário, que permitirá ao Governo, ao desapropriar, se emitir imediatamente na posse do imóvel desapropriado, não há como fazer juridicamente vingar as desapropriações.

Uma outra questão, nobre Senador Aureo Mello, refere-se aos títulos da dívida agrária, que, como já tive oportunidade de mencionar aqui hoje, em valores atuais, já devem estar por volta dos 7 trilhões de cruzeiros de TDA vencidos nos Governos anteriores e que não foram honrados. É um dos pontos da herança difícil que recebeu o Presidente Itamar Franco para administrar. O Tesouro Nacional, o Ministro da Fazenda e o Banco Central estão estudando uma equação para resolver esse problema; uma equação semelhante àquela que utilizamos para o chamado PROAGRO velho, de 190 milhões de dólares. Usaremos os recursos da rubrica do Orçamento de 1993 para pagar aos agricultores. E o Ministro da Fazenda vai propor a renegociação, a securitização do restante

da dívida com o sistema financeiro. Essas negociações estão em curso e tenho a impressão de que serão bem sucedidas.

Por outro lado, a "selicagem" dos títulos da dívida agrária é uma questão técnica que está sendo estudada, mas, infelizmente, o Governo não tem ainda uma equação para ela. Isso está se dando na área do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil.

Quanto à questão da monocultura, o Ministério da Agricultura está empenhado na diversificação da produção agrícola, principalmente em relação aos pequenos agricultores. Quando V. Exª lembrou o eminente Senador Evandro Carneira, que foi meu colega nesta Casa, recordei-me de que S. Exª cotidianamente mencionava aqui as riquezas extrativistas da Amazônia, mais especificamente a castanha-do-pará.

Vou dar uma notícia ao Senado. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, nesta sua nova fase, trabalhando em sintonia com a demanda dos produtores e com a sociedade, está conseguindo desenvolver um grande trabalho de engenharia genética, transferindo gens da castanha-do-pará para o feijão. É feito o transporte de gens protéicos da castanha-do-pará, com o intuito de produzir o feijão, não apenas o energético ou calórico, que é fonte de ferro, mas também o protéico.

O Ministério da Agricultura também vem desenvolvendo esse trabalho, nobre Senador Aureo Mello. Quero ter a alegria de encaminhar ao seu gabinete um detalhamento dessas minudências, para que V. Exª possa comungar conosco da alegria e da emulação desse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. AUREO MELLO — Com muita honra, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB — PB. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, a tonelada de carne da Nova Zelândia é vendida aos Estados Unidos, aos países da Europa e ao Japão a 6 mil e 500 dólares. O Brasil, por sua vez, só consegue 1 mil e 500 dólares pela mesma tonelada de carne, vendendo apenas aos Estados Unidos e à Europa. Ultimamente, sofremos ameaça de restrições. O Japão não nos compra. Isso é devido à febre aftosa, que ainda não tem controle adequado aqui.

Que medidas V. Exª tem tomado em relação a este problema? O que o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária tem feito em relação à febre aftosa? Esta seria a primeira pergunta.

Segunda pergunta: o Brasil cultiva 10% de sua área agrícola. O que tem feito o Ministério da Agricultura para expandir a produção?

Terceira pergunta: o consumo *per capita*, hoje, está muito baixo, ou seja, nunca houve um tempo em que o Brasil consumisse tão poucos alimentos. Se a economia esquentar e aumentar, qual será o comportamento da produção versus consumo? Se as pessoas obtiverem dinheiro para comprar, teremos produção?

Última pergunta: o café já foi a nossa primeira riqueza. O Brasil comandava o mercado do café. Hoje, já não somos importantes. O café de pouca qualidade e seus produtores, países menores, como a Colômbia, são mais importantes no cenário mundial do que nós. O que o Ministério da Agricultura está fazendo para reverter esse quadro?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Nobre Senador Ney Suassuna, V. Exª tem inteira razão. Quando a Nova Zelândia, a Austrália e outros países produtores de carne colocam uma tonelada nesses mercados mais sofisticados, eles chegam a receber até 6 mil e 500 dólares, dependendo, é claro, do tipo de carne; e o Brasil recebe entre 1 mil e 500 a 1 mil e 600 dólares, no máximo, por tonelada.

Desde o primeiro instante em que assumi o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, procurei estabelecer com os setores envolvidos na pecuária de corte essa parceria muito forte, para que tenhamos um programa de sanidade animal e não falemos mais no controle da aftosa, mas em sua erradicação, exatamente para reverter esse quadro.

Nesse sentido, já alteramos a legislação, através de uma portaria, e o Presidente Itamar Franco já encaminhou à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei reestruturando os serviços de fiscalização sanitária e a política de governo no setor. Inclusive, fruto de um convênio com o Banco Mundial, estamos acabando de entregar aos Estados Federados, que têm convênio com o Ministério da Agricultura nessa área, 300 veículos para atuarem efetivamente no programa de sanidade unificada da área animal.

Isto é de suma importância. Estamos criando um estado de conscientização na sociedade produtora de carne para a absoluta necessidade de melhorarmos o nível das pastagens, de obtermos mais precocidade do nosso rebanho, aumentando, assim, o nível do nosso desfrute. A carne brasileira é uma das melhores do mundo, e a nossa pecuária, a maior pecuária de corte do planeta. Portanto, na medida em que os nossos programas sanitários tiverem inteira credibilidade no mercado internacional, teremos condições de impedir que contra nós existam essas barreiras não convencionais que utilizam, muitas vezes, como pano de fundo, a questão sanitária.

Queremos atingir um patamar de maior ousadia na oferta de carne ao exterior. Tenho certeza de que poderemos, em curto prazo, mudar o perfil da pecuária brasileira. Experiências notáveis estão sendo feitas, quer a nível de pesquisa, quer a nível de produtores.

No Mato Grosso do Sul, há um programa de novillo precoce. Outros Estados estão fazendo o mesmo. Há o sistema de confinamentos. Isso tudo já está merecendo a atenção de um número muito grande de produtores e dentro de pouco tempo, estaremos conseguindo colocar no mercado um animal jovem, de, no máximo, 20, 24 meses de idade, o que faz com que essa carne, toda ela, seja de primeiríssima qualidade e preencha o gosto do consumidor mais exigente do mercado externo. Estamos envolvendo o Itamaraty nisso também.

Com relação ao café, este só é Ministério da Agricultura enquanto lavoura. Os estoques remanescentes do antigo IBC estão na órbita do Ministério da Fazenda e a comercialização, na órbita do recriado Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Mas, dentro do elenco de medidas para a agricultura, estão previstos 860 milhões de dólares do Funcafé para as áreas de custeio, comercialização e investimentos. Acredito que assim poderemos melhorar bastante o perfil do nosso café.

Embora não seja responsabilidade direta do Ministro da Agricultura, na semana passada recebi o Ministro da Costa do Marfim, pessoa que me impressionou pela competência

intelectual. Estivemos discutindo o problema do café e do cacau.

Sabe V. Exª que os cacaucultores, principalmente no sul da Bahia, estão amargando uma situação extremamente difícil, com um endividamento de cerca de 170 milhões de dólares. A vassoura de bruxa tomou dimensões muito fortes e os preços internacionais despencaram. Consequentemente, os produtores passaram a não ter condições de dar os tratos culturais, caindo a produção e a qualidade do produto.

É preciso que o Brasil utilize, e já vem utilizando, essa grande potencialidade do competentíssimo Itamaraty nas negociações internacionais junto aos países africanos, que hoje são grandes produtores de café, especialmente o arábico e o conilon, ao mesmo tempo em que muitos deles são produtores do cacau, como é o caso da Malásia, da Costa do Marfim e de outros países asiáticos, para que, então, possam-se fazer negociações na área internacional e haja uma perspectiva melhor para esses dois produtos.

V. Exª falava da expansão da área plantada. Nobre Senador Ney Suassuna, tive oportunidade de dizer aqui que, há dez anos, não temos expansão de área plantada; pelo contrário, temos tido até encolhimento desta área, embora a produtividade tenha crescido em mais de 30% nesse período. Só que, nesse mesmo período, os agricultores perderam mais de 40% da sua renda.

V. Exª fez uma colocação extremamente importante. Se acontecesse hoje uma reedição do Plano Cruzado, algum fenômeno na área econômica que, de repente, melhorasse a distribuição de renda, ainda assim, a safra excelente que estamos colhendo seria absolutamente insuficiente para garantir o consumo interno. Se temos 32 milhões de brasileiros no patamar de renda de um salário mínimo e outros 30 milhões de brasileiros no patamar de até três salários mínimos, consequentemente são subconsumidores. Veja V. Exª que, pelo ganho de produtividade, não temos espaço para continuar crescendo, porque já estamos num nível de produtividade não muito longe dos padrões internacionais.

Precisamos ampliar a área plantada, e é para que haja essa ampliação que haverá alocação de recursos maciços, especialmente na área de investimentos, para compra de máquinas agrícolas, que estão sucateadas, para a aplicação de calcário, garantindo a correção de solos, e também para a construção de armazéns a nível de propriedades. Isso é de fundamental importância para que possamos fazer expansão de área.

Imaginem V. Exª se, de repente, o Brasil tivesse que importar 20 milhões de toneladas de alimentos para o povo brasileiro. Isso não seria apenas uma vergonha e um vexame, mas seria uma tragédia. A agricultura brasileira, desde que se lhe dê os instrumentos necessários, estará em condições de responder a esse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA — Ministro Lázaro Barboza, acredito que esta sua visita ao Senado foi extremamente importante. Cumprimentei hoje, na nossa tribuna de honra, o Presidente da CNA — Antônio Ernesto Werna de Salvo —, o Presidente da OCB — Francisco Alves —, o Presidente da ABIOVE — Raul Paulo Costa, o Presidente da FAEMG e Dirigentes de Federações de Agricultura, todos preocupados e torcendo para que a agricultura dê certo.

Estou vendo, pelas suas respostas, que V. Exª sabe o que está dizendo, fala com segurança. No entanto, a toda

hora e todo instante, vimos na imprensa: “O Ministro não está indo bem”, “O Ministro está para cair”.

Pergunto a V. Exª o que pensa sobre isso. Será marcação ou são partidos políticos interessados no lugar que V. Exª ocupa?

Não entendo o que está acontecendo. V. Exª não deixou de responder a uma só pergunta, fazendo-o com brilho e na “ponta da língua”, como se diz na Paraíba. Acredito que temos um Ministro à altura da Pasta.

Dou-me por satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Ney Suassuna, quero agradecer a V. Exª os conceitos emitidos na apreciação da nossa atuação à frente do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, e dizer a V. Exª que o Ministro tem feito ouvidos de mercador a essas críticas, porque tem consciência de que está no caminho certo.

Não conheço a agricultura apenas pelo lado acadêmico. Conheço intimamente a ligação homem/terra, homem/produção, em todas as suas nuances. Quando ocupava esta tribuna a eminente Senadora das Minas Gerais, Júnia Marise, enfatizava ela a questão da denúncia sobre a perda de grãos, e eu lembrava que quem denunciou essa perda foi o Ministro da Agricultura, até para se eximir de responsabilidade e sobre fatos ocorridos no governo anterior, que não são da responsabilidade e do Presidente Itamar Franco e nem deste Ministro.

Tive oportunidade de dizer à eminente Senadora que se alguém provar que, pela ação ou pela omissão ou pela ignorância, este Ministro tem deixado o interesse público e o interesse do Ministério da Agricultura ao descaso, que o Ministro não apenas pede demissão, mas ainda renuncia à sua vida pública. Tenho absoluta consciência do caminho que estou seguindo. O diálogo que mantenho com a OCB, com a CNA, com a CONTAG, com todos os sistemas organizados do setor produtivo, respalda-me esta convicção.

Nunca dei ouvidos a boatos. Nunca procurei saber de onde partem. Certamente, de pessoas que não conhecem a agricultura, não sabem o que é fazer agricultura, não conhecem os seus desafios ou pensam que o cargo de Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária é um grande bônus.

O ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, costumava brincar, batendo na cadeira presidencial, dizendo: “Esta cadeira aqui tem bônus, mas tem ônus”. E eu digo que a cadeira de Ministro da Agricultura não tem bônus, só tem ônus.

Quero dizer a V. Exª que nunca dei ouvidos aos boatos, e continuo cômico do papel e das responsabilidades que me cabem numa hora tão dramática da vida brasileira, em que o Presidente Itamar Franco recebe um quadro caótico para administrar e tem que fazer face a esses desafios terríveis, sendo o maior deles o fato de quase dois terços da população brasileira encontrar-se subnutrida ou faminta.

O SR. NEY SUASSUNA — Obrigado, Ministro Lázaro Barboza. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB — AM. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Dr. Lázaro Barboza, por que, sendo V. Exª membro do PMDB, contamos neste momento, na Casa, com aproximadamente cinco ou seis Senadores? Assusta-me. Não fazia parte do meu discurso começar com esta pergunta, mas fico realmente assustado, pois penso que está na hora de o PMDB tomar uma decisão: ou estar com o Governo ou estar contra o Governo, não pode é ficar no mesmo caminho que o PSDB sempre trilha, em cima do muro.

Penso que seria muito bom que o nosso Líder nesta Casa, Senador Mauro Benevides, na próxima reunião da Bancada, levasse a todos os membros do Partido que, na visita de um Ministro de Estado a esta Casa — sendo ou não membro do nosso Partido — estivessem presentes, prestigiando, apoiando ou, então, pelo contrário, ajudassem a destituí-lo.

Gostaria de iniciar o meu pronunciamento.

Em janeiro do corrente ano, após visita que fiz ao Sr. Ministro, e ao ouvir de S. Exª seus planos e projetos visando o barateamento dos produtos mediante a simplificação do sistema atual de comercialização, desta tribuna tive a oportunidade de sugerir e incentivar a visita do Sr. Ministro a esta Casa, mediante entendimento com a Mesa Diretora, para que pudesse expor suas idéias sobre a política capaz de promover o desenvolvimento da agropecuária e do abastecimento. Tenho certeza de que o Sr. Ministro Lázaro Barboza recebeu, no mesmo dia, cópia do pronunciamento que fiz desta tribuna. Faço essa comunicação para deixar bem evidenciados o apreço e a confiança que sempre depus em V. Exª, Sr. Ministro Lázaro Barboza.

A minha intervenção nesta tarde cinge-se à questão política, que tem prejudicado sensivelmente a ação do Ministro na Pasta da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

Imagino o quanto deve ser difícil trabalhar, planejar e executar projetos e programas no seio de um Governo em que o Presidente da República adota política sinuosa, contraditória e pendular.

A falta de diretrizes harmônicas e os confrontos internos são fatores que impedem a adoção de medidas rápidas e eficazes em várias áreas do Governo e, muito especialmente, no Ministério do qual V. Exª é o titular.

A tentativa de agradar a muitos e as alianças políticas consolidadas mediante nomeações para cargos do segundo e terceiro escalões põem a perder qualquer esforço de tornar mais eficiente a administração pública, ainda mais quando referidas alianças quase sempre ficam em cima do muro.

V. Exª tem sido alvo e vítima do desgoverno do Senhor Presidente da República, que não lhe conferiu, desde o início, suficiente autonomia para designar seus auxiliares mais importantes, pois, segundo notícias veiculadas pela imprensa, até o Presidente do Inbra foi indicado pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado Roberto Freire — que comanda mais ou menos quatro Deputados de seu Partido —, e o da Conab foi indicado pelo Presidente da República.

Fico chocado e até triste quando vejo a forma como V. Exª defende o Presidente da República. Acredito que a expressão mais falada nesta tarde, neste plenário, foi “o Presidente Itamar Franco”. Mas, na prática, não vemos o Presidente

Itamar Franco. V. Ex^a está de parabéns pela maneira como defende o seu Chefe.

É em face dessas dificuldades que V. Ex^a tem encontrado — é, muitas vezes, criticado por omissão ou inoperância — e, em última análise para deixar bem demonstrado o desca-so do Senhor Presidente para com o Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária é que formulo as seguintes perguntas:

Quais os principais órgãos da estrutura de seu Ministério?

Quais as principais entidades da administração direta e indireta vinculadas ao seu Ministério?

Quais os cargos de direção dos órgãos e entidades mencionados que foram preenchidos a partir de indicação de V. Ex^a e quais os que não foram indicados pelo Ministro?

Sr. Ministro, isso serve para que a imprensa, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a população saibam, com tranquilidade, quem o Ministro da Agricultura indicou ou não; se ele é ou não responsável pelas pessoas, pelo desenvolvimento, e pela **performance** dos principais órgãos do seu Ministério.

Qual o programa do Ministério de V. Ex^a para fazer com que o homem volte para o campo e ocupe as duas milhões de casas vazias a que V. Ex^a se referiu?

Que destino o Presidente da República pretende dar aos sete trilhões de TDA já vencidos? O governo é ou não é ético? O governo paga ou não paga?

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Gilberto Miranda, agradeço os conceitos de V. Ex^a sobre este Ministro, mas quero começar fazendo um reparo. Quero dizer a V. Ex^a que não concordo com os conceitos que, da tribuna, emitiu sobre o Presidente Itamar Franco. Esta Casa e eu conhecemos o Presidente Itamar Franco há quase vinte anos.

Do ponto de vista ético, é um dos homens mais sérios que vi neste País. O Presidente está a enfrentar desafios imensos e precisando contar com a solidariedade da Nação, como um todo, e do Congresso Nacional, em particular.

Até agora, o apoio do Congresso Nacional não tem falta, e aproveito — se é que posso, como antigo integrante desta Casa e membro hoje da outra Casa do Congresso Nacional — para fazer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos seus eminentes Pares um pedido: que o Congresso Nacional, no menor prazo de tempo possível, aprove as medidas necessárias à execução do plano de Governo do Presidente Itamar Franco. Algumas delas já estão tramitando nas duas Casas do Congresso Nacional.

Isso é imprescindível, porque o Presidente não pode governar sozinho. Trata-se, sem dúvida alguma, da necessidade de estabelecer uma solidariedade forte entre a Nação e o Governo.

Tenho certeza absoluta de que esse Presidente, que não pediu para ser Presidente, que não conversou com nenhum Parlamentar sugerindo-lhe que tivesse este ou aquele comportamento no processo de afastamento do ex-Presidente Collor, que, em uma postura ética, manteve-se quieto no seu canto, sem imiscuir-se ou participar dos acontecimentos, foi levado ao Palácio do Planalto em função de um movimento ético da Nação brasileira, que teve respaldo, principalmente, desta

Casa do Congresso Nacional, porque ao Senado coube a decisão definitiva sobre o afastamento do ex-Presidente.

Senador Gilberto Miranda, quero dizer a V. Ex^a que são órgãos do Ministério da Agricultura o INCRA, que é uma autarquia, a Conab e a Embrapa, que são empresas. No âmbito das assessorias diretas do Ministro e das secretarias nacionais do Ministério, o Senhor Presidente da República atendeu a todas as indicações que o Ministro fez, que foram indicações técnicas.

No âmbito da Conab, quero dizer a V. Ex^a que o Presidente hoje em exercício, o Coronel Wilson Brandi Romão, tem uma profunda interação com o Ministro. Não tenho enfrentado hostilidade ou nenhuma dificuldade com o Inemet, que também é órgão do Ministério, com a Ceplac, que está também na ordem da jurisdição do Ministério.

Quero dizer a V. Ex^a que o fato de alguns titulares desses órgãos não terem sido indicados pelo Ministro não tem criado nenhum problema para o Ministro. O Presidente do INCRA não foi indicado pelo Ministro, mas trabalha em sintonia com ele. Aliás, o Ministro faz até esforço para não ter que indicar. Não há razão para isto. O Ministro não tem sentido nenhuma limitação. No Inemet, que é um órgão eminentemente técnico, não mexemos. Continua no Inemet a mesma estrutura que havia. É uma estrutura eminentemente técnica, com um pessoal que vem desenvolvendo bem as suas atividades, cumprindo os seus deveres, de forma que este Ministro não se sentiu, em nenhum momento, tolhido na sua obrigação e nos seus encargos de administrar o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária em virtude de esse ou aquele dirigente não ter sido uma indicação do Ministro.

V. Ex^a, nobre Senador, falava sobre o que fazer para levar de volta ao campo o homem que de lá emigrou. Penso que isso deverá ocorrer no momento em que conseguirmos colocar de maneira consistente, como estamos procurando fazer, algumas vertentes de política agrícola séria — e elas estão sendo agora implementadas — e na medida em que realizarmos pequenas alterações na legislação, sem retirar direitos já consagrados dos trabalhadores. E para essa finalidade já contamos com um grupo de trabalho que está estudando a legislação sobre parceria e comodato.

Entendemos que agora, com a prioridade dada pelo Presidente Itamar Franco ao campo, à agricultura, e feitos alguns desses ajustes, poderemos conseguir reverter esse quadro e fazer com que centenas de famílias, expulsas do campo por falta de atenção do governo, no passado, ao campo retornem para serem braços fortes e possam produzir.

O SR. GILBERTO MIRANDA — A última pergunta é com relação aos TDAs.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Gilberto Miranda, veja V. Ex^a, o Presidente Itamar Franco é trabalhador, correto, ético, mas não é mágico. Essa montanha de TDAs foi herança do passado, inclusive, não remonta apenas ao período do governante anterior. E, agora, a Secretaria do Tesouro, o Banco Central e o Ministro da Fazenda, cobrados, eu não diria cobrados e, sim, alertados pelo Ministério da Agricultura, passaram a trabalhar em conjunto na tentativa de encontrar uma solução adequada para o problema.

Já disse aqui, eminente Senador Gilberto Miranda, que talvez a solução seja a mesma que está sendo dada ao antigo Proagro, ou seja, a "selicagem" desses títulos, dos títulos novos, para que haja credibilidade dos TDAs, e a securitização

dos títulos velhos com o estabelecimento de um cronograma para pagamento. Talvez venha a ser essa a forma consagrada para resolver o problema. Ela não está ainda, nobre Senador Gilberto Miranda, como se diz na gíria, **arredondada**, definida. Espero que seja definida o mais rápido possível. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA — Sr. Ministro, com relação a esse aspecto gostaria de fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, esta Casa é muito elegante. Tenho aprendido com os Senadores, no pouco tempo em que estou aqui, que estamos numa Casa muito elegante. O respeito é suprapartidário. Todas as vezes que subi a esta tribuna, mesmo sem conhecer o Presidente da República, mesmo sem ter falado com Sua Excelência, mas por ter ouvido de outras pessoas e de ter pesquisado também, sempre disse: o Presidente da República é um homem sério, um homem honesto e honrado. Se V. Exª tiver oportunidade de ler os discursos que aqui pronunciei, encontrará todos esses adjetivos.

Sr. Ministro, o Brasil está cansado de sério, honesto, direito e de boas intenções. Está na hora de resolvermos nossos problemas. V. Exª acha que vamos ver o que está acontecendo, vamos olhar para a rua para ver o que está se passando e, mesmo assim, vamos ficar parados? Isso não é possível!

Se o Presidente da República efetivamente resolver agilizar a privatização, Sua Excelência pagará os 7 trilhões de cruzeiros, resgatará a dívida interna, construirá casas populares, além de uma série de outras medidas. O que precisa haver, realmente, é decisão por parte do Presidente da República.

V. Exª diz que o Presidente Itamar Franco não pediu para ser Presidente da República. Então, Sua Excelência não deveria ter se candidatado a Vice-Presidente, pois quem se candidata a esse cargo corre esse risco. Na História Brasileira já havia o exemplo do Presidente José Sarney que, em sendo vice, assumiu a Chefia da Nação. O Presidente Itamar Franco era Vice-Presidente, transformou-se em Presidente da República há oito meses, está na hora de tomar decisões!

V. Exª falou sobre a solidariedade da Nação e do Congresso Nacional. Solidariedade não resolve nada! O brasileiro é solidário na desgraça e no câncer. Solidariedade em quê? O que se precisa é de trabalho, de decisão. Ministro que não trabalha, que não toma partido do Governo, deve ser demitido, independentemente de alianças. Isso não acontece. Há um mês e meio estão fritando ministro. E já disse uma vez neste plenário o seguinte: daqui a pouco vamos descer a Esplanada dos Ministérios e vamos ver "churrasquinho de ministro" sendo vendido, com batatas ou sem batatas. Isso é sério, Sr. Ministro.

Estamos em um regime presidencialista, portanto, cabe ao Presidente da República tomar decisões e resolver problemas.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Pediria que V. Exª ultimasse seu pronunciamento.

O SR. GILBERTO MIRANDA — Já vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Senador Gilberto Miranda, V. Exª tinha direito só a dois minutos.

O SR. GILBERTO MIRANDA — O Presidente Itamar Franco disse à imprensa, logo após o anúncio do Plano Eliseu

— lamentavelmente não chamou Plano Itamar — que se em 90 dias a situação do País não mudasse, Sua Excelência adotaria medidas heterodoxas. Isso foi publicado pela imprensa.

No meu modo de entender, naquele momento, o Chefe da Nação matou o plano. As duas Casas do Congresso Nacional estão fazendo o possível e o impossível para dar prioridade às medidas governamentais. Todos os Senadores e Deputados têm interesse em dar ao Presidente Itamar e ao Ministro Eliseu essa oportunidade para provarem que o plano é eficiente. Mas tenha certeza V. Exª, o Presidente Itamar Franco já matou o plano há algumas semanas.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminentíssimo Senador, quero, mais uma vez, discordar de V. Exª.

O plano anunciado pelo Presidente Itamar Franco tem consistência. Muita gente tem dúvidas quanto a sua eficácia porque já se acostumou a acreditar nos milagres dos planos heterodoxos, que têm a duração de um relâmpago ou de um fogo fátuo. O Presidente Itamar Franco sabe que não é uma tarefa fácil, mas o plano tem começo, meio e fim. É um plano articulado.

Acredito que dentro de três meses teremos respostas muito concretas. Penso até que já estamos tendo essas respostas e porque já há indicadores de que o plano desperta a credibilidade do País.

O SR. GILBERTO MIRANDA — A imprensa pensa de modo diferente. A projeção é de 35% de inflação!

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — A imprensa pode pensar diferente, e não quero negar a V. Exª esse mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) Senador Gilberto Miranda, V. Exª não pode interromper a resposta do Sr. Ministro, a menos que ele o autorize.

Peço ao Sr. Ministro Lázaro Barboza que ultime sua resposta.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Senador Gilberto Miranda, é evidente que não posso impedir as colocações de V. Exª e nem quero fazer qualquer restrição mental a elas. No entanto, não concordo com V. Exª, porque no momento em que eu não acreditasse mais no plano eu teria a obrigação de pedir demissão do cargo. Acredito no plano e penso que ele será implementado com seriedade e transparência em benefício da Nação brasileira.

O SR. GILBERTO MIRANDA — Espero que V. Exª tenha razão. Todos, nesta Casa, acreditaram no plano quando ele aqui chegou. Foi uma pena o Senhor Presidente da República começar a acabar com ele.

Muito obrigado, Sr. Ministro Lázaro Barboza.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Como há, ainda, sete oradores inscritos, eu pediria a todos os Srs. Senadores que colaborassem com relação ao uso do tempo de que dispõem.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — (PT — SP. Para interpellar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Chagas Rodrigues, Sr. Ministro Lázaro Barboza, V. Exª mencionou enfaticamente que a área plantada no Brasil praticamente não aumentou; ao contrário, até diminuiu nos últimos

dez anos. Pergunto: qual o esforço que o Governo está realizando para aumentar a área plantada, principalmente em função de esforços de irrigação?; qual o valor de recursos destinados, e sob que formas, para a irrigação? Há programas de financiamento à irrigação? Em que bases? Sob que formas? Que taxas de juros?

O Nordeste brasileiro, há três anos, sofre uma seca prolongada. Em que medida estão se destinando recursos para a irrigação dessas áreas? Que extensão irá atingir? Qual o volume de recursos para financiar projetos de irrigação para as diversas áreas brasileiras, principalmente aquela onde mais se necessita, qual seja, o Nordeste brasileiro? Qual o valor, quais as condições, as taxas de juros para aqueles que eventualmente resolverem fazer projetos de irrigação?

Formulo essas perguntas, para que V. Ex^a também possa expressar a sua opinião com relação ao esforço que o Governo brasileiro hoje realiza para viabilizar um projeto de irrigação num país da América Latina, o Peru.

Sabemos que, para o Peru, está em andamento um projeto no Comitê de Financiamento à Exportação, até semana passada, agora em andamento no Senado Federal. Temos que examinar um projeto pelo qual destinaremos ao não 115 milhões de dólares, para que a empresa Norberto Odebrecht realize um programa de irrigação no Peru, em área obviamente que necessite de irrigação. Uma das perguntas que coloco é a seguinte: V. Ex^a considera, à luz dos projetos eventualmente financiados pelo Governo Brasileiro, que estamos com recursos em disponibilidade para financiar um projeto como esse, no Peru? Há contrapartida no Brasil? Em que volume? Para que nós, Senadores, tenhamos mais elementos para formar opinião. Gostaria, portanto, de saber, a nível do Governo do Brasil, que projetos estão sendo realizados.

Sobre a reforma agrária: as metas do Governo Collor eram de assentar 500 mil novas famílias em programas de reforma agrária. Nesses cinco anos de governo, em função de não haver legislação regulamentadora da reforma agrária, do rito sumário, ficou por três anos, praticamente como estava. V. Ex^a, agora, anuncia que, em 1993, 20 mil famílias serão assentadas e, em 1994, sessenta mil pelo Governo Federal e mais 40 mil via programas estaduais, somando-se 100 mil.

Estará o atual Governo Itamar Franco, baixando as metas em relação ao Governo Collor? Qual a razão desses números? Há recursos efetivamente destinados para, pelo menos, serem realizados. Serão números realisticamente colocados para que depois possamos constatar que será uma realização efetiva ou, na sua avaliação, ficaremos ao nível do que aconteceu nos três primeiros anos, em que não houve praticamente o assentamento?

Que dificuldades existem? A Câmara dos Deputados, atualmente, ao ainda não votar o projeto de rito sumário, está inviabilizando o início do processo de reforma agrária? Do que depende?

Passados oito meses do Governo Itamar Franco, qual o esforço que o Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o Governo Collor, como um todo, estão fazendo para que não se delongue mais, para que o Congresso Nacional e, agora, a Câmara dos Deputados, definam a reforma agrária. Qual o grau de urgência e de empenho que o Governo está realizando para ter todos os instrumentos, e, uma vez com estes, qual é a velocidade que será adotada?

Finalmente, Sr. Ministro, entre as medidas para a agricultura contidas no Plano Itamar, o Governo anunciou 300 milhões de dólares do Tesouro Nacional para equalizar taxas

de juros para o financiamento de produtos agrícolas básicos, como arroz, feijão, milho e mandioca e incluiu a cana-de-açúcar, que, normalmente, não estava incluída com essa denominação. Por que se incluiu a cana-de-açúcar nessa definição?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminentíssimo Senador, em primeiro lugar, permita-me esclarecer a V. Ex^a que, na reforma administrativa, a Secretaria Nacional de Irrigação passou do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária para o Ministério da Integração Regional. De forma que os dados de previsão de recursos e programas na área de irrigação, V. Ex^a teria que solicitá-los ao seu eminente colega, Ministro Alexandre Costa.

Quero apenas dizer que, no Brasil, infelizmente, ao longo do tempo, em matéria de irrigação, sempre fizemos a opção pelos processos mais caros, mais sofisticados do chamado primeiríssimo mundo, custando algo em torno de 6.800 a 7.000 e poucos dólares por hectare, o que é um preço extremamente alto.

É um conceito pessoal, mas penso que um país com as condições do Brasil teria de adotar, na área de irrigação, programas menos sofisticados; talvez lançar mão de algo parecido com aquilo que a Índia, o Paquistão e a China têm feito, com sucesso, utilizando os meios mais simples possíveis e conseguindo fazer irrigação a um custo de 600 a 700 dólares por hectare. Esse é um ponto de vista pessoal e que tenho certeza que encontra respaldo no espírito de muitas pessoas.

Em relação à área plantada no sistema de irrigação, não estou em condições de informar a V. Ex^a, mas quero afirmar-lhe que precisamos urgentemente expandir a área de plantio no Brasil. É aquilo que mostrávamos há pouco: com dois terços da população brasileira fora do mercado consumidor, se, de repente, conseguirmos reverter o desemprego, melhorar a distribuição de renda, o nível salarial e dar acesso a esses contingentes à aquisição de alimentos, o que é desejável e preciso, o País teria de importar quantidade maciça de alimentos, porque a nossa produção no patamar de 70 milhões de toneladas — seria absolutamente insuficiente.

Conseqüentemente, é preciso haver a expansão da área, quer da irrigada, quer da de sequeiro.

Quanto à reforma agrária, nobre Senador Eduardo Suplicy, quero dizer a V. Ex^a que o plano desenhado até agora é bem mais modesto do que o do Governo passado, que era mais ousado, mas nada se realizou. Temos limitações.

Dos 400 milhões de dólares necessários para a execução do programa que estamos colocando, do assentamento de 20 mil famílias. E por que nos detemos nesse número de 20 mil famílias? É um número cabalístico? Não, não é. É que são 20 mil famílias acampadas debaixo de lona preta, na beira das estradas, na porta de repartições públicas, clamando por um pedaço de terra para plantar. Temos também a assistência a 100 mil famílias que estão em processo de assentamento. Para isto precisaríamos de 400 milhões de dólares e faltam 218 milhões. Estamos na expectativa de que, com o ajuste fiscal, se consiga recursos necessários para permitir a abertura de crédito especial ou suplementar para o atendimento do programa, porque o que está no orçamento é efetivamente insuficiente.

Creio que respondi as questões de V. Ex^a, ou deixei de responder alguma questão, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY — Por que a cana-de-açúcar foi incluída como produto básico?

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador, sabe V. Exª que na atividade canavieira, somente na fase primária, empregam — se cerca de 600 mil trabalhadores sem qualificação. Muitos questionam: “Bom, mas o Governo está preocupado em beneficiar usineiro, produtores de álcool”. Não, o Governo do Presidente Itamar Franco está preocupado com o carro a álcool de V. Exª, do consumidor. Estrangular o PROÁLCOOL, a esta altura, significaria um prejuízo monstruoso para a sociedade. É preciso lembrar que grande parte dos fornecedores de cana neste País não são megaempresários; são pequenos, médios e até microprodutores.

Esse é o enfoque, via do qual o Presidente Itamar Franco houve por bem aprovar a exposição de motivos de vários Ministros, colocando 50 milhões de dólares para a equalização de taxas em relação à cana.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Senador Eduardo Suplicy, V. Exª dispõe de dois minutos para contradiar.

O SR. EDUARDO SUP LICY — S. Ministro Lázaro Barboza, relativamente à questão da área brasileira com irrigação, o que pude observar — embora não seja do Nordeste — é que há uma extensão enorme do território brasileiro que, obviamente, poderia plantar e passar a produzir, se houvesse uma determinação de se expandir a área irrigada.

Se vamos dar prioridade, destinando 115 milhões de dólares para que se irrigue o Peru, num projeto onde o valor é maior do que este, seria importante, até para nós Senadores, conhecermos isso com clareza. Tenho consciência de que é de responsabilidade do Ministro de Integração Regional a questão da irrigação, mas, obviamente, aqui está uma área de grande interação com o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e, portanto, o conhecimento de V. Exª sobre a área irrigada no Brasil avalio que seja fundamental, inclusive as suas idéias sobre como expandir a área irrigada.

Relativamente à reforma agrária, é claro que estamos descendo para uma meta muito menor do que a necessária. V. Exª disse que este ano, pelo menos, gostaria de assentar as vinte mil famílias em acampamentos. É uma meta relativamente modesta. Mas diz V. Exª que o Ministro da Fazenda ainda não liberou esses recursos, necessariamente, pois cabe a S. Exª aprová-los, e mesmo aqui, no Congresso Nacional, observamos que houve dificuldades para verbas suficientes, em relação ao Incra, para se realizar a reforma agrária. É óbvio que depende muito do empenho do Ministro responsável pela área junto aos Congressistas, inclusive para a aprovação, o mais rapidamente possível, da lei do rito sumário, que considero importante.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — É muito importante.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Posso afirmar que V. Exª terá o empenho da Bancada do PT, na Câmara dos Deputados, para que não se atrase, dado que o Senado modificou os termos do projeto que de lá veio.

Sobre a questão da cana-de-açúcar, se por um lado há pequenos e médios produtores, V. Exª sabe muito bem que grandes produtores, grandes usineiros de cana-de-açúcar mui-

tas vezes utilizaram os recursos subsidiados do PROÁLCOOL, dos diversos programas de crédito subsidiado, para expandir as suas atividades econômicas, não apenas na área da cana-de-açúcar, mas em outras áreas. Daí por que a preocupação de muitos com respeito à destinação desse 1 bilhão de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro, V. Exª dispõe de dois minutos.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Eduardo Suplicy, quero dizer a V. Exª que, embora a área de irrigação esteja no Ministério da Integração Regional, efetivamente deve haver uma interação entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Integração Regional com ações para o Nordeste.

E é dentro desse enfoque que quero lembrar a V. Exª o FRUPEX, programa da área de frutas, que o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária está desenvolvendo e encontra um campo muito importante no Nordeste, sobretudo porque permite, em áreas pequenas, gerar mais trabalho e agregar mais renda do que as chamadas lavouras convencionais.

O Nordeste, pelo regime escasso de chuvas, depende muito da irrigação, e penso que é preciso dar ênfase a esse aspecto. Neste ponto estou inteiramente de acordo com V. Exª

O SR. EDUARDO SUP LICY — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Srs. Senadores, Sr. Ministro, a Presidência prorroga a sessão por 30min, para que os oradores inscritos tenham a oportunidade de interpellar o Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Garibaldi Alves Filho. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Para interpellar. Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, duas são as questões que trago a V. Exª. A primeira diz respeito ao programa econômico que V. Exª anunciou, dando prioridade à agricultura. Além do que foi anunciado com relação ao plano de aplicação dos recursos alocados ao setor canavieiro no valor de 1 bilhão de dólares e ao FUNCAFÉ, no valor equivalente a 860 bilhões de dólares, além do que foi anunciado no valor de 300 milhões de dólares para a equalização das taxas de juros, o que, efetivamente, V. Exª poderia anunciar a respeito dos entendimentos entre os Ministros Lázaro Barboza e Eliseu Resende, em termos quantitativos, bem como a respeito de outras medidas anunciadas, tais como pendência do PROAGRO — embora tenha V. Exª se referido a isso, gostaria de saber se V. Exª poderia acrescentar alguma coisa —, recuperação da política de preços mínimos, revisão do prêmio de liquidação e sistema de equivalência/produto — é verdade que V. Exª já se referiu a isso também —, fiscalização dos estoques vinculados aos empréstimos do Governo Federal, já que no plano econômico eles aparecem mais como intenções; não há objetividade. A essa altura, somente V. Exª poderia esclarecer.

A outra pergunta diz respeito à pecuária do Nordeste.

Com essa seca, fique certo de que, se não forem tomadas providências, V. Exª não mais terá condições, como Ministro da Agricultura, de cuidar da pecuária do Nordeste no próximo ano, porque está havendo a dizimação do nosso rebanho.

Segundo as previsões das associações dos criadores, somente 20% do rebanho bovino do meu Estado, — Rio Grande do Norte, sobreviverá. Aponto como maior culpado por essa situação a insensibilidade das instituições bancárias.

Faço essa denúncia para que V. Exª tome conhecimento do que está ocorrendo no Nordeste: um pecuarista, para sustentar o rebanho, para a sua rês não cair morta, foi ao Banco do Brasil. Pode acreditar V. Exª que o Banco ofereceu a ele um crédito com correção plena e mais juros de 8% ao ano. Fique certo V. Exª de que nem a correção cambial proporcionou o que irá oferecer o Banco do Brasil.

Tenho um caso concreto para relatar, e disponho da documentação aqui em minha pasta. Um pecuarista pediu, há trinta e três dias, um empréstimo de duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros ao Banco do Brasil, para cuidar do seu rebanho. Este mês, pediu para atualizar a conta, e ela já estava no valor de trezentos e trinta e três milhões de cruzeiros! Se V. Exª desejar, entrego-lhe esses dados. Sei que a responsabilidade direta não é sua, mas afinal de contas V. Exª é o grande responsável, em termos gerais, pela política agropecuária.

Estão liquidando o nosso rebanho, Sr. Ministro. Ou o Banco do Brasil toma uma atitude mais consentânea com o que está havendo no Nordeste ou o nosso rebanho será dizimado. Não se empresta dinheiro em período de seca a esse custo. É terrível!

São essas as duas questões que formulo a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra, por cinco minutos, o Sr. Ministro Lázaro Barboza.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Garibaldi Alves Filho, o chamado Prêmio de Liquidação está sendo estudado. Não está ainda decidido como será o seu formato.

O Conselho Nacional de Política Agrícola — CNPA, formado por representantes do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Ministério da Fazenda, Banco do Brasil, Conab e setores privados está estudando essa questão. Acredito que teremos uma posição definitiva já nos próximos dias. Terei o prazer de informar a V. Exª qual será o detalhamento dado.

Creio que V. Exª já ouviu qual foi a decisão tomada em relação ao Proagro velho. Quanto ao PROAGRO novo, ele está com uma proposta de reformulação. O Seguro de Crédito Rural, que sempre operou no Brasil, tem sido o seguro do crédito, o seguro para o banqueiro, e não o seguro do produtor ou o seguro do produto. Estamos trabalhando nessa reformulação. Em relação ao Proagro, as decisões são aquelas das quais V. Exª já tomou conhecimento.

É claro que a atividade agropecuária não permite que se trabalhe com TR plena e juros positivos, muito menos no Nordeste de V. Exª Ali, os custos de produção são mais altos, dada a falta de chuvas, a escassez de água. Por isso, estamos trabalhando fortemente no sentido de tirar a agricultura do setor financeiro e inseri-la no sistema mercantil, buscando a plena equivalência/produto. No caso do rebanho leiteiro, a equivalência/produto poderia ser estabelecida preferivelmente no leite, que possui um mecanismo mais direto, ou até, também, em uma combinação com o bezerro dessas matrizes.

É lamentável que, ainda hoje, não tenhamos uma solução definitiva; é lamentável que existam tantos casos como esse

apontado por V. Exª: o crédito do agricultor sendo corrigido numa velocidade em que a valorização de seu bem não acompanha.

Esperamos que, dentro em breve, esses fatos sejam coisa do passado. E vamos contar com a ajuda de V. Exª, neste plenário e fora dele, para que isso se torne realidade o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Sr. Ministro, infelizmente este fato está ocorrendo no presente. O empréstimo foi tomado no dia 14 de abril, e o criador foi ao banco ontem, dia 17 de maio. Decorridos 33 dias, verificou que havia esse acréscimo ao empréstimo. Existem, também, casos de criadores de menor porte que pediram, por exemplo, Cr\$ 50 milhões e estão pagando essa mesma correção, ou seja, estão devendo Cr\$ 100 milhões.

Gostaria de comunicar a V. Exª que está instalada uma situação de pânico, porque o gado está morrendo e o dinheiro que está saindo é nessas condições. É loucura pedir um empréstimo desses! Se o gado for salvo agora, o será para ser entregue ao banco, pois que não há condições de pagar o empréstimo contraído.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Quero dizer a V. Exª que, a partir de amanhã, vou entrar a fundo nesta questão, a fim de encontrarmos uma maneira de minorar as agruras do pecuarista do Nordeste.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Sr. Ministro, não se trata de contraditar, estou fazendo apenas uma denúncia. Pergunto a V. Exª se, numa hora como esta, para amenizar a situação da bacia leiteira do Nordeste, não poderia ser criado um programa do leite para a aquisição do leite in natura, mediante um fluxo de empréstimo com uma correção mais compatível? Dessa forma, o criador poderia vender o seu leite e as nossas crianças seriam alimentadas. Esse programa já teve sua viabilidade e aplicação no Governo Sarney, através de determinados governos estaduais. O leite fornecido não era o leite em pó, mas o leite in natura.

Não sei se V. Exª teria recursos para pensar e objetivar um programa dessa natureza. Eu fiz essa proposta na Comissão Nacional das Frentes Produtivas, na Comissão da Seca, e os quatro Governadores do Nordeste presentes apoiaram a iniciativa. Dentro do programa coordenado pelo Ministério da Integração Regional, os recursos não permitem a criação de um programa dessa natureza na região.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador, em relação ao Ministério da Agricultura, temos também esse problema orçamentário. Daí por que não termos como abrigar um programa dessa natureza. Todavia, tentarei fazer uma interação entre o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, o Ministério da Integração Regional e os Governos Estaduais do Nordeste com o objetivo de encontrarmos uma maneira para, no mínimo, minorar esse quadro pelo qual atravessam aqueles Estados nordestinos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO — Faria um apelo ao nobre Ministro — com a compreensão e a tolerância do Presidente Chagas Rodrigues — da —, no sentido de que V. Exª dê conhecimento ao Presidente do Banco do Brasil da atual situação da pecuária.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Perfeito. Obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Ministro Lázaro Barboza, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pelo depoimento que V. Exª presta hoje, nesta Casa, a respeito da ação do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Por intermédio de V. Exª, pudemos saber o que vem sendo realizado pelo atual Governo do Presidente Itamar Franco na área da agricultura. Acompanhamos os noticiários dos jornais em que falam apenas sobre projetos, discussões políticas, criação de grupos internos, modificações na equipe governamental, e no entanto, essa discussão nunca chega à área administrativa. Porém, V. Exª trouxe, neste fórum especial, o Senado Federal, a discussão, o testemunho do que está sendo feito. Isso deveria ter repercussão para o público. Talvez, amanhã, não se discuta essa questão, e as pessoas estejam mais preocupadas em saber se V. Exª sairá daqui mais prestigiado. O que posso testemunhar é que V. Exª sai daqui mais admirado pelo trabalho que vem executando.

Sr. Ministro, não sou do seu Partido, mas, por essa razão, posso dar a minha declaração. Permita-me aproveitar a sua vinda ao Senado Federal, para fazer indagações que poderiam ser consideradas regionais, mas que, na realidade, são do interesse do País. É a respeito de produtos que já trouxeram muitas riquezas ao nosso País e que hoje atravessam uma fase de dificuldades. Refiro-me ao cacau, ao café e ao sisal. Trata-se de três produtos de exportação do meu Estado que atravessam uma crise muito séria no momento atual e que já se prolonga por algum tempo.

Por várias vezes, tive a oportunidade de dizer, nesta tribuna, que não podemos fazer com que sejam prolongadas as discussões a respeito de créditos e de pagamentos de dívidas. Esses são fatores importantes. Porém, o mais necessário é saber o que fazer com uma política agrícola a respeito desses três produtos. No cacau, utiliza-se a monocultura. Trata-se de um terreno difícil de ser aproveitado para a diversificação da lavoura. Temos a necessidade de saber o que fazer com aquele produto, o que fazer para que os fazendeiros tenham condições de sair do vermelho em que se encontram há quatro, cinco anos, com suas culturas sendo dizimadas pela vassoura-de-bruxa. Só vejo o cacau dando bom resultado em novela de televisão. Mas já começaram a compreender que a situação está ruim. Até há pouco tempo, eu ouvia dizer que o cacau trazia muita riqueza ao produtor. Hoje, parece que estão caindo na realidade. Temos de ter por parte do Governo uma ação para o combate à "vassoura-de-bruxa"; são muitas as fazendas dizimadas por falta de recursos dos seus vizinhos no combate a essa maldição. Se não houver uma ação governamental intensa, com recursos destinados para esse fim, creio que teremos o término da era do cacau naquela região. Veja V. Exª que necessitamos de uma afirmação a respeito dessa questão. Temos de saber quais as áreas produtivas do cacau em que haja conveniência dessa luta no sentido da recuperação da lavoura. Para isso tem que haver uma aplicação de recursos vultosos nessas áreas, o que possibilitará os fazendeiros readquirirem o que vão perder na agricultura. A mesma coisa se dá com o café na região da Bahia. Mas, lá, tem a possibilidade da diversificação da produção, porque podemos

aproveitar aquela terra propícia para o café, para a citricultura, para a criação de gado leiteiro e gado de corte. Isso pode ocorrer, desde que haja um entrosamento da ação do Governo com o Banco do Nordeste e com o Banco do Brasil, porque aquelas fazendas estão quase todas hipotecadas ao Banco do Brasil, e os recursos que poderiam ser utilizados nessa diversificação estão no Banco do Nordeste.

É preciso um entrosamento desses dois bancos para que esses recursos sejam repassados legalmente, ao Banco do Brasil, porque a hipoteca está no Banco do Brasil. Esse entendimento ainda não está sendo possível. O dinheiro, as possibilidades existem. Apenas as questões burocráticas têm que ser contornadas.

Quanto ao sisal, V. Exª sabe, também, das dificuldades que estamos atravessando.

Para não protelar essas questões, é que peço a V. Exª que leve essas preocupações, concernentes a sua área, ao Governo, para que seja encontrada a solução e, principalmente, na área do cacau, tenha-se uma ação imediata de combate a essa praga, antes que a lavoura se acabe.

Portanto, V. Exª veio confirmar e dar força ao que venho dizendo nesse último dia. Vamos passar a discutir essas questões administrativas, pois é do interesse do País. Não devemos ficar nessa discussão a respeito de quem vai mudar, ou se será feita alguma mudança agora ou mais adiante. Temos que saber o que o Brasil pode produzir. O nobre Ministro ocupa uma Pasta da maior importância para a produção nacional. Daremos tranquilidade a V. Exª e lutaremos pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Ministro Lázaro Barboza, V. Exª tem a palavra.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Jutahy Magalhães, agradeço a V. Exª pela delicadeza de suas colocações. Quero comungar das suas apreensões, principalmente em relação ao problema do cacau.

No que diz respeito ao café, tudo indica que serão mais fáceis as negociações no plano internacional, voltando esse produto a ter, num prazo relativamente curto, uma condição de melhor preço. Os recursos do Funcafé, ora alocados pelo Presidente Itamar Franco, para custeio, investimentos e comercialização, podem oferecer uma boa saída e uma ótima expectativa. Enquanto o Itamaraty e técnicos do Governo brasileiro participam dessas negociações que envolvem a Colômbia e vários países africanos. Acabamos ficando fora do acordo internacional, mas creio que essas negociações estão caminhando num ritmo relativamente ágil.

A questão do cacau é mais complicada, e V. Exª tem plena consciência disso. Os preços internacionais nunca estiveram tão deprimidos; os consumidores não querem fazer o financiamento do *backstock*, dos estoques estratégicos. Em consequência, a oferta do cacau no mercado internacional está hoje em níveis elevados, e os preços, muito depreciados.

Tive uma excelente entrevista, na semana passada, com o competentíssimo Ministro da Agricultura da Costa do Marfim, que trazia uma delegação de 25 países para discutir com o Brasil, no Itamaraty e também no Ministério da Agricultura, as questões relativas ao café e ao cacau.

Temos de gerar alternativas para o cacau a nível do sul da Bahia. E a questão é bastante complicada, porque, como reconhece V. Exª, nem todas as lavouras cacauíferas têm condições de recuperação suficientes para compensar investimentos no combate à vassoura-de-bruxa. Por outro lado, qual

seria o preço da devastação de uma porção de Mata Atlântica para culturas alternativas?

Portanto, nobre Senador, trata-se de uma questão que — preciso confessar a V. Ex^a — a nível de diagnóstico está muito bem colocada do ponto de vista do conhecimento que o eminente Senador pela Bahia e o próprio Ministro têm a respeito. Há, porém, muitas dúvidas em relação à interação ao nível das ações que precisam ser desenvolvidas. Além disso, esbarramos sempre na escassez de recursos.

V. Ex^a não imagina o esforço enorme que o Ministério da Agricultura está despendendo, neste instante, para fazer face a uma praga que hoje não foi mencionada: o gafanhoto. No Estado do Mato Grosso, essa praga atinge a alarmante área de 2 milhões e 100 mil hectares, incluindo as reservas dos índios Parecis e Nambiquaras.

Quando os gafanhotos estavam na fase de saltões, em convênio com o Governo do Mato Grosso, fizemos o combate. Agora, os gafanhotos estão voando em nuvens que atingem 50 km de extensão, com um peso avaliado pelos técnicos do Ministério da Agricultura e da FAO de 100 toneladas cada nuvem. É preciso lembrar que cada gafanhoto come uma quantidade equivalente a seu peso por dia. Assim, cada nuvem devasta 100 toneladas de áreas verdes. Agora, eles estão entrando em áreas de canaviais recém — plantados. A devastação é assustadora! Estamos combatendo-a, colocando os inseticidas à disposição dos agricultores, que têm a responsabilidade de efetuar o combate.

Saindo dessa área de cana, a praga entrará em áreas de pastagens. Não sei dizer exatamente quantos focos existem nessa área. O problema chegou a esse ponto, porque durante anos continuados não foi possível fazer o combate aos gafanhotos na reserva dos índios Nambiquaras e Parecis.

Segundo técnicos da Funai e sociólogos, os índios comiam os gafanhotos e, em virtude disso, impediam — e ainda hoje impedem — o Ministério da Agricultura de exercer suas ações fitossanitárias na reserva indígena. E a reserva indígena assenta-se em quase dois milhões de hectares cheios de focos.

Portanto, para encetar um programa de combate à vassoura-de-bruxa na Bahia, teremos que nos reunir para verificar de que maneira poderíamos contar com a participação dos agricultores, do Ministério da Agricultura, dos órgãos públicos do Estado da Bahia. Nesse encontro de parceiros, procuraríamos viabilizar as conversações com o Banco do Nordeste e com o Banco do Brasil para trazer, o mais rápido possível, uma alternativa para a produção do cacau no sul da Bahia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Ministro, utilizando meu direito de réplica, gostaria apenas de solicitar esse empenho de V. Ex^a. Não se trata de uma questão apenas econômica, mas essencialmente social. Na região do cacau, 250 mil famílias estão desempregadas; na região do café, mais de uma centena de milhar de famílias; e, na região do sisal, algumas centenas de famílias.

Essa questão social aflige muito a Bahia. Sei que a preocupação do Governo Itamar — preocupação em função da qual recebe críticas indevidas — é de voltar suas vistas para as questões sociais. Por isso, estou certo de que serão encontradas as soluções para atender a esses milhares de baianos famintos que, por falta de recursos, estão fugindo da Bahia em busca de outras plagas.

Não é uma réplica; é apenas um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador, com a permissão do Sr. Presidente, quero convidar V. Ex^a e seus Pares da Bahia, para um encontro. Tentaremos agendá-lo para a próxima semana, pois precisamos de algum tempo para podermos envolver o pessoal do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, com quem começaremos a negociar a partir de amanhã. A minha proposta é de que, na próxima semana, realizemos um encontro para buscar uma solução efetiva para o problema. Conte V. Ex^a com a participação do Ministério da Agricultura.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Muito obrigado.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB—CE. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, muitas das perguntas que a mim interessam já foram feitas e por V. Ex^a respondidas de modo satisfatório. No entanto, pergunto a V. Ex^a se a questão da irrigação está ainda ligada ao Ministério que V. Ex^a ocupa neste instante?

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Infelizmente não está, Senador. A SENIR — Secretaria Nacional de Irrigação —, na reforma administrativa, vinculou-se ao Ministério de Integração Regional.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Daí se perfaz, evidentemente, uma distância da irrigação para com a agricultura, o que não permite uma solução mais rápida. Como V. Ex^a sabe, neste momento, o Ceará vive, como todo o Nordeste, mais uma seca inclemente. Se houvesse a irrigação em termos consistentes, por certo o sofrimento seria bem menor.

Indagaria a V. Ex^a, no entanto, se o seu Ministério não estuda, de modo definitivo, um esclarecimento sobre a agricultura na área atingida pela seca? Pois o que há a cada ano é isto: não existe uma agricultura convenientemente programada; o sertanejo planta de acordo com os seus conhecimentos, de acordo com a tradição; o prejuízo é sempre constante; não chove em determinados meses, tudo se perde, a semente toda é desperdiçada...

Há algum estudo definitivo para o Nordeste, no seu Ministério, no que concerne à seca: o que se deve ou não plantar, o que deve ser erradicado da agricultura nordestina, e o que deve ser implantado — novos costumes, novas técnicas? O que espanta na seca é que, a cada ano, tudo se repete, é tudo por igual!

Desejo saber de V. Ex^a se seria possível a sua Pasta delinear uma agricultura ideal para o Nordeste, tendo em vista essa eterna possibilidade de seca?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador, nesse delineamento, o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária já vem trabalhando.

Hoje, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, dentro desse novo enfoque do Governo do Presidente Itamar Franco, não está mais gerando pesquisas e guardando-as na prateleira, mas as está formulando confor-

me a demanda do público específico. Na área do Nordeste, o exemplo do algodão precoce é um deles. Além disso, na área de Petrolina, o CPATSA tem uma série de estudos sobre a seca. Está-se trabalhando fortemente, inclusive na colocação de uma nova tecnologia para assegurar pequenas retenções de água, que, para o pequeno agricultor, passa a ser muito importante.

A revitalização da cultura do algodoeiro, em grande parte do Nordeste, e a expansão da fruticultura, nem sempre com aquela sofisticação do pólo da região do São Francisco, mas para atender, efetivamente, ao pequeno produtor, são estudos já bastante avançados que estão sendo colocados pelo Ministério da Agricultura. Não há como negar que as culturas tradicionais do arroz e do milho, de ciclo mais longo, quase sempre frustram a esperança do nordestino. Quanto ao feijão, por ser uma planta de ciclo curto, às vezes consegue-se uma produção razoável.

Outra expectativa muito positiva, com a qual estamos trabalhando, é a do bicho-da-seda, não na amoreira, mas na mamoneira. O grande problema que tínhamos para viabilizar, economicamente, a produção do casulo do bicho-da-seda, tratado com a folha da mamona, era encontrar uma técnica que pudesse clarear esse casulo sem perda de qualidade. As pesquisas já encontraram a solução adequada, e, como a mamona não precisa de muita água, pode ser também o cultivo do bicho-da-seda uma excelente oportunidade para as regiões mais castigadas do Nordeste de V. Ex^a e, particularmente, do seu Ceará.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Ministro, quero aproveitar este tempo destinado à réplica para parabenizar V. Ex^a e dizer da melhor impressão que me causa o seu depoimento perante o Senado Federal, justificando um aparte que fiz aqui, em recente discurso de um companheiro, defendendo a sua permanência nesse Ministério.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eu que agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO (PDC-TO. Para interpelar.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Lázaro Barbosa, inicialmente, desejo cumprimentá-lo pela exposição que V. Ex^a fez hoje sobre a agricultura brasileira, no Senado Federal.

Conheço V. Ex^a há muitos anos. Sei do seu trabalho, da sua luta, do seu caráter, da sua honestidade e da sua ética. Fomos companheiros de partido. Acompanhei-o como Secretário de Estado, que desempenhou um belo trabalho em prol do povo goiano e do Estado de Goiás; acompanhei-o como Senador da República, que aqui, nesta Casa, lutou diuturnamente em benefício do nosso País, e, principalmente, do Estado que V. Ex^a representava.

Hoje, vejo pela imprensa que diariamente tentam “fritá-lo” com denúncias e algumas citações a respeito de V. Ex^a, no sentido da sua saída do Ministério.

Há dez anos, a agricultura brasileira dispunha de 22 bilhões de dólares para aplicar no custeio, investimento e comercialização da safra. Hoje, V. Ex^a citou que a agricultura dispõe de aproximadamente 6 bilhões de dólares; acredito que talvez não chegue aos 5 bilhões de dólares.

O produtor brasileiro, durante décadas, recebia subsídios — financiamentos que lhe foram retirados. A garantia do

preço mínimo, prevista na Constituição, não é obedecida há anos. Falou-se muito em armazenagem, mas nunca se fez uma política tão errada quanto a que foi feita nesse setor. Bilhões de dólares foram jogados fora através do PRONAGRI, na construção de armazéns e graneleiros por este País afora. Talvez, por isso, o nosso Estado de Goiás tenha hoje uma capacidade ociosa de quase 50%, ou seja, uma capacidade de armazenagem para 12 milhões de toneladas contra uma produção de 6 milhões de toneladas.

Facilitou-se esse crédito a todos. Repentinamente, esse setor passou a ter empresário de todo tipo e de toda ordem!

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — É verdade.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Adotou-se uma política não só para atender a essa capacidade instalada, mas para distribuí-la por qualquer local, desde que desocupado.

Há algum tempo deixou-se de fazer investimentos. Lembro-me bem que, há 10 anos, falava-se muito em fronteira agrícola, e o meu Estado de Tocantins, antiga região norte do Estado de Goiás, até os anos de 76, 77 e 78, era uma bela fronteira agrícola, com 5 milhões de hectares de várzea e o restante do seu território todo mecanizado, pronto para receber os investimentos e ser transformado num celeiro, já que não tem problema de seca e possui o maior manancial hídrico do País.

Hoje, o Tocantins, na área sequeira, não produz absolutamente nada na várzea, permanece o que se fez há dez anos!

Dizem que as mercadorias se perderam. Lembro-me muito bem de que, num jantar oferecido pelo Senador Henrique Almeida a V. Ex^a, quando assumia o Ministério, do qual tive o prazer de participar, dizia eu a V. Ex^a que em Goiás, Tocantins e Mato Grosso havia imensa quantidade de produtos das safras de 1984, 1985 e 1986, ou seja, produtos armazenados há dez anos.

Governos passaram e nenhuma providência foi tomada. Falou-se muito na CONAB, antiga CFP, fruto da fusão da COBAL e da CIBRAZEM — maior antro de corrupção que já existiu neste País. Não faz muito tempo, a imprensa noticiava o passeio de grãos pelo Brasil afora. Lembro-me de que no ano de 1987 transportou-se, em valores de frete, 130 milhões de dólares, sem concorrência, usando a Rede Ferroviária Federal como ponte para se livrar das concorrências.

A impressão que se tem hoje é a de que V. Ex^a é culpado por tudo isso; que o Ministro Lázaro Barbosa causou todo esse caos na agricultura brasileira. E V. Ex^a, na verdade, ao assumir o Ministério da Agricultura, encontrou uma terra arrasada, uma agricultura descapitalizada, um setor completamente desorganizado.

Ouvi de V. Ex^a uma citação que dizia: “Se o Brasil ainda produz, deve-se ao trabalho da EMBRAPA, que, através de suas pesquisas, tem feito a nossa produtividade crescer enquanto a área plantada tem diminuído”. Mas destruíram também a EMBRAPA, ela perdeu o melhor dos seus quadros. O que se faz, o que pensa fazer, hoje, o Ministério da Agricultura para recuperar a EMBRAPA, que é um dos institutos de pesquisa mais importantes do País?

A CONAB, eu diria, é hoje uma empresa falida, porque não dá conta sequer de arcar com o problema trabalhista.

Mas quero parabenizar a sua Diretoria e V. Ex^a pois, pela primeira vez neste País, tentou-se apurar todas as irregularidades noticiadas pela imprensa. Outros governos e outros ministros tiveram esta oportunidade, mas nenhum deles —

sou testemunha — teve a vontade política de organizar o setor agrícola.

Ministro, sei que em um ano e meio V. Ex^a muito pouco poderá fazer pela agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador, pediria que V. Ex^a ultimasse a interpelação.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Vou encerrar, Sr. Presidente. Mas quero aqui fazer um apelo. Peço a V. Ex^a que deixe de herança ao País uma política definida para a agricultura, para que o produtor possa ter regras bem claras a orientá-lo. É preciso que V. Ex^a lute muito para recompor os recursos que foram retirados da agricultura e para que essa política possa ser executada. A equivalência, como V. Ex^a diz, apresenta dificuldades para fazer a equalização. Mas não acredito em equivalência sem recursos. Se não forem recompostos os recursos da agricultura, jamais teremos um programa agrícola no Brasil ou qualquer solução para os problemas econômicos que tanto afligem a nossa Nação.

Encerro, solicitando a V. Ex^a que faça algumas considerações com relação à EMBRAPA. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador Moisés Abrão, quero agradecer a delicadeza de V. Ex^a para com este seu amigo e dizer o seguinte: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA —, que efetivamente sofreu muito nos últimos anos, neste ano de 1993 terá a sua situação orçamentária recomposta — 300 milhões de dólares. Isso é alentador!

Os trabalhos nos quais a EMBRAPA está empenhada em desenvolver guardam agora uma nova ótica — conforme já disse aqui no Senado. Ela agora não está gerando pesquisa e colocando na prateleira; ela está indo aos agricultores e aos segmentos organizados, verificando qual é a demanda e trabalhando em cima dessa pesquisa. Apenas para exemplificar o tipo de trabalho que vem sendo feito, cito o caso do surgimento do cisto da soja, especialmente em Mato Grosso e no sudoeste de Goiás — vi também no Maranhão e não cheguei a ver no Tocantins. Em Mato Grosso já é responsável pela redução da produtividade. A EMBRAPA, detectando isso, em consonância e com a participação dos produtores e órgãos de pesquisas dos Estados de Goiás e Mato Grosso, está trabalhando nesse projeto para resolver o problema.

Citava aqui, há pouco, a questão do gafanhoto, cujo combate está custando muitos recursos ao Ministério da Agricultura e aos agricultores. A EMBRAPA, dentro de um convênio que o Ministério mantém com a FAO, está trabalhando numa pesquisa de combate biológico ao gafanhoto. Essa praga é uma das mais antigas que o mundo conhece, desde os tempos bíblicos, e a pesquisa já está numa fase adiantada. É bem provável que, dentro de pouco tempo, possamos anunciar para o mundo que a solução para o problema do gafanhoto, sem a aplicação de inseticidas, foi resolvida por cientistas brasileiros.

Eram as explicações que eu queria dar a V. Ex^a Muito obrigado.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Agradeço a V. Ex^a e faço votos de muito sucesso no Ministério. Acredito até que, depois desse trabalho silencioso que V. Ex^a vem desenvolvendo dentro da área agrícola, talvez deixem-no um pouco em paz para que continue sua promissora gestão.

V. Ex^a é um homem ligado à agricultura, um homem da terra e, tenho plena convicção, não é um criador de búfalos, não mora no Lago e nem faz churrascos a Parlamentares. Talvez seja por isso que sua política silenciosa, em prol da agricultura brasileira, tenha trazido tanto benefício a este País. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao Senador João Calmon, último interpellante inscrito.

A Presidência prorroga a sessão por mais 15 minutos.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB—ES. Para interpelar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eminente Ministro Lázaro Barbosa, evoco os oito anos durante os quais tive o prazer e a honra de conviver com o atual Ministro Lázaro Barbosa, no Senado Federal. Aprendi, desde àquela época, a admirar o seu patriotismo, o seu espírito público, o seu devotamento permanente ao nosso Brasil.

Quando tomei conhecimento da sua indicação para a Pasta da Agricultura, fiquei certo de que V. Ex^a teria, nas suas novas funções, o mesmo alto grau de eficiência e devotamento a este País, que demonstrou no exercício de mandatos legislativos. Por isso mesmo, eminente Ministro Lázaro Barbosa, quero felicitá-lo, com o coração nas mãos, pela sua **performance**.

V. Ex^a não tem características de gênio, de salvador da pátria, de milagreiro. Está realizando um trabalho realmente meritório, que o credencia, cada vez mais, à admiração e à gratidão de todo o povo brasileiro.

Num certo momento, ouvi uma referência, creio que de V. Ex^a, à necessidade da reforma fiscal. Desde o governo anterior, fala-se com frequência numa reforma fiscal, que já teve vários nomes e rótulos — um deles era “Emendação”. Até hoje, essa reforma, que começou no governo anterior, ainda não foi ultimada. Tenho sérias dúvidas de que vá ser concluída dentro de poucas semanas.

Lembro-me de um episódio pitoresco da história espanhola. Um rei foi visitar uma fortaleza e ficou espantado, porque não foi saudado por uma salva de 21 tiros de canhão. Interpelou o comandante da fortaleza, e ele respondeu: “Majestade, não foi possível a salva de 21 tiros, por vários motivos. O primeiro: faltava pólvora”. E o rei declarou que não precisava saber das outras razões.

Nobre Ministro Lázaro Barbosa, para resolver essa angustiosa crise brasileira precisamos solucionar o problema financeiro. E só poderemos fazê-lo através de uma rápida, corajosa — radical, eu diria — reforma fiscal. Esse é o caminho curto. Se formos esperar pela tramitação legislativa, que já dura quase dois anos e meio e aproxima-se do terceiro ano, poderemos chegar a uma convulsão social.

O Presidente Itamar Franco, que não é responsável por essa crise, que tomou posse quando o furacão já estava rugindo, não pode esperar mais. É necessário, portanto, serem tomadas providências drásticas, não pelo Poder Executivo, mas por nós. Temos de cumprir o nosso dever. Se não agilizarmos a aprovação de uma reforma fiscal, poderemos enfrentar dias com a marca de catástrofe!

Eu diria, nobre Ministro Lázaro Barbosa, que antes mesmo dessa reforma fiscal tão aguardada — e até agora ainda se arrastando na sua tramitação legislativa — poderíamos de-

sencadear um programa de combate fulminante à sonegação de impostos. Não citarei o nome de um Estado muito conhecido, mas só a sonegação de impostos municipais, estaduais e federais, numa Unidade da Federação, é superior ao Orçamento Geral da República.

Portanto, o caminho é esse, é o caminho viável. Há um exemplo dentro do próprio Governo Itamar: o Ministro Antônio Britto desencadeou um esquema de arrecadação das contribuições previdenciárias já vencidas e teve um êxito, sem dúvida nenhuma, admirável! Se for desencadeado em ritmo de *blitz*, rapidamente, fulminantemente, um programa para impedir essa criminosa e impune sonegação de impostos, nos três níveis: municipal, estadual e federal, poderemos salvar o País de uma *débâcle*, da convulsão social que não é produto de imaginação doentia, mas uma ameaça concreta que o Presidente da República tem salientado em mais de um pronunciamento.

Desejo, eminente Ministro Lázaro Barbosa, felicita-lo pelo seu trabalho fecundo à frente do Ministério da Agricultura. Confiamos em V. Ex^a, confiamos no Presidente Itamar Franco e acreditamos que com medidas corajosas e — eu diria — heróicas, nós poderemos salvar este País de uma catástrofe!

E só há um remédio que pode ser aplicado com a maior urgência: é um processo fulminante, implacável de arrecadação de impostos. E para os sonegadores de impostos a lição do maior, mais importante e mais rico país deste Planeta, os Estados Unidos: “lugar de sonegador é na cadeia”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com a palavra o Sr. Ministro Lázaro Barboza.

O SR. MINISTRO LÁZARO BARBOZA — Eminente Senador João Calmon, quero dizer que sendo V. Ex^a, como efetivamente é, sem nenhum favor, uma das figuras luminárias da vida pública brasileira, a quem este País tanto deve, desvanecem-me muito os conceitos que V. Ex^a emite a respeito deste seu antigo colega e do trabalho que estamos procurando desenvolver à frente do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

Compartilho, em gênero, número e grau, das preocupações de V. Ex^a em relação aos riscos de uma convulsão social. Se não tivermos respostas adequadas, principalmente ao nível de abastecimento, para este País, poderemos ter a desdita e a tristeza de enfrentar uma situação grave, que nenhum de nós deseja.

Eminente Senador João Calmon, estou certo de que esta Casa — que já foi, por oito anos, a minha Casa, e que continua a ser a Casa onde V. Ex^a e os eminentes Senadores Nelson Carneiro, Mauro Benevides e vários outros antigos colegas meus continuam a pontificar — juntamente com a Câmara dos Deputados, que hoje tenho a honra de integrar, dará ao Presidente Itamar Franco, com a maior agilidade possível, os instrumentos legais necessários para que se possa fazer face aos grandes desafios de evitar que este País continue a ser o epicentro de um vulcão. Esperamos que o Brasil tenha a perspectiva de ser a Pátria da Cristandade e da tranquilidade, não com dois terços de sua população mergulhada em fome, mas com o povo abastecido. Para isso, a agricultura precisa, efetivamente, dessas linhas consistentes de ação que estamos preconizando. Tenho a absoluta certeza de que estamos trabalhando, lavrando no veio certo. E o Presidente Itamar Franco, com a sua sensibilidade à flor da pele para os problemas

sociais, que o angustiam muito e dos quais a Nação inteira é testemunha, terá, no respaldo desta Casa e da Câmara dos Deputados, a parceria indispensável para tirar o País da crise.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Ministro, eu é que agradeço a V. Ex^a e ao eminente Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Ultimada a fase das interpelações que justificaram a presente sessão, a Mesa cumprimenta o Sr. Ministro e os Srs. Senadores pelo transcurso da mesma.

Peço aos Srs. Líderes que acompanharam o Sr. Ministro até o plenário que o conduzam ao Gabinete da Presidência. (Pausa.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Alfredo Campos _ Aureo Mello _ César Dias _ Eduardo Suplicy _ Gilberto Miranda _ Iram Saraiva _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Paulo Bisol _ Júnia Marise _ Lourival Baptista _ Luiz Alberto Oliveira _ Marco Maciel _ Meira Filho _ Moisés Abrão _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Pedro Simon _ Ruy Bacelar _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de mensagem que encaminha a Medida Provisória nº 320, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 336, “c”, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1992 (nº 2.797/91 na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, sobre o agravo de instrumento, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Teixeira.

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1992 (Em regime de urgência nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1992, de autoria do Senador Mauro Benevides, que cria a Comissão de Fiscalização e Controle e dá outras providências, tendo

Pareceres proferidos em Plenário:

— em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Josaphat Marinho, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que oferece; e

— em substituição à Comissão Diretora, Relatora: Senadora Júnia Marise, favorável ao Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 74, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1993 (nº 4 562/89, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que transforma as Escolas Agrícolas Federais em autarquias e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 40, DE 1992 — COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador José Eduardo, que regulamenta dispositivos constitucionais que enunciam normas sobre os pagamentos pelo Poder Público a seus fornecedores de bens e serviços, assim como a execução de obras, e dá outras providências, tendo,

Pareceres sob nº 266 e 369, de 1992, da Comissão

— de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, com Emendas que apresenta de nºs 1 a 3 — CAE; 2º pronunciamento: contrário às Emendas nº 4 e 5, de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

ATA DA 68ª SESSÃO, REALIZADA

EM 27 DE ABRIL DE 1993

(Publicada no DCN — Seção II, de 29 de maio de 1993.)

Retificação

Na página nº 3801, 1ª coluna, no ano referente ao Requerimento nº 403, de 1993,

Onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 403, DE 1992

Leia-se:

REQUERIMENTO Nº 403, DE 1993

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 317, DE 1993

Estabelece a ordem de classificação final da área nove, do Concurso Público para o cargo isolado de provimento efetivo de Assessor Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Especial, nos termos previstos no art. 3º do Ato do Presidente nº 214, de 18 de março de 1993.

O Presidente do Senado Federal no uso de sua competência regimental e regulamentar, resolve:

Art. 1º A ordem de classificação da área nove, do Concurso Público para o cargo isolado de provimento efetivo de

Assessor Legislativo do Quadro de Pessoal do Senado Federal, por força da sentença proferida pelo Exmº Sr. Juiz Federal da 12ª Vara, no Mandado de Segurança nº 9213330-4, e nos termos constantes no Ofício nº 101/93, da Diretoria de Acesso ao Ensino Superior — DAE, da Universidade de Brasília, e consoante o previsto no art. 3º do Ato do Presidente do Senado Federal nº 214, de 18 de março de 1993, fica estabelecida na forma do Anexo deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de maio de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ANEXO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
00121-0	JOSÉ PATROCÍNIO DA SILVEIRA	681,5
00140-6	MOYSES MARCELO DE SILLDS	666,0
00020-5	HIPOLITO GADELHA REMIGIO	615,9
00052-3	ENRIQUE MANUEL GARBAYO GUARIDO	604,7
00008-6	ROBISON GONCALVES DE CASTRO	584,4

ATO DO PRESIDENTE Nº 318, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.464/93-2, resolve:

Aposentar, voluntariamente, o servidor JOSÉ TEIXEIRA SOBRINHO, técnico Legislativo, Área de Artesanato, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea d, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea d, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com as vantagens da Resolução (SF) nº 21, de 1980, e artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de maio de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 319, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.127/93-0, resolve:

Aposentar, voluntariamente, MÁRCIO JOSÉ ALVES ROMANI, Analista Legislativo, Área de Polícia e Segurança, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a; 192, inciso II; e 67 da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com a Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de maio de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 320, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.821/93-0, resolve:

Aposentar, voluntariamente, o servidor ALEXANDRE AMÉRICO DE CARVALHO, Técnico Legislativo, Área de Artesanato, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a; 250; e 67 da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 321, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.084/93-9, resolve:

Aposentar, voluntariamente, GOITACAZ BRASÔNIO PEDROSO DE ALBUQUERQUE, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c; 193; e 67 da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com a Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 17 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 322, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 008.385/93-9, resolve:

Exonerar ANA MARIA AIRES E SILVA do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador João Rocha, a partir de 1º de junho de 1993.

Senado Federal, 17 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 323, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.384/93-2, resolve:

Nomear JOÃO PAULO XAVIER ROCHA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Rocha.

Senado Federal, 17 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 324, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 002.786/93-1 e 007.954/93-0, resolve:

Nomear RUY CARLOS DE BARROS MONTEIRO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilberto Miranda.

Senado Federal, 17 de maio de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS CONGRESSISTAS****Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada
em 25 de março de 1993**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e três, às onze horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC em sua sede, situada no anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Deputado Domingos Juvenil, com a presença dos Senhores Conselheiros Senadores Lourival Baptista, Josaphat Marinho, Deputado Aécio de Borba, Manoel Castro, Pedro Corrêa, Carlos Benevides, Raquel Cândido, Doutores Pedro Alves de Freitas, Henrique Lima Santos, Djacyr Cavalcanti de Arruda e do Tesoureiro Doutor Djalma Bessa. Havendo número regimental, o Presidente deu início aos trabalhos, determinando ao Senhor Secretária leitura da Ata da Reunião anterior, realizada no dia 15 de dezembro de 1992. Após a leitura, a Ata foi discutida e votada, tendo sido aprovada sem restrições. Em seguida o Presidente apresentou para exame e votação os balancetes contábeis referentes aos meses de novembro/92, janeiro e fevereiro/93 e o balanço anual do exercício de 1992. O balancete referente ao mês de novembro/92 e o balanço anual referente ao exercício de 1992 foram relatados pelo Deputado Aloisio Vasconcelos, que os acolheu e os aprovou. Os balancetes referentes aos meses de janeiro e fevereiro/93 foram relatados pelo Deputado Manoel Castro que os aprovou. Esses documentos foram minuciosamente examinados pelos Senhores Conselheiros e achados corretos. Colocada esta matéria em votação, foi aprovada sem restrições e por unanimidade. Em seguida o Presidente deu conhecimento da atual situação financeira do Instituto, distribuindo com os membros presentes, planilhas com demonstrativos das despesas, receitas e investimentos. Continuando, o Presidente levou ao conhecimento do Conselho as comunicações encaminhadas pelas 4ª e 9ª Vara de Justiça Federal sobre a nomeação dos peritos oficiais com fim de examinar a autenticidade de documentos atrelados aos processos de número 89.0010134-0 (9ª Vara Federal) e o de número 891034/0, da 4ª Vara Federal. Dada a importância desses processos, o Doutor Leopoldo César Fontenele, advogado contratado pelo IPC para patrocinar essas ações, sugeriu a indicação de um perito assistente para acompanhar este trabalho. O perito oficial, nomeado pelos Juízes dessas Varas, é o Doutor Sílvio Caracas de Moura Júnior e o perito assistente, indicado pelo advogado do IPC, é o Doutor José Alcir Cavalcante. As propostas de honorários que foram apresentadas por esses dois profissionais foi da ordem de Cr\$227.620.400,00, sendo Cr\$166.813.600,00 do pe-

rito oficial e Cr\$60 806.800,00 a proposta de honorários do perito assistente. O Presidente disse que essas ações são de iniciativa do IPC contra o ex-Presidente Gustavo de Faria e outros envolvidos, a exemplo do Banco do Progresso, Fundaseng, Celtec, DTVM e Credimus e que envolvem somas vultosas que o IPC espera ser ressarcido. Após essas explicações, o Conselho autorizou ao Presidente efetuar essas despesas com os peritos, tanto o oficial quanto o assistente. Em seguida, o Presidente fez uma exposição sobre os estudos de ocupação do terreno do IPC junto ao Palácio dos Buritis: trata-se de um valioso terreno em local destinado a escritórios governamentais brasileiros e estrangeiros. O terreno foi doado pelo GDF ao IPC e destina-se a uma sede administrativa do Instituto. O Presidente informou que a ocupação do terreno tem que ser iniciada este ano, sob pena de perda da doação. Disse ainda que é necessária a aloração imediata de um projeto de arquitetura. Esse anteprojeto, uma vez aprovado pelas repartições competentes, vai satisfazer de imediato a exigência do GDF. Aproveitando a elaboração do anteprojeto, o IPC deverá contratar especificações, quantitativos de materiais e estimativas globais de custos da construção. Em vista da exposição verbal do Presidente, o Conselho Deliberativo autorizou a contratação desses estudos e anteprojetos, devendo o conjunto desses elementos ser apresentado a este Conselho para subsidiar a eventual autorização e as diretrizes para as etapas posteriores de obra. Em seguida, foram apreciados e aprovados os seguintes processos: a) — de requerimento de pensão — Antonieta Pereira Leite Figueiredo (126/93), Arlinda Basto Delpech (1989/92), Arnaldo Vieira da Silva (099/93), Delva de Oliveira Godinho e Idalina de Oliveira Godinho (1765/92), Irene Guerizzi Alonso (1884/92), José Carlos Alves dos Santos (046/93), Jupira Marques Monturil (067/93), Maria de Fátima Costa (088/93), Maria Lino da Silva (087/93), Maria das Graças Santos (1883/92), Solon Borges dos Reis (111/93), Wanderley Rosa Vinhal (033/93), Wilson Nery Rodrigues (1891/92), Balbina de Azevedo Coelho (117/93), Rosângela Magalhães Mesquita (158/93 e 202/93), Cydia de Oliveira Coelho (157/93), Maria Helena da Paz Coelho e filhos (179/93), Didima de Aquino Xavier (209/93), Geraldo José de Almeida Melo (213/93), José Soares Campelo (201/93), Ney Madeira (136/93), Sebastião Aurelio Rovo (167/93), Evelin Vera Renate Gottschalk Resegue (753/92 e 368/92), Terezinha Lemos de Souza (269/93), Lício de Almeida Castro (268/93), Maria Rosário Rodrigues Custódio (218/93) e Amine Daou Lindoso (314/93); b) — de revisão de pensão — Ruth Brandão de Azevedo (281/93); c) — de averbação de mandato — Aloizio Santos (1890/92), Ângelo Mário Peixoto de Magalhães (049/93), Luiz Tadeu Leite (1993/92), Joaquim Sucena Rasca (1877/92), Raquel Candido e Silva (1938/92), Feres Osraia Nader (173/93) e Nelson Marquenzi (330/93); d) — de integralização de carência — Alderez Silva Dantas (131/93), Aloizio Santos (008/93), Cesar Maia (019/93), Eduardo Pinho Moreirar (007/93), Osório Leão Santa Cruz (105/93), Renato de Mello Vianna (032/93) e Rubens Bueno (005/93); e) — de contribuição por afastamento temporário — Virgínia Ines Abadia Pompeu (283/93) e José Eduardo de Andrade Vieira (290/93); f) — de auxílio-funeral — Didima de Aquino Xavier (211/93), Julia Vaena Steinbruch (1745/92), Rosângela Magalhães Mesquita (203/93) e Wanderley Rosa Vinhal (071/93); g) — de inscrição de segurado facultativo — Gisnei Alves Campos (1870/92), Adilson Gonçalves de Macena (1867/92), Francisco Oliveira da Costa (052/93), Ralph Campos Siqueira (085/93), Margarida Ferreira Lima (089/93), Vera Lúcia D'Alto Manzo-

lillo (020/93), Carlos Eduardo de Oliveira (001/93), Cyro Pereira da Silva Portocarrero (1703/92), Antonio Gilberto da Silva (048/93), Valter Marcos de Brito (023/93), João Cloves Dias Cardoso (053/93), Cláudio de Barros Goulart (002/93), Vicente Vuolo (270/93), Maria de Fátima Ribeiro Galves (302/93), Grace Farani de Rodrigues (623/93), Vanisa Ma- (591/93), Cezar Moura da Motta (104/93), Silvino Carlos Borges (150/93), Marcus Vinicius Caldas Souto (039/93), Rejane Souza de Oliveira (135/93) e Karla Kalume Reis (1009/92); h) — de cancelamento de inscrição — Euclides Alves da Silva (1796/92), Edmilson Rodrigues da Costa (1797/92), Raimundo Nunes de Oliveira (1794/92), Carlos Alberto da Costa (1821/92), Juarez Aires Sampaio (1966/92), Zilá Maria Barreto Rocha (1900/92), Adamir Corrêa de Oliveira (1881/92), Floriano Carlos Kreiser (100/93), Nair da Cunha (015/93), Ana N. Carvalho Costa (147/93), Nelson José Ribeiro (148/93), Luiz Carlos Ferreira (109/93), Deborah Fereghetti (093/93), Kenie de Freitas Pinheiro Santos (070/93), Antonio Vieira Tosta (074/93), Flávio Freitas Faria (188/93), Argos Madeira da Costa Matos (208/92) e Sandra Regina Furtado (267/93); i) — de auxílio-doença — Armando Gonçalves Costa (1771/92), Alberto Hoffmann (1768/92), Lysâneas Dias Maciel (1800/92), Marinaldo de Araújo Carvalho (1773/92), Jorge Cordeiro Leite (1774/92), Antonio Severiano da Câmara Filho (1762/92), Amílcar Alves de Queiroz (1786/92), Benedito Geraldo Cavalcante de Vasconcelos (1977/92), Fernando Sant'Anna (1849/92), Henard de Moura Saldanha (1808/92), Jório de Barros Carneiro (1837/92), José Conceição Barbosa Tavares (1845/92), José Coutinho Araújo (1838/92), Miguel Arcanjo de Souza (1848/92), Norberto Harald Schmidt (1522/92), Paulo Rubens Mandarino (182/92), Paulo Mincarone (1825/92), Regis de Oliveira (1814/92), Gilberto Fernandes Alves (1782/92 e 1843/92), Sônia Vera Cruz da Costa (1829/92), Alice Maria Rodrigues Aguiar (1841/92), Antonio José de Souza Machado (1844/92), Benjamim Farah (797/92), Helena Vilas Boas da Silva (1866/92), Francisco Miguel Lopes da Silva (1852/92), João Alves Pimentel (1842/92), Antonio José de Lima (1805/92), Lycurgo Leite Filho (1889/92), Antonio de Lisboa Machado (1869/92), Geraldo Majella Mello Mourão (1871/92), Pedro Arthur Sampaio (1742/92), Pedro de Lucena Dias (1853/92), Jolimar Corrêa Pinto (1914/91), Nabor Tapajós Caldas (1858/92), Pedro Vitor Mafra (1781/92), Inadi Lima Cesário da Silveira (1817/92), Adiléia Gonçalves Gomes da Silva (1854/92), Afrísio Vieira Lima Filho (1834/92), Alceste Almeida (1886/92), Alcides Freitas Filho (1892/92), Aloisio Vasconcelos (1888/92), Antonio Agildo Cavalcante (1878/92), Antonio Ricardo Moreira da Souza (1832/92), Antonio Ueno (1700/92 e 1791/92), Eduardo Jorge Martins Alves (1839/92), Edvaldo Pereira dos Santos (1826/92), Elizabeth Therezinha Valoci (1801/92), Erles Janner Costa (1828/92), Francisca Dalva da Silva (1819/92), Haroldo de Moura Saldanha (1847/92), Joaquim da Costa (1758/92), João de Deus França (1833/92), João Florêncio Cavalcante (1783/92), José Roberto Magalhães (1859/92), Milano Campelo de Aragão (1810/92), Ney Lopes de Souza (1827/92), Olavo de Souza Ribeiro (1778/92 e 1876/92), Paulo de Almeida (1855/92 e 1885/92), Pedro de Carvalho Rodrigues (1823/92), Prudêncio Serra Rodrigues (1868/92), Ronaldo Batista de Araújo (1011/92), Rubens Souto Pereira (1956/92), Vanderlei da Silva (1846/92), Walter Bernardes Nory (1915/92), Wilson Müller Rodrigues (1912/92), Walter Pereira (1952/92), José Sandoval Muniz Sobrinho (1879/92), Luiz Paulo Bastos Serejo (1875/92), Eurico Bartolomeu Ribeiro

(1874/92), Haroldo Sanford Barros (1930/92), Irma Passoni (1897/92), Luno Aurélio de Lima Barbosa (1850/92), Aurea Ferreir de Souza Silva (1861/92), Benhur Correa (1905/92), Almeline Pereira de Andrade (1864/92), Maria Madalena Pinto de Andrade (1831/92), Manoel Alves Monteiro (1856/92), Eliane Alves de Matos (003/93), Francisco Itamar Machado (1857/92 e 1906/92), Raymundo Urbano (1994/92), Wagner Moreira Cavalcante (1863/92), Alcides Freitas Filho (1961/92), Joaquim Evangelista Barreto (1860/92), Valdemir Pereira Rocha (1944/92), Hamilton Balão Cordeiro (1658/92), Octávio Cesário Pereira Júnior (1851/92), Maria da Conceição Azevedo (1862/92), Henrique Maurício Fanstone (1910/92), Jocelyno Emílio de Carvalho (113/93), Cléa Marina Cunha de Menezes (083/93), Dejaldo Bandeira Goes Lopes (092/93), Pedro Vitro Mafra (119/93), Juarez Pereira (152/93), Paulo José de Oliveira Evangelista (124/93), Helena Vilas Boas Borges da Silva (122/93), Raimundo Porfírio da Silva (026/93), Maria Betânia Ferreira Maia (153/93), Mauro Evangelista Esteves (123/93), Ginaldo Inácio de Araújo (081/93), Maria Lúcia A. de Oliveira (015/93), Marcos José de Campos Lima (095/93), Altevair Leal (127/93), José Luiz Vieira Xavier (080/93), Prudêncio Serra Rodrigues (086/93), Jane Messina Frago (075/93), Zilá Dias (125/93), Antonieta Pereira Leite Figueiredo (141/93), Milton Bezerra Cabral (1820/92), Paulo Rubens Mandarino (1924/92 e 1939/92), Aliria Rodrigues Corrêa (1997/92), Zacarias Emiliano Seleme (1974/92), Nancy de Lourdes Salgado Lins (1980/92), Marcelino Tavares de Araújo (1925/92), Oséas Cardoso PAes (1991/92), João Pereira dos Santos (1982/92), Paulo Roberto Baptista Lopes (1960/92), Teofanice V. Amorim (1983/92), Luiz Carlos Rodrigues Teixeira (1937/92), João de Deus França (1970/92), Luiz Gonzaga Lopes Costa (1984/92), Raimundo Porfírio da Silva (1963/92), José Silvério de Castro (1918/92), Joaquim Elias de Lima (1975/92), Mário Francisco dos Santos (1947/92), Pedro Alves Evangelista (1969/92), Paulo Castro Ribeiro (1928/92), Joaci Muniz (1887/92), Maria José dos Santos Resende (1976/92), Analia Rosa de Jesus (1840/92), Urbano Inácio dos Santos (1923/92), Luzia de Souza Godoi (1957/92), Raimundo Lima Soares (1972/92), José Alberto Fogaça de Medeiros (1990/92), Rômulo Cavalcante Braga (1916/92), Maria Cristina Bitencourt de Sá Ponte (1979/92), Antonio Machado França (1981/92), Deraldo Ruas Guimarães (1968/92), Francisco de Assis Isídio (1955/92), Ivonete Andrade da Silva (1962/92), Wesley Sidou Pimentel (1977/92), Elisabeth Therezinha Valocci (1971/92), Genoveva Maria Almeida de Oliveira (1953/92), Ruben da Silva Bento (1922/92), José dos Santos Freire (1967/92), José Thomaz Nonô (1954/92), Nelson Morro (1919/92), Marcos G. de Cerqueira Lima (1872/92), José Carlos Sabóia (1949/92), Vasco Furlan (1929/92), José Roberto Magalhães Teixeira (1936/92), Olavo de Sousa Ribeiro (1909/92), Iracema Di Benedito Kemp (1973/92), José Fernandes de Lucena (1951/92), Heber Antonio Teixeira Monteiro de Barros (1901/92), Aneide Rocha de Deus (1988/92), Petrus Elesbão Lima da Silva (1986/92), Ivo Vanderlinde (040/93), Zacharias Emiliano Seleme (1704/92 e 1780/92), Jorge Cordeiro Leite (043/93), Benjamin Miguel Farah (054/93), Lycurgo Leite Filho (041/93), Nifnfy Lopes Ribeiro (077/93), João Abrahão Sobrinho (018/93), Ovídio José dos Santos (034/93), Gilberto Favieiro (013/93), Mirian dos Santos Medeiros (025/93), Moisés Ramos Lopes (066/93), José Walter Pereira Barbosa (045/93), Wilson Roldo Moraes Filho (014/93), Eurico Bartolomeu Ribeiro (024/93), Maria José Lira Barbosa (035/93), Raimundo Gomes

da Silva (1948/92), Geraldo Gurgel de Mesquita (1895/92), Amílcar Alves de Queiroz (1931/92), Vencez Rodrigues Alves (1940/92), José Hugo Mardini (1985/92), Gilberto Fernandes Alves (1950/92), Paula Francinete Trindade de Queiroz (1907/92), Pedro Alves de Freitas (010/93), Alice Francisca dos Santos Ribeiro (016/93), Sonia Tereza Ramalho Ferreira (1880/92), Elenir Terezinha dos Santos (1917/92), Regina Coeli do Nascimento Vale (1899/92), Cláudia Gama Franco Montenegro (1896/92), Ferix Antonio Orro Filho (1908/92), Hugo Napoleão do Rego Neto (1933/92), José Coutinho Araújo (1921/92), José Silvério de Castro (1865/92), Dirceu Ventura Teixeira (1004/92), Selviria Afonso Galvão (1882/92), Maria Neli de Santana e Lira (1943/92), Luis Geraldo Santos Nascimento (1927/92), José Moura Neto Ferreira da Silva (1911/92), José Paixão dos Santos (1946/92), José do Rego Maciel (1958/92), Olmerindo Ruy Caporal (1965/92), José Parente Frota (1942/92), Francisco Batista Maciel (1898/92), Manoel Raimundo de Souza (1894/92), Stélio Dias (1941/92), Fernando Alberto Diniz (1903/92), Zacharias Emiliano Seleme (065/93), Antonio de Lisboa Machado (030/93), Mercio Cecilio (078/93), Afrísio Vieira Lima (051/93), Alberto Luiz Brasanini (061/93), Sebastião dos Reis (021/93), Marinaldo de Araújo Carvalho (004/93), Nilson Romeu Sguarezi (031/93), Sigrid Tapajós Távora/Ricardo Frederico Secco Távora (1920/92), Maria Betânia Ferreira Maia (056/93), Clemente de Sousa Fortes (057/93), Regina Lilian Leitão de Carvalho (006/93), Cirene Pessanha Machado (068/93), Gilberto Fernandes Alves (027/93), Gonçalo de Melo Araújo Farias (011/93), Ney Gonçalves (060/93), Omar Alves Abbud (012/93), Afrísio de Souza Vieira Lima Filho (1964/92), Amílcar Alves de Queiroz (044/93), Edi Siliprandi (063/93), Paulo de Almeida (009/93), Maria Iracema Saboia Fonseca (058/93), Austregésilo Ribeiro de Mendonça (037/93), Geremias de Mattos Fontes (064/93), Jair Alves Soares (079/93), Joana Darck P. do Nascimento (062/93), Francisco Miguel Lopes da Silva (050/93), Valmir da Silva (029/93), Norberto Haraldi Schmidt (118/93), Maria da Conceição Azevedo (189/93), Luiz Carlos Leal Braga (1499/92), Lycurgo Leite Filho (162/93), Octávio Cesário Pereira Júnior (084/93), João Alves Pimentel (132/93), Oséas Cardoso Paes (120/93), Pedro Arthur Sampaio (115/93 e 145/93), Nilson Vianna da Silva (098/93), Raimundo Nonato Rodrigues Cordeiro (101/93), Inadi Lima Cesário da Silveira (142/93), Judith Muniz Barreto (134/93), Maria Elizabeth Neves (133/93), Luiz Gonzaga Malveira (178/93), Doralice Ferreira de Oliveira Baía (094/93), Edvaldo Silva Borges (130/93), Claudio Rodrigues da Silva (103/93), Francisco Alves de Almeida (232/93), Rosina Andrade Neirelli Cardoso (091/93), Clemente de Sousa Fortes (230/93), Regina Moreira Suzuki (069/93), Maria do Socorro de Araújo (146/93), Conceição Luiza de Farias (149/93), Miguel Teixeira Soares Filho (199/93), Afrísio Vieira Lima Filho (138/93), Marcus Vinicius Goulart Gonzaga (090/93), Joaquim Raimundo Correia de Souza (112/93), Benedito Vakson Ribeiro (128/93), José de Oliveira Cardoso (107/93), Joaquim Pinto (096/93), Luzia de Souza Godoy (114/93), Juarez Mariano de Almeida (022/93), Airton Dantas de Sousa (097/93), Alaor Barbosa dos Santos (116/93), Cassio Ruy Caporal (106/93), Geiza Marli Soares Ribeiro (129/93), Marize Cristina Tavares (143/93), Adauto Paes de Andrade (104/93), Nelson Joaquim de Oliveira (121/93), Antonio Geraldo de Azevedo Guedes (142/93), Euler Esteves Ribeiro (156/93), Renault Mattos Ribeiro (059/93), Raul de Sousa Reis (214/93), Moisés Julio Pereira (233/93), José Segal Marrara (170/93), José Ribamar de Andrade

(110/93), Antonio da Costa Gomes (204/93), Alberto Hoffmann (166/93), Josias Ferreira Leite (241/93), Aracely de Paula (215/93), Francisco Pinheiro da Rocha (231/93), Menandro Minahin (1987/92 e 161/93), Sebastião Andrade (248/93), Jakes Souza Ribeiro (251/93), Mário Braga Ramos (073/93), Milton Teixeira de Figueiredo (055/93), Ana Pacheco (1978/93), Afrísio Vieira Lima (139/93), Euclides Scalco (168/93), Renato de Almeida Chermont (163/93), Marcelo Brandão de Araújo (194/93), Luis Gonzaga Barros Coelho (164/93), José Gouveia Pereira (183/93), Nilo Correia Lima (165/93), Marilena Terezinha Gomes (187/93), Maria Helena da Costa Silva (186/93), Rosane Bottechia Araújo (196/93), Paulo Martins Robinson (154/93), Hugo Carvalho Vieira (222/93), Henard de Moura Saldanha (182/93), Delfino Costa Zanlorenzi (155/93), Ilda Josefa Elias Campos (184/93), Maria Lúcia A. de Oliveira (180/93), Reben da Silva Bento (171/93), Paulo Delgado (258/93), José Aldo dos Santos (140/93), J. Justino F. Alves Pereira (190/93), Lysaneas Dias Maciel (192/93), José Parente Frota (226/93), Kleber Bastista de Souza (225/93), Octávio Cesário Ferreira Júnior (224/93), Nilso Romeu Sguarezi (191/93), Itagyba José de Oliveira (216/93), Eudes Gomes de Oliveira (220/93), João Carlos de P. de Carli (171/93), Ignácia Baptista de Alcântara (242/93), Luiz Gonzaga Malveira (263/93), Raimunda Porfírio da Silva (198/93), Ana Maria Neri Fraga (195/93), Ana Lúcia Zuqui Lisboa (185/93), Joaquim Elias de Lima (219/93), José Luiz Vieira Xavier (227/93), Manoel Vitorino Jorge de M. Lisa (177/93), Leonesio Fenando Vieira (169/93), Jorge Wilson Arbage (239/93), Antonio dos Santos Soares Cavalcante (236/93), Germano Rigotto (240/93), Waldwin Bueno Netto (193/93), Murilo Paulino Badaro (076/93 e 205/93), Jocelyno Emilio de Carvalho (262/93), José Alves de Oliveira (254/93), Adilson Domicias Bernardes (082/93), Maria Lúcia Pinheiro de Oliveira (217/93), Sivalda Leite de Moraes (252/93), Sandra Maria de Azevedo Regis Miranda Duque (223/93), Roberto Pereira da Silva (207/93), Lia Solange Gasparetto Camargo (291/93), Ivete dos Santos Silveira (297/93), Edison Miranda da Cruz (265/93), Antonio Olavo de Almeida (264/93), Deraldo Ruas Guinaraes (260/93), Maria de Fátima Carneiro Cavalcante (174/93), Olga Maria Ferreira Porto (206/93), José Aldo dos Santos (197/93), Moacir Micheletto (276/93), Matheus José Schimdt (247/93), Abel Sousa Soares (210/93), José Alves do Nascimento Filho (221/93), Olinda da Silva Parente (212/93), Zacharias Emiliano Seleme (287/93), Ester Almeida Valadares (305/93), Horácio Rocha Motta (345/93), Maria Tereza nSoares Dulci (284/93), José Maria N. Miranda (259/93), Antonio Ribeiro Pinto (294/93), Maria Nely de Santana e Lira (256/93), Elio José Nascentes (309/93), Luiz Carlos Rezende (255/93), Adiléia Gonçalves Gomes da Silva (200/93), DelsitaFerrari (245/93), Ana da Glória de Siquera (261/93), Francisco das Chagas Aragão (249/93), Maria Felizarda S. Coelho (296/93), Clemente de Sousa Fortes (331/93),), Selviria Afonso Galvão (257/93), Zilá Dias (273/93), Aurea Ferreira de Souza Silva (307/93), Luiz Paulo Garcia Parente (246/93), José Segal Marrara (266/93), Ana Lúcia Ayres Kalume Reis (298/93), Marilúcia Chamarelli (304/93), Ney Gonçalves (275/93), Edilenice Jovellina Lima Passos (303/93), Franklin Albuquerque Paes (279/93), Afrísio de Souza Vieira Lima Filho (299/93), Maria Rosália Rodrigues Costa Araújo (175/93), Antonio da Costa Gomes (372/93), José Thomas Nonô (280/93), Nelson Morro (373/93), e Ivo Mainardi (286/93), foi indeferido o processo de auxílio-doença de Cleide Soares Pires Ribeiro (042/93). Em seguida, o Presidente, de-

clarando ser esta a última Reunião da sua administração, aproveitava desta oportunidade para consignar na Ata dos trabalhos sua gratidão a todos quantos o ajudaram nesta tarefa. Agradecia aos Senhores Conselheiros pela dedicação e o apoio que sempre recebeu. Agradeceu também aos servidores do IPC pela dedicação e o carinho que todos ofereciam no dia-a-dia dos seus ofícios. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às treze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Raymundo Urbano, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da 31ª Reunião da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 14 de abril de 1993

Às dez horas do dia quatorze de abril do ano de um mil novecentos e noventa e três, no Auditório Petronio Portela, com a presença do Senhor Presidente Deputado Domingos Juvenil, do Vice-Presidente Senador Wilson Martins, dos segurados obrigatórios, facultativos e pensionistas, realizou-se a 31ª Assembléia Geral Ordinária do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, para, consoante o disposto no artigo dezesseis, itens I e II, da Lei nº 7.087/82, combinados com o artigo 6º do Regulamento Básico do IPC, tomar conhecimento do Relatório do Senhor Presidente referente ao exercício findo e eleger o Conselho Deliberativo para o biênio de um mil novecentos e noventa e três/um mil novecentos e noventa e cinco. Aberta a Sessão, o Senhor Presidente, Deputado Domingos Juvenil, procedeu à leitura do Relatório, que será publicado à parte. A seguir, declarou por iniciada a votação com término prefixado para as dezessete horas. Durante o processo de votação, o Presidente e o Vice-Presidente afastaram-se do recinto, passando a presidência dos trabalhos da Assembléia para o Doutor Raymundo Urbano, Consultor Jurídico do IPC. O processo de votação decorreu com normalidade. Às dezesseis horas e trinta minutos o Presidente Deputado Domingos Juvenil reassumiu a condução dos trabalhos. Às dezessete horas, o Presidente deu por encerrado o processo de votação, convidando para escrutinadores os Senhores Luiz Gonzaga Malveira e Evaldo Carlos Bezerra da Costa, todos, segurados do IPC. Feita a apuração, verificou-se o seguinte resultado: total de 397 votos, todos válidos. O total de votos conferiu com o número de sobrecartas depositadas na urna e com o número de votantes. Por ter concorrido apenas uma Chapa, todos os candidatos, titulares e suplentes, obtiveram o mesmo número de votos. Foram eleitos membros titulares os Senadores Nabor Júnior, Ronaldo Aragão, Carlos Patrocínio e os Deputados Waldir Guerra, Ângela Amin, Prisco Viana, Aloisio Vasconcelos, Vital do Rego e Ariosto Holanda. Como membros suplentes, elegeram-se os Senadores Josaphat Marinho, Cid Saboia, Deputados Aécio de Borba, Dejandir Dal Pasquale, Nilson Gibson, Sigmaringa Seixas, Doutores Henrique Lima Santos, José Antonio digo Antonio José de S. Machado e Adolfo Gomes de Carvalho. Encerrada a apuração, ante o resultado o Presidente proclamou nominalmente todos os eleitos. Em seguida, comunicou aos presentes que a posse e transmissão de cargos do Conselho Deliberativo recém-eleito, bem como do Presidente e Vice-Presidente já eleitos na Sessão do dia 31 de março de 1993 pelo Senado Federal, será realizada no dia quinze de abril de 1993, amanhã, às dez horas, na sede do Instituto. Nada mais havendo a

tratar, o Presidente deu por encerrada esta 31ª Assembléia Geral Ordinária às dezessete horas e vinte minutos. E, para constar, eu Raymundo Urbano, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Seguem Assinaturas.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do IPC, realizada no dia 15 de abril de 1993, para dar posse aos novos dirigentes eleitos para o biênio 1993/1995

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de abril do ano de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, em sua sede, situada no Anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Deputado Domingos Juvenil, com a presença dos senhores Conselheiros Senador Josaphat Marinho, Deputados Aloisio Vasconcelos, Manoel Castro, Carlos Benevides e do Doutor Henrique Lima Santos. Presêntes também o Senador Wilson Martins e o Deputado Manoel Castro, respectivamente Presidente e Vice-Presidente eleitos pelo Senado Federal, na Sessão do dia trinta de março/93, para o biênio 1993/1995, de conformidade com os artigos terceiro e quarto da Lei sete mil e oitenta e sete, de 29 de dezembro de 1982. Em se tratando de uma reunião extraordinária, onde da pauta constava a posse e transmissão de cargos dos novos dirigentes recém-eleitos, esta Reunião foi bastante concorrida, destacando-se, dentre outras, as presenças dos Senadores Ronan Tito, Gilberto Miranda, Deputado Geddel Vieira Lima, Presidente da Associação Brasileira dos ex-Congressistas Dr. Geraldo Guedes, Presidente da Ascade Sr. José Romero Pereira, Presidente da Assefe Sr. Ruy Marcio de Almeida, Jornalista João Orlando Barbosa Gonçalves, Doutor Leopoldo Cesar Fontenele, Dr. Josias Leite, membros do Conselho Deliberativo recém-eleitos nas pessoas do Senador Nabor Júnior, Deputados Waldir Guerra, Ângela Amin. Presêntes também, representantes do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Credreal, Banespa, Banpará, representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e muitos jornalistas. Verificado o **quorum** regimental, foram abertos os trabalhos. O Presidente Deputado Domingos Juvenil concedeu a palavra ao primeiro orador inscrito, ex-Deputado Geraldo Guedes, atual Presidente da Associação Brasileira dos ex-Congressistas. Este orador, num discurso emocionado, agradeceu ao Presidente Deputado Domingos Juvenil a consideração que sempre teve para com a Associação que preside, enaltecendo os avanços alcançados pelos segurados do IPC nesta gestão que está se dando. Continuando, dirigindo-se para o Senador Wilson Martins, relembrou fatos que marcaram a sua vida política e administrativa, afirmando em seguida que a vida do amigo Wilson Martins foi sempre alicerçada na moral e probidade, desejando-lhe uma profícua administração à frente dos destinos desta Instituição. Em seguida o Presidente Domingos Juvenil fez um resumo sobre os principais fatos que marcaram sua admi-

nistração, declarando-se vitoriosos, em face dos avanços alcançados. Agradeceu aos membros do Conselho Deliberativo de sua gestão, bem como aos Tesoureiros e a todos os servidores do IPC pelo apoio e solidariedade com que sempre contou de todos. Concluindo, disse estar convicto de que o IPC, nas mãos honestas e honradas dos seus sucessores, se firmará na função social a que se propõe com vista à sua perenidade. Em seguida, o Presidente Deputado Domingos Juvenil solicitou ao presidente eleito, Senador Wilson Martins, para fazer a leitura de Compromisso de Posse, o que foi feito. Este mesmo compromisso foi prometido pelo Vice-Presidente eleito, Deputado Manoel Castro. Continuando, o Presidente Domingos Juvenil determinou ao Consultor Jurídico do IPC, Doutor Raymundo Urbano, fazer a leitura do Termo de Posse, o que foi feito. Após a leitura deste termo, seguiu-se das assinaturas do Senador Wilson Martins (Presidente) e do Deputado Manoel Castro (Vice-Presidente). Após essas assinaturas, o Presidente Domingos Juvenil declara empossados os novos Presidente e Vice-Presidente do IPC, transmitindo os cargos simbolizado por um cordial abraço. Nesse momento, eclodiram muitas palmas. O Senador Wilson Martins, já investido do cargo de presidente do IPC, convidou o Senador Nabor Júnior, para que em nome de seus pares, Conselheiros Deliberativos, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 14 de abril/93, fizesse a leitura de Compromisso de Posse. O que foi feito. Após essa formalidade, o Presidente Senador Wilson Martins declarou empossados todos os Conselheiros eleitos para o biênio 93/95, que assim ficou constituído: Membros Titulares: Senadores Nabor Júnior, Ronaldo Aragão, Carlos Patrocínio. Deputados Ângela Amin, Waldir Guerra, Prisco Viana, Aloisio Vasconcelos, Vital do Rego e Ariosto Holanda; Membros Suplentes: Senadores Josaphat Marinho e Cid Saboia. Deputados Aécio de Borba, Dejandir Dal Pasquale, Nilson Gibson, Sigmaringa Seixas, e os Doutores Antonio José de Souza Machado, Henrique Lima Santos e o Senhor Adolfo Gomes de Carvalho. Em seguida o Presidente, saudando todos os presentes, iniciou seu discurso de posse. Dentre outras expressões, o Presidente recém-empossado disse ser uma grande honra para si, assumir os destinos desta Instituição que passa por um momento saudável e de saneamento, dado ao trabalho desempenhado pela administração que sai, pelos seus Conselheiros, pelos seus servidores. Disse também que a sua grande meta de administração, será informatizar o IPC, a fim de torná-lo moderno, célere e eficaz. Disse que nunca exerceu cargo de maneira autoritária. E que vai proceder desta mesma forma aqui no IPC, fazendo uma administração democrática, transparente, voltada principalmente para os segurados e para o fortalecimento desta Instituição. Finalizando, agradeceu a presença de todos e rogou a Deus pela felicidade desta Casa, deste Congresso, deste País. (Muitos aplausos.) Em seguida o Doutor Raymundo Urbano fez a chamada nominal de todos os Conselheiros Deliberativos recém-empossados para assinarem o livro de presença. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às 12h15min (doze horas e quinze minutos). E, para constar, eu Raymundo Urbano, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

(Seguem-se Assinaturas.)

MESA Presidente Humberto Lucena - PMDB - PB 1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues - PSDB - PI 2º Vice-Presidente Levy Dias - PTB - MS 1º Secretário Júlio Campos - PFL - MT 2º Secretário Nabor Júnior - PMDB - AC 3º Secretário Júnia Marise - PRN - MG 4º Secretário Nelson Wedekin - PDT - SC Suplentes de Secretário Lavoisier Maia - PDT - RN Lucídio Portella - PDS - PI Beni Veras - PSDB - CE Carlos Patrocínio - PFL - TO LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon Vice-Líderes Jutahy Magalhães Elcio Alvares	LIDERANÇA DO PMDB Líder Mauro Benevides Vice-Líderes Cid Saboia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavour LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas Vice Líder Jutahy Magalhães LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel Vice-Líderes Elcio Alvares Odacir Soares LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol LIDERANÇA DO PTB Líder Lourenberg Nunes Rocha	Vice-Líderes Valmir Campelo Jonas Pinheiro LIDERANÇA DO PDT Líder Vice-Líder Magno Bacelar LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão Vice-Líder Aureo Mello LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior LIDERANÇA DO PDS Líder Esperidião Amin LIDERANÇA DO PDC Líder Epitácio Cafeteira LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
---	---	--

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Márcio Lacerda	MS-3029/30
Ney Suassuna	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MT-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Álvares	ES-3131/32	Vago	

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/3063
Carlos D'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3001/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epiácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
-------------------	------------	---------------	------------

PDS

Espeditão Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

PSB+PT

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Ney Suassuna	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão
Gribaldi A. Filho
Márcio Lacerda
José Sarney

RR-4052/53
RN-4382/92
MT-3039/30
MA-3429/31

Nelson Carneiro
Iram Saraiva
Vago
Vago

RJ-3209/10
GO-3133/34

PFL

Lourival Batista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Ávaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Álvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

PSDB

Almir Gabriel	PA-3245/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto de O.	- 4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epiácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
-------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Vago	
------------------	------------	------	--

PSB + PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio de Brito

Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3038/39	Mauro Benevides	CE-3194/55
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65	Juvêncio Dias	PA-3050/
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	AL-3245/47	Odacir Soares	RO-3218/19
Vago		Bello Parga	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Marco Maciel	PE-3197/98
Henrique Almeida	AP-3191/93	Ávaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Álvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB Beni Veras CE-3242/43 Almir Gabriel PA-3145/47 José Richa PR-3163/64 Dirceu Carneiro SC-3179/80 Mário Covas SP-3177/78 Vago PTB Afonso Camargo PR-3062/63 Lourenberg N. Rocha MT-3035/36 Valmir Campelo DF-3188/89 Luiz Alberto Oliveira PR-4059 Jonas Pinheiro AP-3206/07 Marluce Pinto RO-4062/63 PDT Magno Bacelar MA-3074/75 Lavoisier Maia RN-3239/40 PRN Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-4215/18 Ney Maranhão PE-3101/02 Aureo Mello AM-3091/92 PDC Moisés Abrão GO-3136/37 Gerson Camata ES-3203/04 PDS Esperidião Amin SC-4206/07 Jarbas Passarinho PA-3022/24 PP Meira Filho DF-3222/05 Irapuan C. Júnior GO-3089/90 Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRR (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekêl Freitas Titulares Ronan Tito MG-3039/40 Mauro Benevides CE-3052/53 Alfredo Campos MG-3237/38 Flaviano Melo AC-3493/94 Nelson Carneiro RJ-3209/10 Garibaldi A. Filho ES-3154/56 Divaldo Suruagy RS-3185/86 Mansueto de Lavoura RS-3076/78 João Calmon ES-3154/55 Gilberto Miranda AC-3227/29 Ruy Bacelar BA-3160/61 Cesar Dias RO-3064/65 PFL Guilherme Palmeira AL-3245/46 Francisco Rollemberg SE-3032/33 Marco Maciel PE-3197/98 Josephat Marinho BA-3173/74 Lourival Baptista SE-3027/28 Raimundo Lira PB-3301/02 Álvaro Pacheco PI-3085/86 Hydekêl Freitas RJ-3082/83 PSDB Dirceu Carneiro SC-3179/80 Jutahy Magalhães BA-3171/72 José Richa PR-3163/64 Eva Blay SP-3119/20 PTB Luiz A. Oliveira PR-4058/59 Valmir Campelo DF-3188/89 Marluce Pinto RR-4062/63 Jonas Pinheiro AP-3206/07 PDT Darcy Ribeiro RJ-4230/31 Magno Bacelar MA-3074/75 PRN Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-3255/4215			
PDC Gerson Camata ES-3203/04 Epitácio Cafeteira MA-4073/74 PDS Jarbas Passarinho PA-3022/23 Lucídio Portella PI-3055/56 Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546 COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dário Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho Titulares Flaviano Melo AC-3493/94 Amir Lando RO-3111/12 Mauro Benevides CE-3194/95 Ruy Bacelar BA-3161/62 Aluizio Bezerra AC-3158/59 Ronaldo Aragão RR-4052/53 Onofre Quinan GO-3148/49 Ronan Tito MG-3039/40 Gilberto Miranda AM-3104/05 Juvêncio Dias PA-3050/53 Alfredo Campos MG-3237/38 Ney Suassuna PB-4345/46 Marcio Lacerda MT-3929/30 Wilson Martins MS-4345/46 Vago PFL Dário Pereira RN/3098/ Raimundo Lira PB-3201/02 Henrique Almeida AP-3191/92 João Rocha TO-4071/72 Elcio Alvares ES-3131/32 Carlos Patrocinio TO-4068/69 Bello Parga MA-3069/72 Guilherme Palmeira AL-3245/46 Hydekêl Freitas RJ-3082/83 Vago PSDB Dirceu Carneiro SC-3179/80 Beni Veras CE-3242/43 Teotônio V. Filho AL-4093/94 Jutahy Magalhães BA-3171/72 Vago José Richa PR-3163/64 PTB Lourenberg N. Rocha MT-3035/36 Afonso Camargo PR-3062/63 Marluce Pinto RR-4062/63 Vago PDT Lavoisier Maia RN-3229/40 Magno Bacelar BA-3074/75 PRN Saldanha Derzi MT-4215/18 Albano Franco SE-4055/56 PDC Gerson Camata ES-3203/04 Moisés Abrão TO-3136/37 PDS Vago Lucídio Portella PI-3055/56 PP João França RR-3067/68 Irapuan Costa Jr. GO-3089/90 Secretário: Celso Parente - Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14:30 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(21 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Ney Suassuna	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Márcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saravia	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Bello Parga	MA-3069/72	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Vago		Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
---------------	------------	------------	------------

Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Luiz A. de Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariucci Pinto	RR-4062/63
Valmir Campelo	DF-3188/89	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Eptácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	-------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

Secretaria:

Ramais 3496/3497/3321

Reuniões: Terças-feiras, às 17 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121